



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Letícia Casal Pimenta Ribeiro

“Mereço ser morta?”

O discurso de violência contra a mulher: comentários nos espaços virtuais

São Gonçalo

2021

Letícia Casal Pimenta Ribeiro

“Mereço ser morta?”

O discurso de violência contra a mulher: comentários nos espaços virtuais



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof^a. Dra. Victoria Wilson da Costa Coelho

São Gonçalo

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

R484	<p>Ribeiro, Letícia Casal Pimenta. “Mereço ser morta?” O discurso de violência contra a mulher : comentários nos espaços virtuais / Letícia Casal Pimenta Ribeiro. - 2021. 96f. : il.</p> <p>Orientadora: Prof^a. Dra. Victoria Wilson da Costa Coelho. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.</p> <p>1. Violência contra as mulheres – Teses. 2. Facebook (Rede social on-line) – Teses. I. Coelho, Victoria Wilson da Costa. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.</p>
CRB7 – 6150	CDU 343.6-055.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Letícia Casal Pimenta Ribeiro

“Mereço ser morta?”

O discurso de violência contra a mulher: comentários nos espaços virtuais

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2021.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Victoria Wilson da Costa Coelho (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^ª. Dra. Gysele da Silva Colombo Gomes
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Fernando Afonso de Almeida
Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2021

DEDICATÓRIA

A Bruna, por ser resiliência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o único que esteve presente em todos os momentos desta pesquisa. Sei que sem a permissão divina seria impossível. Exalto ao Senhor, pela tua fidelidade, teu amor incondicional e pelo seu cuidado minucioso, sempre me encorajando a prosseguir. Graças por essa existência tão rica de aprendizado!

À professora Victoria Wilson, por aceitar me orientar, por me apresentar uma “teoria desconstrutora” que me possibilitou novos caminhos na pesquisa, por compartilhar seus conhecimentos e seu olhar sensível para os dados e, finalmente, pelo zelo com que procedeu em cada correção e em cada contribuição ao longo do processo.

Ao meu companheiro e grande amor, Everton Ribeiro, pelo suporte em momentos decisivos para a realização deste projeto de vida, sempre generoso e gentil. Agradeço a confiança, a compreensão, o amor e o incentivo constante para que eu me tornasse mestre.

A minha querida mãe, com quem aprendi valores e princípios. Sobretudo alguém que sonhou, sofreu e alegrou-se junto comigo a cada etapa de aprendizado, desde o pré-escolar.

A minha preciosa Ana Luiza, por ser luz e alegria.

Ao meu amigo José Lucas Souza, por ser grande incentivador para realização deste sonho, quem sempre me apoiou a seguir adiante.

As minhas irmãs e melhores amigas, Bruna Viana e Camila Casal, que estiveram sempre ao meu lado e foram as precursoras em me incentivar ao magistério. Sou *imensamente* feliz por tê-las ao meu lado.

A minha estimada e preciosa amiga Roberta Massot, pelo encorajamento e apoio constantes.

Aos professores Dra. Gysele Gomes e Dr. Fernando Afonso, pela leitura e contribuições valiosas por ocasião da qualificação da dissertação de Mestrado.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, PPLIN, pela qualidade das aulas.

A secretária do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, PPLIN, pela gentileza e cordialidade no atendimento.

A todos os meus alunos que são inspiração para me fazer buscar novos conhecimentos sempre.

RESUMO

RIBEIRO, L. C. P. “*Mereço ser morta?*” *O discurso de violência contra a mulher: comentários nos espaços virtuais*. 2021. 96f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

Refletindo sobre os laços constituídos em rede (RECUERO, 2009) por meio da estreita relação entre comentários analisados oriundos de ambientes virtuais, como o *Facebook*, e vinculados a crenças e ideias expressas nas mensagens que refletem as conotações ideológicas da realidade off-line, objetivou-se compreender os trabalhos de face envolvidos nas interações com temática referente a situações de feminicídio. Por acreditar que a temática pode contribuir para as discussões no campo da Sociolinguística Interacional e também coadjuvar nas questões sobre o discurso misógino, discutiu-se, neste estudo, o emprego de *flaming* e impolidez, considerando que os comentários representam práticas culturais que expõem as faces dos comentaristas, por meio de atos de linguagem/pragmáticos (AUSTIN, 1962/1990; ORECCHIONI, 2005; MEY, 2014). Casos de feminicídio provocam discussões de cunho polêmico e acirram o conflito nas interações, o que motivou a busca na pesquisa pelos estudos de elaboração de face, segundo Goffman (1980) e seus desmembramentos, como em Brown e Levinson (1987), para averiguar situações de ataque às faces negativas e positivas dos interactantes, neste caso, usuários das redes sociais. O foco da análise recaiu sobre três objetivos relacionados à construção social e aos usos de linguagem: a) apontar as estratégias de impolidez (CULPEPER, 2003, 2011) usadas nas interações online; b) caracterizar como o contexto de feminicídio contribui para a realização de *flaming* (AMOSSY, 2017; BALOCCO, 2016; BALOCCO E SHEPERD, 2017); c) reconhecer o enquadre de evento discursivo que favorece o discurso de violência verbal. O estudo mostra que há uma ressignificação identitária, por meio da falta de solidariedade e culpabilização da vítima. Nesta inversão de valores, são direcionados ataques à face da vítima, que passa a ser criminalizada no lugar de seu algoz. Foi possível demonstrar ainda que o *flaming* é decorrente da polarização de ideias entre os internautas, os quais ora empregam atos impolidos para atacar a face uns dos outros, ora direcionam ataques à face da vítima durante a interação.

Palavras-chave: Face. Flaming. Impolidez. Feminicídio. Fanpage. Facebook.

ABSTRACT

RIBEIRO, L. C. P. *“Do I deserve to be killed?” The discourse of violence against women: comments on virtual spaces* 2021. 96f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

The main objective of this work is to understand the face-works in the interactions whose main theme involves femicide situations. This objective is based on the reflections about the constitution of interpersonal bonding in networks through the close relationship between commentaries on social media (such as Facebook) that are connected to ideas and beliefs that, by their turn, reflect ideological connotations from offline reality. Believing that the theme can contribute to discussions in the field of Interactional Sociolinguistics as well as enriching the debate about misogynistic discourse and also considering that social media comments represent cultural practices that expose the faces of the commentators through language/pragmatic acts (AUSTIN, 1962/1990; ORECCHIONI, 2005; MEY, 2014), this study discusses the use of flaming and impoliteness. Femicide cases provoke controversial discussions and intensify the conflict in the interactions. This motivated the present work to search for the studies of face elaboration according to Goffman (1980) and its dismemberments, as in Brown and Levinson (1987), in order to investigate situations of attack on the negative and positive faces of the interactants, in this case, users of social networks. The focus of the analysis fell on three different objectives, that were related to the social construction and the uses of language: a) to point out the strategies of impoliteness (CULPEPER, 2003, 2011) used during the online interactions; b) to characterize how the context of femicide contributes to the realization of flaming (AMOSSY, 2017; BALOCCO, 2016; BALOCCO AND SHEPERD, 2017); c) to recognize the discursive event framing that favors the verbal violence discourse. The study shows that there is an identity re-signification, through the lack of solidarity towards the victim and her blaming. In the middle of this reversal of values, attacks are directed at the victim's face, which starts to be criminalized instead of her aggressor. It was also possible to demonstrate that the flaming is due to the polarization of ideas among Internet users who either employ impolite acts to attack each other's faces or steer the attacks towards the victim's face during the interaction.

Keywords: Face. Flaming. Impoliteness. Femicide. Fanpage. Facebook.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página inicial da <i>fanpage</i> “Quebrando o Tabu”.....	53
Figura 2 - Setembro de 2019.....	58
Figura 3 - Março de 2019.....	67
Figura 4 - Novembro de 2018.....	75

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	“Quebrando paradigmas” - breves notas da luta feminina	12
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	22
2.1	“Quebrando a cara” - atos pragmáticos na ameaça à face e no (des)equilíbrio ritual das interações	22
2.1.1	<u>Por que o equilíbrio ritual nas interações deve ser preservado</u>	25
2.1.2	<u>Atos de ameaça à face e (im)polidez</u>	28
2.2	“De cara quente” - Comentários nas redes sociais: interação e violência verbal	38
3	ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA	48
3.1	Natureza da pesquisa	48
3.2	Contexto da pesquisa: a rede social Facebook e seus desdobramentos	49
3.3	Material de pesquisa: descrição, caracterização e procedimentos de análise	52
4	INTERAÇÕES CONFLITUOSAS EM CONTEXTOS DE FEMINICÍDIO	57
4.1	“Quanta confiança deu a um desconhecido!”	57
4.2	“Ela não é a vítima nessa parte”	66
4.3	“Nunca vi tanto mimimi”	75
	AFINAL, MEREÇO SER MORTA: CONTRADIÇÕES E VIOLÊNCIA NO DISCURSO E NA VIDA DA MULHER	81
	REFERÊNCIAS	86
	ANEXO - Comentários e figuras	94

INTRODUÇÃO

A internet desperta, a cada dia, a atenção de usuários e pesquisadores. Por meio das redes digitais, é possível estabelecer uma interação simultânea entre internautas e observar diferentes usos da comunicação em rede. A pesquisa cujo objetivo é identificar os processos de elaboração de face dos comentaristas, observando interações em que o *flaming*¹ e a impolidez se manifestam em contextos de natureza conflituosa, tem como foco comentários de cunho misógino realizados em postagens sobre feminicídio na *fanpage* do *Facebook* “Quebrando o Tabu”.

Nota-se, cada vez mais, que interações no meio digital vêm intermediando e construindo, sob a influência do contexto social e meio cultural, as relações entre seus usuários. As redes sociais, que se popularizaram nos últimos tempos, tornaram-se espaços comuns e suscetíveis para atos verbais agressivos. Os usuários mantêm constantemente interações cujas imagens (imagens sociais) são representadas mediante ao que escrevem e compartilham, seja nas seções “curtir”, “comentar” ou “compartilhar”, no caso do *Facebook*. Por essa razão, a pesquisa possui como questão saber como e por que interações em contexto de natureza conflituosa, como feminicídio, estimulam expressões verbais do tipo violentas, bem como almeja saber se o *flaming* e a impolidez estariam sendo naturalizados neste contexto. Comentários agressivos e ofensivos nas redes sociais reproduzem diferentes manifestações de emoções que podem culminar em atos verbais violentos, como o *flaming*, já que o usuário pode interagir, fazendo seus comentários, ora de modo a proteger a sua própria face e atacando a face dos participantes da interação, ora de modo a não adotar nenhuma estratégia defensiva por razões de natureza variada.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa é investigar comentários de cunho depreciativo sobre casos de feminicídio, na página “Quebrando o tabu” do *Facebook*, considerando manifestações de impolidez e *flaming*. Os objetivos específicos são: (i). identificar como as faces dos internautas são elaboradas/atacadas em redes sociais, dentro do enquadre² de evento

¹ De acordo com a nota do tradutor em Amossy (2017) pode ser traduzido por “discussão inflamada violenta”, o termo será desenvolvido adiante.

² “O enquadre situa a metagem contida em todo o enunciado, indicando como sinalizamos o que dizemos ou fazemos ou sobre como interpretamos o que é dito ou feito” (Goffman et.al, 1998, p.70). Bateson (2000) apropria-se da ideia de moldura para indicar as dimensões comunicativas que possibilitam de forma mais clara as percepções e intenções dos interlocutores envolvidos numa interação. Para o autor “um enquadre é metacomunicativo. Qualquer mensagem que explícita ou implicitamente defina um enquadre[...] fornece ao

discursivo; (ii). apontar as estratégias de impolidez usadas nas interações on-line, quer seja no uso de AAF³, quer seja nos ataques propositais à face; (iii). contribuir para os estudos acerca do *flaming*; (iv). caracterizar como os atos de linguagem ou atos pragmáticos (des)ajustam-se aos elementos do contexto interacional e contribuem para a realização de *flaming* no evento comunicativo.

O *corpus* analisado será composto por 45 comentários de uma mesma página (*fanpage*), escritos por diferentes usuários em 3 postagens referentes a casos de feminicídio no Brasil. É importante salientar que a escolha da rede social *Facebook* baseou-se numa pesquisa realizada pela Equipe Goobec, no ano de 2018, a qual indica 127 milhões de usuários do *Facebook* no Brasil. De acordo com a GOOBEC (2018), o Brasil é um dos países com maior expressividade no uso da rede social virtual.

Não obstante, é preciso enfatizar que, embora os dados selecionados sejam encontrados na rede social virtual, possuem relação estreita com os fatos da vida *off-line*. Portanto, é preciso recorrer ao contexto social, histórico e ideológico, para compreender de maneira mais aprofundada como os ataques à face e os mecanismos de impolidez e *flaming* ocorrem nesses contextos, sem perder de vista as relações com a realidade social imediata.

Tendo em vista o cenário de vítimas de feminicídio no Brasil, compete à pesquisa destacar também os casos do uso da linguagem para elaboração/negociação de face dos internautas na rede social e também averiguar quais mecanismos serão usados para preservação ou perda da face, descritos por Goffman (1980). O intuito também consistirá em ver quais escolhas linguísticas e discursivas os internautas explicitam em atos pragmáticos quando se referem à mulher, além de conferir quais tipos de restrição (moral, interacional, social) encontram ao fazerem uso destes atos.

A temática abordada na pesquisa pode contribuir para discussões no campo da Sociolinguística Interacional em torno dos conceitos de face, violência verbal e impolidez. Além disso, pode coadjuvar nas questões sobre violência contra a mulher, trazendo uma perspectiva dos comentários misóginos em redes sociais.

O trabalho é composto por cinco capítulos. O primeiro capítulo é constituído dos pressupostos teóricos, subdivido em três seções. Na primeira seção, será apresentada uma breve

receptor instruções ou ajuda em sua tentativa de entender as mensagens incluídas no enquadre” (BATESON, 2000, p.44)

³ Brown e Levinson (1987) denominaram de Atos de Ameaça à Face (AAF) – em inglês *Face Threatening Acts* - a todas as atitudes que possam ameaçar tanto a face positiva como a face negativa dos indivíduos.

descrição sobre o feminismo para situar o objeto de pesquisa em pauta, ou seja, as lutas e conquistas femininas ante as depreciações e atitudes agressivas e violentas contra a mulher. A segunda seção discorrerá sobre os conceitos de face (GOFFMAN, 1980); a face como estratégias de polidez (BROWN E LEVINSON, 1987); e as concepções de impolidez (CULPEPER, 2011) em atos pragmáticos (MEY, 2014); na terceira seção, será abordado o fenômeno do *flaming* na interação (AMOSSY, 2017; BALOCCO, 2016; BALOCO E SHEPERD, 2017) e a descrição e caracterização da rede social, além da explicitação dos comentários como um gênero discursivo/textual (RECUERO, 2009, 2014). O segundo capítulo será dedicado à orientação metodológica de natureza qualitativa. O terceiro capítulo refere-se à análise dos dados em que se pretende: (i) reconhecer o enquadre de evento discursivo que favorece o discurso de violência verbal gratuita; (ii) observar como os usuários constroem suas faces nos comentários dirigidos aos demais participantes da interação; (iii) no contexto interacional em pauta, compreender os usos de (im)polidez no ataque à face, interpretando-os de acordo com o evento comunicativo.

Pretende-se, com este trabalho, ter contribuído para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito da Nova Pragmática, ampliando análises em textos oriundos de contextos de feminicídio cujos atos pragmáticos se encontrem em ambiente *on-line*, lugar de “dizer/fazer coisas com a linguagem”. Além disso, pretendeu-se buscar um equilíbrio nas contribuições teóricas escolhidas nesta pesquisa para a compreensão de comportamentos verbais muitas vezes tão díspares entre os usuários em suas manifestações sobre o caso de feminicídio em estudo.

1 “QUEBRANDO PARADIGMAS” - breves notas sobre o feminismo e seus desdobramentos

Nesta pesquisa, o interesse, aliado ao trabalho com as faces, está em enfatizar a importância de se pensar sobre o empoderamento das mulheres em suas experiências do cotidiano e suas interações em diferentes contextos. Ao abordar a problemática do feminicídio, faz-se necessário abordar alguns aspectos sobre o feminismo no Brasil e no mundo a título de contextualização. Não se pode negar que o movimento social foi determinante para a criação de leis que, hoje, atuam como mecanismo de proteção à mulher e compelem punições mais rigorosas ao agressor e propiciam a responsabilização penal do homicida.

O pensamento ideológico patriarcal está ancorado no machismo e na misoginia, que costumeiramente asseguram que o homem mantenha o poder e o domínio em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. Em decorrência desse pensamento, com bases machistas e misóginas, a violência contra a mulher foi banalizada. A partir das desigualdades sociais de gênero, em que se privilegia o gênero masculino em detrimento ao feminino, surge o movimento feminista. O feminismo atua no combate direto ao machismo e à mentalidade da sociedade patriarcal heteronormativa, a qual se vale de uma posição privilegiada para subjugar e oprimir mulheres. Esse movimento abrange diferentes abordagens de pontos de apoio.

O pensamento feminista foi capaz de romper com imensas barreiras epistemológicas e desmascarar o quanto de preconceito existia sob pretensas objetividades. Não seria digno de suas conquistas partir de ideias pré-concebidas sobre qualquer linha de pensamento, principalmente quando essas ideias funcionam como um falso passaporte para posturas críticas. (PAULILO, 1999, p. 72)

A luta feminista tem início na Europa Ocidental com o objetivo de confrontar a subordinação das mulheres pelos homens, denunciando a ausência de mulheres na política, na ciência, nas letras e nas artes. Soma-se ainda a isso a busca pela justiça social, que é muitas vezes interpretada como uma luta histórica e sem relevância. Diversas são as formas com as quais os antifeministas depreciam o movimento feminista, utilizando uma visão pejorativa e resumindo o movimento à queima de sutiãs, ódio aos homens e ambição pelo poder.

Ao levar em consideração estas manobras de invalidação do movimento feminista, é importante situar, que apesar de se usar o termo “feminismo” no singular, Auad (2003 apud TEIXEIRA; LOPES; JÚNIOR, 2019, p. 415) defende que existem vários grupos de feminismos

no mundo e no Brasil. São diferentes ideais e abordagens que tornam o movimento extremamente heterogêneo. Os autores Teixeira, Lopes e Júnior (2019) embasados em outros estudos e leituras apontam as principais abordagens feministas, nomeando-as como as quatro “ondas”.

A primeira onda surgiu com o capitalismo na Revolução Industrial, nos séculos XVII e XVIII, na França e Inglaterra, também conhecida como sufragista. A primeira onda apoiava seus valores na luta “pela equidade de gênero, principalmente relacionada aos direitos civis, políticos e econômicos, reivindicando a inserção das mulheres na sociedade e o acesso à educação” (TEIXEIRA; LOPES; JÚNIOR, 2019, p.416). Cabe também destacar que essa primeira onda ainda apresentava uma classe homogênea de mulheres.

A segunda onda origina-se no século XX, marcada pela crescente inserção da mulher no mercado de trabalho. O livro de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, chamado *O Segundo Sexo*, configurou-se como marco inicial. Assim, as reflexões acerca do patriarcado e da dominação masculina iniciavam-se. Durante esse período, surgem quatro abordagens feministas originárias do debate promovido por Beauvoir: (i) a radical - cujo ideal consiste na enfática rejeição da dominação masculina; (ii) a psicanalítica - apoiada na teoria freudiana e nas teorias sobre relação-objeto, acredita-se que para alcançar a liberdade da dominação masculina é necessária a mudança das relações familiares, por exemplo, a forma como os pais são vistos pelos filhos; (iii) a marxista - evidentemente fundamentada na crítica marxista de uma sociedade capitalista e do liberalismo político, cujos gêneros agrupam-se em categorias sociais delimitadas pelas relações de dominação e opressão; (iv) a socialista - de acordo com seus ideais, a masculinidade e a feminilidade são irrelevantes, e assim, aspira ao fim do capitalismo e do patriarcado por meio da segregação de gêneros. As feministas socialistas acreditam que o gênero é formado socialmente por meio da interseção entre sexo, raça, ideologia e opressão dos sistemas capitalista e patriarcal (cf. TEIXEIRA; LOPES; JÚNIOR, 2019).

Na década de 90, iniciou-se o pós-feminismo, ou seja, a terceira onda do movimento feminista que passa a discriminar mais cautelosamente a igualdade e a diferença das subjetividades masculina e feminina. Além disso, tem por objetivo dismantelar o sentido de gênero enquanto categoria fixa e imutável (MACEDO, 2006). Destacam-se, nessa onda, a luta das mulheres nos espaços acadêmicos, a ideia de classe homogênea das mulheres, desagregando o sentido de identidade genérica feminina. Ademais, as discussões a respeito do significado de gênero passam a ser mais expressivas, rompendo com pensamentos e regras universais.

O pós-feminismo também apresenta duas abordagens diferentes. A primeira abordagem resultante desta terceira onda é a teoria pós-estruturalista/pós-moderna, cujas ideias concebem que “sexo e gênero são práticas discursivas que formam subjetividades específicas através do poder e da resistência na materialidade dos corpos” (TEIXEIRA; LOPES; JUNIOR, 2019, p. 420). Foi nesse período que surgiram centros de pesquisa sobre gênero e feminismo nas universidades, abrindo caminho da luta política para a academia. A segunda abordagem, terceiro-mundista/pós-colonial, “critica a generalização das questões de gênero realizada pelas feministas do primeiro mundo das outras abordagens consideradas como teorias de gênero branca, de classe média e heterossexual” (ibid. p. 420). Para as feministas pós-colonialistas, é necessário levar em consideração outros contextos sociais e econômicos. (cf. TEIXEIRA; LOPES; JÚNIOR, 2019). Ao considerar os referidos aspectos dessa abordagem, é possível afirmar que a teoria terceiro-mundista é mais inclusiva, já que abarca questões de diversidades que ainda são pautas feministas atuais.

É diante desse contexto e, conseqüentemente, influenciado por esse cenário que os movimentos feministas brasileiros emergem e desembargam uma luta contra regimes opressores e extremamente conservadores, marcados por várias manifestações e diferentes objetivos. O feminismo brasileiro teve seu estopim somente na década de 1970, inserido num quadro de ditadura, momento em que encontrou apoio e uniu forças a outras causas, tais como: racismo, direito às terras indígenas, movimento dos homossexuais e oposição à ditadura.

A camada hegemônica até os anos 30, na sociedade brasileira, era constituída por homens brancos, latifundiários, católicos. A alta hierarquia militar partilhava do poder. Até o fim do século XIX vigorou no país o trabalho escravo coexistindo com o trabalho livre. As relações sociais eram basicamente patriarcais e patrimonialistas. (BLAY, 1999, p. 133)

No Brasil, as três ondas de maiores destaques foram: (i) primeira onda (ou sufragistas) - sem radicalismos, restringia-se à busca pelos direitos políticos das mulheres. O grupo era composto pelas mulheres da alta elite brasileira e teve como êxito a conquista do voto feminino. Cumpre destacar que essa vitória antecedeu a França, que é reconhecida como berço do feminismo, somente depois que as mulheres francesas passaram a participar das escolhas dos seus representantes políticos; (ii) segunda onda ou feminismo difuso - quando as mulheres começaram a refutar a dominação masculina. Foi representado, principalmente, por mulheres cultas, professoras, escritoras e jornalistas, interessadas sobretudo na educação das mulheres. (iii) terceira onda - manifesta-se de forma mais radical no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Defendido por militantes da esquerda, trabalhadoras e

intelectuais cujas preocupações eram a questão da exploração do trabalho e a ruptura dos papéis tradicionais de esposa e mãe.

A nível de políticas públicas, no Brasil, o Estado, ainda na década de 60, se eximia de qualquer responsabilidade para implementação de programas que atendessem às demandas crescentes por contracepção, restringindo essa responsabilidade exclusivamente às mulheres. (AQUINO, 1999). Fato é que já se conservava a perspectiva de intervenção sobre os corpos das mulheres por interesse demográfico. Frederic (2017) aponta que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, utilizado para a função de reprodução e acumulação de trabalho. Inicialmente, ainda nessa época, era comum a ênfase pró-natalista cujas convicções transmutaram a maternidade de instinto natural em dever cívico. “As críticas ao poder médico como poder patriarcal, inspiraram grupos de reflexões e autoexame como tentativa de reapropriação pelas mulheres do saber sobre o corpo” (AQUINO, 1999, p. 164). Deve-se salientar também, de acordo com Blay (1999), que o primeiro movimento social feminino no mundo foi a conquista do voto. No Brasil, da conquista do voto até o seu exercício houve um espaço de tempo de 13 anos, visto que foi conquistado em 1933, e somente exercido nas eleições de 1945.

Na década de 80, o movimento feminista promoveu o I Encontro Nacional de Saúde das Mulheres, onde foi possível pensar políticas sociais para o interesse da mulher, posteriormente sendo criado o PAISM⁴, um marco histórico das políticas públicas dirigidas ao público feminino. As mudanças contavam com a promoção da saúde das mulheres, e não apenas dos filhos; incorporação do direito à regulação da fertilidade como um direito social; alterações de valores e práticas de saúde de caráter sexistas, tornar a mulher sujeito, ultrapassando sua especificidade reprodutiva para assumir uma perspectiva holística de saúde.

Alguns autores defendem a ideia de uma quarta onda manifesta no Brasil e na América Latina. Essa onda diz respeito a um pensamento feminista que emerge na virada do século, já que para alguns autores, como Pinto (2003, apud TEIXEIRA; LOPES; JÚNIOR, 2019, p. 425), dissociou-se o movimento feminista – agora, já profissionalizado a partir de ONGS especializadas para a pauta das mulheres – do pensamento feminista.

Essa nova onda do feminismo de Matos e Paradis (2014) vai ao encontro do que Costa (2005) defende, segundo a autora o movimento feminista mudou, não é mais o movimento sufragista e emancipatório como em seu início e na década de 1970, mas sim vem enfrentando novas demandas e novos enfrentamentos na luta por políticas adequadas para as mulheres. (...) Dessa forma, as feministas estão cada vez mais participando e ocupando os espaços sociais e fortalecendo a construção de ações

⁴ Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (cf. SILVA; CARNEIRO; MASQUES, 2017).

concretas no Estado pela luta dos direitos das mulheres. (TEIXEIRA; LOPES; JÚNIOR, 2019, p. 425)

Apesar das lutas e do amplo repertório de conquistas, ainda há remanescentes pensamentos estereotipados em relação à mulher. As reafirmações estigmatizadas reiteram um olhar machista e opressor, que teimam num modelo social hierarquizado, no qual a mulher deve ocupar uma posição subordinada ao homem. É importante enfatizar que o movimento feminista ainda enfrenta a falta de consenso na sociedade brasileira, devido às resistências políticas e culturais construídas pelo patriarcado.

O patriarcado não é uma ideia abstrata: é a manifestação material e simbólica da dominação masculina através das instituições, da legislação, da religião nas práticas conduzidas pelos homens, pais, maridos, irmãos, filhos, vizinhos, namorados. (NAVARRO-SWAIN, 2017, p. 63).

No cenário atual, um dos maiores desafios é o combate à violência contra a mulher, e, no Brasil, a situação não difere. O contexto de omissão de Estado outorga a impunidade para os criminosos. Tendo consciência dessa complexidade, dois projetos de leis desempenharam papel determinante para proteger e salvar corpos femininos. No entanto, as leis sancionadas mostram-se insuficientes para a proteção da vida da mulher, uma vez que se verifica o crescimento expressivo de 30,7%, entre os anos de 2007 e 2017, no número de homicídios de mulheres no Brasil⁵.

Apesar de todas as iniciativas de campanhas e leis, os índices de violência no Brasil colocam-no numa posição proeminente. São 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, decorrentes desde 2013, fazendo a nação brasileira ocupar a 5ª posição dentre 84 países com maiores taxas de homicídio contra a mulher, segundo dados do Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2015). De acordo com dados do Ipea, o feminicídio dentro de casa cresceu 17,1% entre 2012 e 2017. Foram 4.936 mulheres assassinadas em 2017 – maior número em 10 anos, ou sejam, 13 vítimas por dia. Dados atualizados recentemente confirmam um aumento de 7,3% nos casos de feminicídio em 2019, em comparação com 2018. Uma pesquisa realizada pelo G1, com base nos dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal, aponta que são 1.314 mulheres mortas pelo fato de serem mulheres – uma a cada 7 horas, em média. Os dados são alarmantes ao se considerar que: a cada 2 minutos uma mulher é espancada, a cada 11 minutos, uma mulher é estuprada, a cada 2 horas, uma mulher é assassinada. São 503 vítimas de violência doméstica

⁵ Dados retirados do *Atlas da violência de 2019*. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>.

por hora.⁶ No cenário de isolamento social que ocorreu em 2020, em virtude da Covid-19, o índice de violência doméstica também aumentou consideravelmente. De acordo com os dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDH), a quantidade de denúncias recebidas no canal 180, no mês de abril, teve um aumento de quase 40%⁷ em relação ao mesmo mês de 2019. No contexto da pandemia, a casa tornou-se o lugar mais inseguro para uma mulher estar. Segundo Bandeira (2017, p.21):

[...] cada minuto, alguma mulher sofre um tipo de violência: um assédio no local de trabalho, um estupro, um assassinato, uma mutilação. Outras podem estar sendo brutalizadas, barbarizadas, ou vivendo sob a ameaça. Os dados da ONU Mulher (2015) informam que hoje ainda há um esmagador segmento de mulheres que se encontra submetida ao estresse de viver sob um sistema normalizado pelo masculino patriarcal hegemônico e heteronormativo, que as mantém debaixo de restritos controles, incertezas e ameaças constantes.

Diante de um ostensivo quadro de homicídios femininos, intitulou-se o vocábulo feminicídio, “um crime cometido por homens contra mulheres, seja individualmente, seja em grupos. Este tipo de crime apresenta características misóginas, de repulsa contra as mulheres.” (PASSINATO, 2011 p. 230) Inclusive, alguns autores usavam a expressão “generocídio” – por levarem em consideração o extermínio de pessoas de um grupo de gênero pelo outro – ou “femigenocídio” – por envolver tipos de violência feminicida de maneira impessoal e massiva.

Voltando às concepções iniciais da pesquisa, entende-se que esse tipo de violência decorre do pensamento universal e estrutural herdado do patriarcado, o qual objetifica, domina e explora o corpo feminino. A violência desferida sobre as mulheres está ligada ao poder que a figura masculina entende e acredita exercer sobre a feminina. “Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome.” Arent (1994 apud BANDEIRA, 2017, p.18). A concepção de domínio masculino fica evidente ao perceber a qualificação da morte da mulher como a forma mais extrema de um *continuum* de atos de violência, que é transmitido ao longo de gerações (PASINATO, 2011). Dificilmente a agressão ocorre na primeira briga, pelo contrário, é construída uma teia emocional na qual se incluem a falta de respeito, ofensas verbais, manipulação e violência psicológica. Depois, se iniciam as agressões físicas, a partir do jogo da manipulação, do poder e da chantagem emocional para, posteriormente, em alguns

⁶ Dados retirados do *Dossiê Violência contra a mulher*. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>>.

⁷ Dados retirados do site do Governo Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>>.

casos, culminar na morte da mulher. Entretanto, vale reforçar que embora o feminicídio íntimo – “que ocorre no contexto das relações interpessoais íntimas, cuja centralidade faz da *destruição do corpo* seu alvo principal” (BANDEIRA, 2017, p.23) – apresente taxas elevadas de recorrência, não pode ser admitido como regra geral. Os feminicídios podem ocorrer no âmbito de outras relações; o crime pode ser executado por estranhos ou mesmo por outras mulheres. Com a carência das devidas atribuições estatais, levando em consideração os dados, as reafirmações de estereótipos e a realidade da mulher brasileira, duas leis protagonizaram a luta pela proteção dos corpos femininos.

Sob um novo olhar para a temática discutida, entra em vigor a primeira lei cuja contribuição inseriu mecanismos de proteção à mulher, para coibir a violência doméstica e familiar, reforçando um tratamento especial às vítimas e determinando mais rigor para com o agressor: a Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006. Intitulou-se a referida lei em homenagem a uma vítima de violência doméstica, agredida pelo marido durante seis anos, que se tornou paraplégica após sofrer um atentado com arma de fogo. Apesar de a Lei 11.340/2006 abordar o assunto com maior militância, trazer acentuada ressignificação ao direito e reduzir o número de violência doméstica, as mortes femininas permaneceram, inclusive no espaço familiar.

O código penal brasileiro, promulgado em 1980, não considerava crime o homicídio cujas condições indicavam perturbação dos sentidos e da inteligência. Por exemplo, um marido que descobrisse o adultério da mulher poderia alcançar certos estados emocionais, que seriam tão intensos, podendo experimentar uma insanidade momentânea. Dessa maneira, ele não poderia ser responsável pelos seus atos e não sofreria condenação. Impressionantemente, antes do primeiro código penal brasileiro, era comum admitir que um homem matasse a mulher e seu amante se fosse surpreendido em adultério (cf. LACERDA; OLIVEIRA, 2015).

Em razão disso, a Lei do Feminicídio, Lei 13.104 vigente desde 9 de março de 2015, implica o rompimento do binário público e privado, para ressaltar a responsabilidade do Estado em intervir na esfera privada, protegendo e salvando vidas. “Essa abordagem permite que se denuncie a violência contra as mulheres como um problema público e político, reconhecendo sua prática como crime contra a humanidade” (PASSINATO, 2011, p. 230). A Lei do feminicídio criou um tipo qualificado de homicídio, classificando-o como crime hediondo (isto é, inafiançável, imprescritível, e insuscetível de graça e de anistia) e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos, etc.).

As novas medidas visam quebrar velhos hábitos culturais, inclusive no meio jurídico. Não é mais possível admitir o assassinato de mulheres como “crime passionai”, porque, na

verdade, trata-se de crimes cometidos por ódio. Vale salientar que está na condição de ser mulher a origem do feminicídio, por isso, vincular o sentimento de amor ou paixão ao feminicídio é “retomar significados misóginos de uma sociedade patriarcal heteronormativa subterrânea”, como afirma Bandeira (2017, p.30).

Os tempos são outros, é uma mudança de cultura jurídica, inclusive. Quando se fala em crime passionai, se induz a condição de atenuante de pena, dá a impressão de que estamos tratando de algo natural. O sujeito que mata a mulher não está apaixonado (como sugere o termo), é uma relação patrimonial, de coisa (posse)⁸.

Outro fator relevante a ser discutido é a culpabilização da vítima pela violência sofrida, sob a alegação que estavam vestidas inadequadamente (com roupas curtas), porque falavam com estranhos, estavam bêbadas, agiam com violência, gostavam de apanhar, etc. Além de lidar com a violência física, moral e psicológica, as vítimas, enquanto sobreviventes, precisam lidar também com as acusações de culpa pelos crimes sofridos. A exemplificar, o tema cultura do estupro emerge nos debates que normalizam e legitimam a violência sexual contra a mulher. Entende-se por cultura do estupro o “compartilhamento de valores, crenças e práticas sobre os papéis de gênero e sobre as interações sexuais que não só permite como também estrutura relações desiguais nas quais o interesse sexual ativo deve conquistar e submeter o objeto de desejo.” (ENGEL, 2017, p. 11)

O corpo da mulher, conforme outrora discutido, sempre foi visto como objeto de pertencimento do homem. Nas relações matrimoniais mais antigas, pode-se dizer que a mulher era considerada propriedade do cônjuge e, quando solteira, propriedade de seu pai. Acredita-se que o pensamento machista seja um forte aliado às práticas de violência sexual contra a mulher. Neste caso, o estupro representa um ato de subjugação do corpo feminino, com intuito de conservar a relação hierarquizada de gênero. O estupro é símbolo de poder para a sociedade heteronormativa.

Os estupradores agem assim apoiados em discursos machistas que são transmitidos até eles, e por eles, das mais variadas formas. O conteúdo desse discurso tem como foco a ideia de que o poder sexual está no homem, e que este tem o direito de realizar esse poder sobre a mulher ou sobre outros homens (que, dentro da sociedade binária, não reproduzem os estereótipos de masculinidade e virilidade) como quiser e sempre que julgar necessário. Tais valores são repassados para toda a sociedade, que revitimiza a mulher, principalmente por, segundo a concepção geral, colocar-se nas chamadas ‘situações de risco’, nas quais a mesma é a culpada por não seguir as regras de conduta. (SOUSA, 2017, p.12-13)

⁸ Depoimento do promotor de Justiça Alexandre Carrinho Muniz, da 8ª Promotoria de Justiça de Palhoça e que atua no Tribunal do Júri da comarca. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/femicidio-nao-e-crime-passional/>>.

As regras de conduta mencionadas dizem respeito à vítima se colocar em situações de risco, como passar em um beco escuro, ingerir uma quantidade elevada de álcool, não se atentar ao tamanho de roupa usada. É o discurso da cultura do estupro que legitima os homens a se aproveitarem de toda e qualquer consumação sexual. “Nessas narrativas, a relativização da violência sexual mostra-se informada, em grande medida, por valores e convenções de gênero que invertem a vitimização feminina.” (ROST E VIEIRA, 2005, p.269).

Nesse contexto, o ativismo feminista constitui-se como sujeito fundamental na luta pelo reconhecimento dos direitos individuais das mulheres. Muitas foram as conquistas do movimento feminista, não obstante, percebe-se que a luta atual é contra um patriarcado numa nova roupagem. O empoderamento das mulheres representa o fim da subjugação, o fim das práticas e mentalidades patriarcais. O empoderamento significa aumentar o poder e implica a liberdade de decisão sobre a vida, além de defender a igualdade de gênero e o direito aos espaços deliberativos. Em consequência da libertação da lógica dominante em que as mulheres tinham a responsabilidade de “ser para os outros”, isto é, quando as vidas delas tão somente poderiam alcançar satisfação em atender as necessidades dos outros sejam filhos, companheiro ou comunidade (OLIVEIRA, 2005), percebe-se que o patriarcado apresenta um novo ritual de adaptação para melhor aplicar suas táticas e estratégias que admitem uma prática sexista. A cultura machista engaja essa lógica sexuada “segundo a qual lugares, papéis, atividades e posições das pessoas são definidos segundo seu sexo social, seu gênero, masculino ou feminino.” (MUNIZ, 2017, p.38).

Conforme declara Passinato (2011), as discussões estão avançadas quanto ao exercício perverso de poder de dominação dos homens sobre as mulheres, sendo assim, são claras as evidências de que “o patriarcado pode não estar extinto nem estar apresentando sinais de exaustão, mas seguramente sofreu transformações para garantir sua sobrevivência num mundo em que os papéis sociais de gênero estão mudando em velocidade vertiginosa” (id., p.237), principalmente, ao considerarmos as campanhas de conscientização e práticas de empoderamento da mulher. Tendo consciência dessa complexidade e da luta histórica desencadeada por anos, torna-se notória a necessidade de novas medidas, a fim de transformar a cultura de opressão e violência, em igualdade e respeito de gêneros. Muniz (2017) elenca algumas medidas pelas quais é possível acreditar em avanços e melhoria na qualidade de vida das mulheres:

- a) políticas públicas para igualdade de gênero;
- b) campanhas cotidianas que sejam recorrentes nos ambientes familiares, escolares e nas ruas;

- c) o apoio das redes sociais e institucionais para serviços especializados no atendimento às vítimas da violência doméstica;
- d) a repreensão e erradicação dos crimes de violência contra a mulher por meio de medidas legais e penas mais severas;
- e) maior visibilidade dos espaços institucionais, em prol da defesa dos direitos das mulheres e do combate à violência de gênero;
- f) disponibilização de cursos, fóruns de debate e seminários, entre tantas outras possibilidades.

É a partir de discussões mais significativas, envolvendo a trajetória de luta incansável da mulher brasileira e a exposição dos desafios enfrentados até hoje que o presente trabalho está engajado. O objetivo é desnaturalizar as práticas de violência contra a mulher, evidenciando que, quando omissos, o Estado acaba compactuando com o quadro ostensivo de mortes dos corpos femininos. Consciente, de uma mentalidade estruturalmente conservadora, busca-se a anulação de culpabilização das vítimas de feminicídio, observando os atos pragmáticos empregados e refletindo sobre o histórico da mentalidade patriarcal, nos comentários do *Facebook*.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 “Quebrando a cara”: atos pragmáticos de ameaça à face e (des)equilíbrio ritual das interações

A pesquisa insere-se no âmbito da pragmática e da interação, interessando-se pelo estudo das faces (des)construídas em interações nas redes sociais, com base na teoria dos atos de fala e em teorias da polidez e impolidez. O conceito de atos de fala, introduzido por Austin (1990), inaugura nos estudos da linguagem os graus de performatividade desses atos, uma vez que em toda enunciação há uma ação, pois dizer é fazer algo com as palavras: “dizer algo é fazer algo; *ao* dizer algo estamos fazendo algo, ou *por* dizer algo fazemos algo.” (AUSTIN, 1990, p.85). A performatividade é um conceito importante, pois está relacionada ao contexto e à força ilocucional dos atos de fala, o que significa dizer que vários elementos linguísticos assumem valores, funções e sentidos que variam de situação para situação, isto é, um enunciado pode assumir o sentido de uma promessa, uma ordem, um insulto, uma ofensa dependendo dos elementos linguísticos, do contexto enunciativo e do tipo de relação existente entre interlocutores envolvidos na situação. Os atos podem ser explícitos, implícitos ou indiretos, o que também complexifica o fenômeno.

Reformulada por Searle (1982), a teoria dos atos de fala incorporou novos aspectos da teoria de Austin (1962/1990) e trouxe novas contribuições para os estudos pragmáticos, sobretudo no que se refere à indiretividade dos atos de fala. Searle (1982) acredita que nos atos de fala indiretos, os participantes revelam o que se diz, efetivamente, pautando-se no contexto das informações mutuamente compartilhadas, informações linguísticas e não linguísticas e, ao mesmo tempo, na capacidade de inferência racional do participante que recebe a mensagem. Kerbrat-Orecchioni (2005) discute a teoria dos atos de fala, entendendo-os como atos de linguagem, o que amplia a discussão no interior de uma perspectiva interacionista, cujos enunciados são sempre submetidos aos parceiros de interação, onde os sentidos são coconstruídos: “Todo enunciado submetido ao parceiro de interação se apresenta como um emaranhado de valores semântico-pragmáticos mais ou menos evidentes no contexto” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, p.167). Jacob Mey (2014), pragmaticista dinamarquês, propõe atos pragmáticos para se referir a atos de fala, como o objetivo de enfatizar o quanto os fatores “extralinguísticos”, isto é, a vida social, estão integrados à linguagem: “Basicamente, a

pragmática olha sempre para a voz a partir do modo como ela é societalmente produzida, condicionada, moldada, estruturada.” (MEY, 2014, p. 168)

Neste trabalho, consideram-se atos pragmáticos para configurar maior aderência da língua ao seu contexto real, integrada à dinâmica interacional, do modo como a língua é, de fato, utilizada. Segundo Mey:

A pragmática certamente não é um componente de análise linguística. Eu penso que a pragmática é uma ciência independente. Ela tem a ver com um modo de olhar para a língua. Então eu me alinho à visão de que a pragmática é uma perspectiva na linguagem, não um componente da linguística. Isso também significa que não é fácil definir pragmática. (MEY, 2014, p.167)

Como se pode notar, não é tarefa fácil definir pragmática, mas podemos situá-la no âmbito da interação, onde os sentidos são construídos com e por meio dos atos pragmáticos empregados, colocando em cena o usuário da linguagem, as condições de produção nas quais as interações ocorrem, as escolhas linguísticas empregadas e como foram condicionadas pelas restrições contextuais (MEY, 2014, p.167). Assim, ao considerar os participantes de uma interação e os diferentes contextos de produção, torna-se necessário também levar em conta não só os encontros, mas os desencontros nas interações, isto é, não apenas interações cuja orientação está voltada para o equilíbrio ritual, mas também aquelas marcadas por confrontos, conflitos e até violência.

Para Oliveira (2020, p.8), “[...] O processo de comunicação é complexo, o que pode nos levar, com um certo exagero, a admitir que o milagre é conseguirmos nos entender.” Consoante a autora, toda interação potencializa encontros e desencontros, já que se trata de humanos falando, agindo, interagindo, comunicando-se. Assim, o quadro interacional é constituído a partir da negociação de interpretações e de falhas de entendimento.

Cabe destacar que os desencontros não são raros, e nem sempre são casuais, pois o participante pode ser intencional ao não se esforçar para manter a coconstrução de entendimento na comunicação (ou às vezes a interação descamba para o desentendimento mesmo, de modo natural). Por exemplo, ao considerar o contexto de feminicídio e o papel interacional neste contexto, é possível afirmar o quanto os comentários sobre a mulher são carregados de ofensas, insultos, injúrias, atingindo a mulher por meio da violência simbólica (já que a física já foi feita) cuja reprodução do discurso de ódio acaba por fomentar um ato criminoso. Tendo consciência dessa complexidade, vale retomar Oliveira, a qual acredita que “seja qual for a motivação para comunicar, a interação é o palco onde a comunicação ocorre, onde refletimos e constituímos, através de nossas práticas, a sociedade da qual somos membros.” (OLIVEIRA, 2020, p.8)

É por meio da comunicação que é possível observar como foi construído um desencontro e/ou por que se optou em não manter o equilíbrio de uma interação. Grice (1967) já argumentava sobre o que acreditava ser o princípio básico presente na comunicação humana: o Princípio da Cooperação. Segundo esse princípio, as pessoas que se propõem a estabelecer uma interação, normalmente, cooperam para que a comunicação transcorra de maneira adequada. O autor acreditava que os diálogos não consistem em observações desconectadas, porém são “esforços cooperativos” em que cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito ou direção mutuamente aceita. Este princípio aponta quatro máximas que, quando entram em conflito, podem gerar a predominância de uma sobre a outra. As quatro categorias denominadas por Grice (1967) são: Quantidade, (quando há preocupação com a quantidade de informação selecionada); Qualidade (diz respeito a veracidade da informação); Modo (quando há atenção em como deve ser dito); Relação (diz respeito à relevância do objetivo da conversa, para que se estabeleça uma relação de pertinência entre os enunciados).

Apesar do esforço teórico em traçar as máximas de cooperação, temos visto o quanto são violadas em nome, no caso da pesquisa, do ataque ao *self* feminino. Sendo assim, nesta pesquisa, parte-se da premissa de que, algumas vezes, ocorre a violação intencional de uma ou mais de uma das máximas e, por meio de atos pragmáticos empregados, é possível observar casos de ameaça à face, impolidez e *flaming* (violência verbal, segundo Amossy, 2014), destacando-se mais rupturas que cooperação nas interações.

2.1.1 Por que o equilíbrio ritual nas interações deve ser preservado

Vimos observando como os trabalhos em interação preocupam-se, de modo geral, com os aspectos ligados à cooperação e ao equilíbrio nas interações humanas. Mas também observamos, conforme Oliveira (2020), já citada, o quanto nossas interações são pautadas por encontros e também desencontros, pois ambos integram o comportamento humano.

As interações moduladas pelos trabalhos de face na linha de Erving Goffman (1980) são imprescindíveis para observar os papéis sociais que são construídos a partir da comunicação. Ao tratar sobre interações conversacionais, suas reflexões contribuem de maneira relevante para a presente pesquisa. Sociólogo e professor, Goffman trouxe um dos conceitos fundamentais para o estudo das interações que muito contribuiu para o campo da pragmática e da interação, com ênfase na maneira de ver os espaços públicos, em função das relações sociais e dos

comportamentos das pessoas, no que pesem os esforços necessários em prol do equilíbrio ritual como um jogo de faces em elaboração permanente. O autor (1980) instaura o termo *face*, discutindo as relações estabelecidas entre os participantes, em quaisquer encontros sociais ou contextos enunciativos; onde há um comprometimento dos sujeitos envolvidos para evidenciar uma postura, isto é, uma linha de conduta a ser seguida. De acordo com o autor:

O **termo face** pode ser definido como valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante a um contato específico. Face é uma imagem do self, delineada em termos de atributos sociais aprovados- embora se trate de uma imagem que pode ser compartilhada por outros, como quando a pessoa consegue fazer uma boa exibição profissional ou religiosa fazendo uma boa exibição para si. (GOFFMAN, 1980, p. 77)

A face é coconstruída, isto porque a face é sustentada pelos outros, no entanto, “toda pessoa tende a experimentar uma resposta emocional imediata à face que lhe é proporcionada por um contato com outros” (GOFFMAN, 1980,77). Sendo assim, é possível afirmar que a face pode ser validada, julgada ou reprovada nos processos interacionais, além de ser atravessada pelas emoções que estão em jogo nas interações.

Logo, a face é uma construção social que flui das relações que se estabelecem entre os participantes da interação. No decorrer do contato social, os participantes do evento deveriam primar tanto pela construção e preservação de sua própria face quanto pela face dos demais, pois ambas as faces são construções da mesma ordem. São as regras do grupo e a definição da situação interativa em particular que determinam o quanto e como as pessoas estarão envolvidas, inclusive emocionalmente, com essa construção e preservação mútuas de suas faces (cf. Goffman,1980). Em nosso trabalho, o conceito de face se aplica na medida em que se busca observar como as interações são estabelecidas por meio do trabalho de faces entre os participantes.

Os membros de um determinado círculo social tendem a adotar dois tipos de orientação de face, segundo Goffman. A orientação defensiva – usada para a defesa da própria face – ou orientação protetora – usada para salvar a face do outro. Embora tendam a coexistir, numa interação, algumas práticas serão prioritariamente defensivas ou protetoras, ou seja, dependem do contexto de que emanam e das escolhas de cada componente da interação. Goffman (1980) alerta que, ao tentar salvar a face do outro, é necessário atenção para não cometer um ato que a ameace ou leve à perda da própria face. No *corpus* selecionado, alguém que tenha se expressado mal (não tenha sido claro o suficiente, por exemplo), ou tenha feito uma declaração a qual desestabiliza a face do outro, ao tentar justificar-se para impedir um constrangimento maior,

pode involuntariamente perder a própria face. Assim também, ao tentar salvar a própria face, o participante precisa estar ciente da perda de face que essa ação de proteção a si mesmo pode acarretar ao outro participante da interação (GOFFMAN, 1980, p. 84).

Outro aspecto importante diz respeito ao “desapego” da face, pois essa “não se aloja (...) na superfície do corpo de uma pessoa, mas (...) se localiza difusamente no fluxo dos eventos que se desenrolam no encontro” (GOFFMAN, 1980, p.78). Ou seja, a face não é uma máscara/fantasia a qual alguém “traja” para removê-la depois: é um comportamento social que se apoia em regras culturais, lugar social e manutenção da linha seguida. Há perda de face quando não se sustenta a linha a ser mantida. Em contrapartida, o sentimento de confiança e segurança na interação configura uma pessoa que está em face (quando se acredita estar com a face resguardada). Ou seja, durante a comunicação, o participante adota uma *linha* consistente que corrobora o valor social que reivindica para si. Desta forma, é possível afirmar que a pessoa está em face, já que se sente respaldada (com a face protegida), e ao levar em consideração as ideias do outro participante que circunscreve a interação, não terá medo de perder a face, pois a linha construída está consistente. Assim, uma mulher que conteste uma fala machista, procurará fazê-lo considerando suas próprias impressões, mas também se apoiará no contexto que produzirá sua opinião, a fim de não perder a sua face. Ela poderá assumir a linha de um grupo de minoria, e pode-se esperar que esteja apoiada na face assumida: de alguém oprimido e desprivilegiado socialmente.

Goffman (1980, p.77) compreende *linha* como “um padrão de atos verbais e não-verbais através dos quais [a pessoa] expressa sua visão da situação e, através disso, sua avaliação dos participantes, especialmente de si mesma”. Quer dizer que independentemente de a pessoa pretender assumir uma linha ou não, acabará por fazê-lo na prática. Conforme dito anteriormente, os participantes envolvidos na interação deduzem que houve uma posição, conduta tomada por uma determinada pessoa, e para lidar com a resposta dos demais participantes, a pessoa, em questão, precisará levar em consideração a impressão que possivelmente foi formada sobre si mesma e sobre os outros. A linha é peça importante na interação, pois, é o meio pelo qual as pessoas buscam se calçar para possíveis problemas que podem surgir no futuro. São as percepções a respeito do outro que vão nortear a forma como o participante irá agir num determinado encontro social. Este conceito é de extrema relevância para a pesquisa, pois será a partir da linha assumida pelos participantes da interação que se poderá identificar/perceber a intencionalidade do ato pragmático.

Havendo ou não tido a intenção de fazê-lo, a pessoa acabará descobrindo ter seguido uma linha. Os outros participantes suporão que ela, mais ou menos voluntariamente, tomou uma posição de tal forma que, para lidar com a resposta dos outros a si mesma, tal pessoa deve levar em consideração a impressão que possivelmente formaram dela. (GOFFMAN 1980, p.76)

Ao sofrer um ato de ameaça à face, o sujeito recorre a alguns mecanismos de proteção à face. Tais procedimentos constituem os denominados *face-work* (trabalho de face), cujos tipos são identificados como:

1. *Evitação*: consiste em evitar contatos nos quais exista a probabilidade de ocorrências de atividades ou tópicos de ameaças. Os mecanismos utilizados incluem não falar sobre temas ou assuntos constrangedores, trocar de assunto em certos momentos, usar determinadas figuras de linguagem (eufemismos, ambiguidades, perífrases), fingir que não se notou um incidente até deixar um local específico. (cf. GOFFMAN, 1980, p.84)
2. *Processo corretivo*: consiste na tentativa de retificar os prejuízos causados à face e restabelecer o equilíbrio da interação. Trata-se de atos ritualísticos como, por exemplo, chamar atenção para a conduta equivocada (desafio), pedir perdão ou recorrer a uma explicação a fim de corrigir a ofensa (oferenda). (cf. i bid.)

Os *face-work* são expressamente significativos para a pesquisa, já que fazem parte das manobras adotadas pelos participantes quando perdem a face, ou quando evitam certas declarações, a fim de não desestabilizarem a face do outro. Segundo Goffman (1980, p.85):

Certas manobras protetoras são tão comuns quanto as defensivas acima descritas. A pessoa mostra-se respeitosa e polida, não deixando de estender a outros o tratamento cerimonial que lhes possa devido. Emprega discrição, deixa de expor fatos que poderiam implícita ou explicitamente contradizer e embaraçar as reivindicações positivas feitas por outros.

Sendo assim, em uma interação, os participantes estão, a todo tempo, negociando suas faces, pois todos estariam envolvidos em criar uma espécie de regulação interacional nos encontros sociais dos quais fazem parte para evitar um desequilíbrio de face iminente. Por essa razão, de acordo com a teoria de Goffman, a interação constitui-se de uma atividade mútua em que os participantes (que exercem função de mediadores) monitoram a todo tempo a face uns dos outros e lançam mão de estratégias para afastar a possibilidade de conflito.

No entanto, cabe pontuar que, ao se valer das manobras defensivas descritas por Goffman, os participantes da interação estão realizando uma escolha. Nesse mesmo sentido, é possível afirmar que nem sempre o desejo do participante será sustentar a face do outro

participante. Existem casos nos quais os participantes da interação não se preocupam em proteger a face do outro, tampouco com a sua própria face. São casos que também serão tratados pela pesquisa, uma vez que os desencontros e conflitos atravessam as interações humanas e, em situações de agressão à figura da mulher, os ataques à face e a violência verbal tornam-se expedientes corriqueiros.

2.1.2 Atos de ameaça à face e (im)polidez

As contribuições de Brown e Levinson (1987) assumem um papel importante para o presente trabalho, pois o conceito de face, como o valor social que uma pessoa reclama para si mesma, derivado de Goffman (1980), é reformulado, atendendo a uma orientação dupla face, seja em relação a este valor social, seja referente à manutenção de territórios pessoais ou de grupo. Assim:

- a) face negativa: contestação de territórios, reserva pessoal, direito a não distração, ou seja, liberdade de ação e de imposição;
- b) face positiva: autoimagem ou personalidade (incluindo o desejo de que essa autoimagem seja apreciada e aprovada) pelos participantes.

As interações, segundo os autores, seriam reguladas por um princípio de dois desejos de face: o de não sofrer imposições (ao território – crenças, desejos, etc.) – **face negativa** – e o de ser aprovado e aceito em suas performances – **face positiva** (OLIVEIRA, 2008). Logo, entende-se que face positiva é a conceituação de face adotada por Goffman (1980) e consiste no desejo de ser aprovado, apreciado, entendido; e face negativa diz respeito à reivindicação básica para privacidade e preservação pessoal e manutenção de território, atuando no conjunto das regras de polidez (ou até mesmo impolidez, no caso de infração destas regras).

Uma vez, então, que as regras podem ser violadas, os autores observaram que as faces das pessoas podem ser ameaçadas, colocando em risco o princípio da polidez e, assim, identificaram atos que ameaçam a face (AAF) positiva e a negativa, agrupando-os em quatro categorias:

- a) atos que ameaçam a face positiva do ouvinte/destinatário: desaprovação, críticas, insultos, acusações, menção de assuntos tabus (inapropriados para o contexto); desprezo, ridicularização, discordâncias, expressões de emoções violenta (fora de controle).

- b) atos que ameaçam a face negativa do ouvinte/destinatário: pedidos, ordens, sugestões, conselhos, avisos;
- c) atos que ameaçam a face positiva do falante: pedidos de desculpa, humilhação, confissão;
- d) atos que ameaçam a face negativa do falante: aceitação de ofertas e de agradecimentos, aceitação de elogios (BROWN&LEVINSON, 1987, p. 313).

Os autores (op. cit) identificaram três variáveis culturais, as quais determinam o grau de ameaça de um ato, a saber: a) distância social entre os participantes, ou seja, o grau de intimidade/conhecimento entre eles; b) relação de poder entre falante e ouvinte, isto é, as diferenças de status entre eles, dizem respeito ao grau de imposição que o falante pode ter sobre o ouvinte ou vice-versa; c) classificação cultural do grau de imposição, quer dizer, como cada cultura entende o quão grave é aquele ato num dado contexto.

As variáveis apontadas pertencem a um repertório cultural que comumente se evidencia nas interações; nas interações virtuais, tais variáveis atuam, porém, circunscritas às especificidades deste contexto. Em geral, nas interações em rede, o anonimato e a intermediação da tela tornam-se agentes propulsores de AAF: (a) sensação de proteção por trás da tela; (b) compartilhamento de ideias e valores de um determinado grupo em relação ao outro que está sendo atacado – sentimento de territorialidade; (c) pouca probabilidade de um encontro no futuro; (d) distanciamento social/emocional: a pessoa pode se sentir mais à vontade em ameaçar a face de um desconhecido (cf. RECUERO, 2009b; GUARANHA e GOMES, 2019).

O aparecimento de AAF (atos de ameaça à face) também já era previsto nos estudos de Goffman (1980), na seguinte passagem, em que o autor já alertava que “Toda prática de salvar a face que consegue neutralizar uma ameaça específica abre a possibilidade de a ameaça ser introduzida pelos benefícios que pode trazer” (GOFFMAN, 1980, p.91). Explica também que o jogo de busca do equilíbrio interacional tem o propósito de preservar a linha tomada pelos participantes, caso contrário, corre-se o risco de se instaurar um conflito na interação.

Em síntese, é possível afirmar que Brown e Levinson, fundamentados nas concepções de Goffman, detalharam os atos de ameaça à face. Por exemplo, ao ocorrer um incidente na interação, a pessoa cuja face foi ameaçada busca reestabelecer a ordem ritual (GOFFMAN, 1980) e, para isso, faz um pedido de desculpas, porém, ao pedir desculpas comete um ato de ameaça à face positiva contra si mesmo. No entanto, caso o participante não deseje corrigir o incidente e insista em discordar do seu interlocutor, pode vir a cometer um ato que ameace a face positiva deste interlocutor, o que sugere que sempre é possível haver situações que desestabilizam a ordem ritual, implicando na perda de faces.

Considerando a polidez como um jogo de preservação de faces, Brown e Levinson (op.cit.) tratam da polidez positiva, da negativa e ainda destacam tipos de polidez indireta. A polidez positiva é orientada para a face positiva do interlocutor, a autoimagem positiva que o ouvinte/receptor reivindica para si mesmo; é o desagravo à face positiva do interlocutor. Reside em satisfazer, parcialmente, os anseios desse interlocutor, dando a entender que há desejos comuns entre ambos. Algumas estratégias⁹ de polidez positiva são:

1. Manifestar atenção para os interesses, desejos ou necessidades do interlocutor.
2. Exagerar na aprovação e simpatia pelo interlocutor.
3. Manifestar interesse pelo interlocutor.
4. Mostrar que você entende o que ele diz.
5. Evitar discordância.
6. Dar ou pedir razões para o que deve ser feito, justificar-se.
7. Mostrar que os interlocutores pertencem a um mesmo grupo, por meio de traços lexicais.
8. Afirmar ou assumir reciprocidade.
9. Dar presentes para o interlocutor (bens, solidariedade, compreensão, cooperação).

A polidez negativa, por outro lado, é orientada principalmente para a face negativa do interlocutor, a autoimagem positiva que o ouvinte/destinatário reivindica para si mesmo. Brown e Levinson (1987) acreditam que a polidez negativa ocorre quando se empregam expressões que evitem imposições ao interlocutor, como o uso de evasivas, como o desejo de não querer comprometer o outro. Podem-se considerar algumas estratégias¹⁰ de polidez negativa:

1. Ser convencionalmente indireto.
2. Ser evasivo, não se comprometer.
3. Ser pessimista.
4. Mostrar deferência.
5. Desculpar-se.
6. Impessoalizar o falante e ouvinte para indicar que o falante não quer impor algo para interlocutor, restringindo o direito de reserva pessoal.
7. Oferecer compensações.
8. Realizar o AAF como uma norma social, obrigação.
9. Assumir o débito, ou não colocar o ouvinte em débito.

⁹ Brown e Levinson (1987, p. 322).

¹⁰ Brown e Levinson (1987, p. 322).

Há uma natural tensão na polidez negativa, pois à medida que se busca manter a reserva pessoal, os envolvidos acabam perdendo a face na interação. As desculpas são consideradas estratégias de polidez negativa, pois difundem respeito, deferência, por meio do uso de atenuadores. A polidez negativa, neste caso, seria uma estratégia de autoanulação e restrição baseada em ritual de evitação.

Por fim, Brown e Levinson (1987) também classificam a polidez indireta (*off record*), que simboliza um ato comunicativo indireto, pois quem usa este recurso deixa uma saída para si, ficando implícito um número de interpretações defensáveis. Com esse mecanismo, a intenção do enunciador de AAF não fica nitidamente marcada, assim, é possível evitar responsabilidade sobre o ato ou deixar a interpretação por conta do interlocutor. Entre outras estratégias de polidez indireta¹¹, destacam-se:

1. Conceder pistas associativas.
2. Fazer insinuações.
3. Pressupor.
4. Minimizar a expressão: dizer menos do que é requerido.
5. Exagerar a expressão (hipérbole): dizer mais do que é requerido.
6. Recorrer à tautologia.
7. Lançar mão de contradições.
8. Ser irônico.
9. Usar metáforas.
10. Usar perguntas retóricas.
11. Usar elipse.
12. Ser ambíguo.
13. Ser vago.
14. Generalizar.

Compreender as estratégias de polidez na interação e, principalmente, poder percebê-las em uso entre os participantes evidencia o jogo de proteção às faces que pode ocorrer nos encontros interacionais. Segundo Wilson (2012, p.104) “o que as teorias de polidez estabelecem, é na verdade, um ideal de conduta humana centrado na cooperação”. Os estudos de Brown e Levinson constituem uma ponte para pesquisas posteriores tanto sobre a relação entre polidez e face quanto sobre os usos não polidos e impolidos que caracterizam as interações humanas. Antes considerados marginais, tais usos vêm ganhando relevo nas pesquisas e muitos

¹¹ Brown e Levinson (1987, p. 323).

deles são oriundos da tradição de Brown e Levinson, como a concepção de impolidez discutida por Culpeper (2003, 2011).

O termo *face* ganhou diferentes definições, porém, neste trabalho, serão contemplados os conceitos de face positiva e face negativa de Brown e Levinson, tais como os atos de ameaça à face (AAF). Por exemplo, ao dizer “Apenas pare! Reveja seu conceito.”, um participante da interação estaria realizando um ato de ameaça à face negativa da outra pessoa, porque estaria, por meio de uma imposição branda ou vigorosa, dependendo do contexto, da entonação e da relação entre os participantes, aconselhando, advertindo ou ordenando. Camadas de força ilocucional podem ser depreendidas, e uma análise pragmática deve levar isto em consideração.

Casos de ameaça à face positiva e negativa podem desfazer o equilíbrio ritual da interação, porém, podem ser contornados pelos participantes, caso haja interesse em fazê-lo. Por isso, Goffman se refere a processos de elaboração de face em que os participantes manipulam, negociam e encenam suas faces em prol da manutenção da situação comunicativa. Porém, as relações humanas são pautadas por confrontos, conflitos em situações cujas faces podem ser ameaçadas, até ultrajadas, pondo em risco a interação, ou seja, situações de agressão ou violência verbal com motivações distintas: casos de impolidez ou *flaming*. Estaríamos diante não de desvios de conduta, no sentido usual do termo, mas diante de comportamentos previsíveis, tendo em vista a natureza humana e que não estariam fora do escopo de investigação no campo das interações humanas:

[...] toda interação potencializa encontros e desencontros com relação ao que está acontecendo no aqui e agora de uma interação (...) É inegável que são muitos os fatores - estruturais, interacionais, socioculturais e/ou linguísticos - que podem favorecer a quebra de entendimento mútuo. Mas isso não pode nos levar a aceitar a ideia de que os desencontros são uma exceção.” (OLIVEIRA, 2020, p.7)

Para Oliveira (2020, p.8), embora o conceito de polidez não dependa do conceito de impolidez, não significa que não haja uma motivação mútua entre ambos, pois “polidez e impolidez se referem a duas opções de conduta verbal, conscientes ou não, voluntárias ou não, mas sempre coconstruídas na interação.” Neste trabalho, também compreendemos que não há uma oposição polarizada entre ser polido e ser impolido, e as opções entre uma atitude ou outra vão depender do *ethos* interacional.

Assim, a partir das condições de produção da interação, e levando em consideração os encontros e os desencontros, por meio do *corpus* selecionado, quer-se verificar como os AAF contribuem para a impolidez explícita (pela violência verbal, por exemplo) ou impolidez implícita (quando não há o uso estratégias de polidez) (CABRAL E LIMA, 2018),

considerando-se as escolhas linguísticas no interior do contexto enunciativo (CULPEPER et al., 2003).

Sob a perspectiva dos atos pragmáticos que ameaçam a face ou a desconstroem, encontramos em Culpeper (2011) contribuições importantes a respeito do fenômeno da impolidez nas relações interacionais. Apoiado nas concepções de polidez de Brown e Levinson, já comentadas, o autor delinea, em sua pesquisa, as estratégias de impolidez usadas na interação a partir das estratégias de polidez.

Costumeiramente, os conceitos de polidez e impolidez são agregados a valores positivo e negativo, respectivamente, em termos de face, no entanto, é necessário compreender que não há garantias de que toda sentença avaliada como positiva correlaciona-se ao fenômeno da polidez positiva: por exemplo, dependendo da força ilocucional do proferimento “Ela é muito ingênua!”, podemos caracterizá-lo como um elogio – que constitui um AAF (Brown e Levinson acreditam ser um ato de ameaça à face negativa do falante) ou como uma ironia (Brown e Levinson acreditam ser um ato que ameaça a face positiva do ouvinte), ou até mesmo como um caso de impolidez – se o efeito perlocucionário foi o de ridicularizar/evidenciar alguma atitude maliciosa. De igual forma, divertir alguém, embora seja visto de forma positiva, não necessariamente implica polidez, dependendo do tom, do momento e da força ilocucional. Assim, alguém que esteja tentando fazer uma piada “Aqui vemos um caso não tão raro de macho sem cérebro!”, pode estar sendo inevitavelmente não polido ou mesmo impolido. O autor endossa:

Pesquisas sobre polidez e impolidez tendem a ignorar o que faz o receptor da ameaça ou do ataque. Isso é crucial, pois, como todo analista de conversação sabe que a resposta a um enunciado pode revelar muito sobre como esse enunciado deve ser tomado. O estudo de Labov (1972) assume que se pode identificar um insulto pessoal, como oposta a ritualística, pela resposta que tais insultos provocam. Ele sugere que os insultos pessoais são seguidos por uma negação (cf. Labov, 1972: 333-335, 347). Por outro lado, o estudo de Harris et al. (1986) sobre agressão verbal observa a suposição comum de que a melhor maneira de salvar a face à luz do ataque verbal é contra-atacar.¹² (CULPEPER, et al. 2003, p.1562)

Culpeper argumenta que os processos de elaboração de face não são modelos específicos de polidez, porque são relações interpessoais que podem capturar traços de polidez

¹² O texto em língua estrangeira é: Research on both politeness and impoliteness has tended to overlook what the recipient of face threat or attack does. This is crucial, since, as every conversation analyst knows, the response to an utterance can reveal much about how that utterance is to be taken. Labov’s study (1972) assumes that one can identify a personal insult, as opposed to a ritualistic one, by the response that such insult elicit. He suggests that personal insults are followed by a denial (cf. Labov, 1972:333-335, 347). On the other hand, Harris et al.’s (1986) study of verbal aggression notes the common assumption that the best way to save face in the light of verbal attack is to counter-attack.

e impolidez. No entanto, presume que há, para a impolidez, um conjunto próprio de fórmulas convencionalizadas: (i) *vocativos negativos personalizados* (tais como: “porco”, “podre”, “porra”, “idiota”, etc.²); (ii) *asserções negativas personalizadas* (a exemplo: “você é patético, mal-humorado, hipócrita, puta, etc.”³); (iii) *referências negativas personalizadas* (como em: “seu fedorento”, “cadáver”, etc.); (iv) *referências negativas de terceira pessoa personalizada* (visto em: “ela é doida”⁴). Segundo o autor, há ainda outras estratégias cujos resultados configuram impolidez, são elas: críticas, reclamação, pressuposições desagradáveis, demissões, desafio, desrespeito, perguntas e pressuposições ofensivas, condescendência e não mostrar empatia pelo outro.

Sobre as fórmulas convencionalizadas, Culpeper adverte que o fato de serem consideradas impolidas ou não vai depender dos efeitos perlocucionários, da avaliação do ouvinte e do contexto enunciativo em questão. Por exemplo, expressões que teriam uma carga negativa, pejorativa ou ofensiva podem, a depender da situação, da relação entre os pares, assumir traços de afetividade, a saber: “safado”, “cachorro”, como vocativos falados entre amigos; ou asserções negativas personalizadas como “Você não vale nada!”. Tais proferimentos podem não implicar perda de face, caso o contexto não seja ofensivo ou constrangedor para os participantes. Conclui-se, então, que o emprego de estratégias de impolidez não necessariamente resulta em atos de impolidez, uma vez que as interações são construídas em contextos particulares, ainda que possamos lançar mão de fórmulas que se tornaram cristalizadas com o uso.

Além da impolidez direta, há outras maneiras de se observar e marcar a impolidez linguística, sendo a indiretividade um fenômeno que a salienta:

[...] neste caso a obliquidade funciona na direção oposta: porque "você tem algo a declarar" é uma crença impolida, os tipos mais indiretos de pergunta [por exemplo. "Você não tem nada a declarar"] são progressivamente mais impolidos, mais ameaçadores, do que as perguntas do tipo sim-não. (CULPEPER, 2011, p. 1549, tradução nossa)⁶

A indiretividade está presente em atos polidos ou impolidos, e também está suscetível ao uso no contexto interacional. A exemplificar, “Você poderia me passar o sal”, proferido em uma mesa de jantar, numa situação mais formal, é consideravelmente mais concebível como um fenômeno de polidez do que de impolidez. Por outro lado, “Nossa! Parabéns por ser ignorante e burro em 3 linhas!” mesmo em contextos de violência verbal, marcados por sentimentos de raiva e ódio, podemos encontrar atos pragmáticos indiretos para marcá-los, como o sarcasmo do exemplo.

Evidentemente, como já mencionado, a análise pragmática deve levar em conta o *ethos* interacional, uma vez que “não há nenhuma alegação, então, de que se pode reconstruir as reais intenções dos falantes, mas sim que as intenções "plausíveis" podem ser reconstruídas, dadas as evidências adequadas⁷.” (CULPEPER et al., 2003, p.1554). Assim, recuperar as repostas aos ataques à face seria uma forma de reconstruir as evidências para a interpretação pragmática de uma determinada situação. Por essa perspectiva, torna-se ainda mais nítido que as estratégias norteadoras do ataque à face são mais complexas e nem sempre previsíveis dado o quadro interativo e o contexto específico. A impolidez, segundo Culpeper (2011, p.30), manifesta-se com frequência de maneira implícita mais do que por fórmulas, propriamente ditas. Não obstante, é possível perceber que os atos impolidos não são costumeiramente usados em posição de indiretividade, pelo contrário: ao realizar o ataque à face, o participante da interação buscará realizá-lo de forma explícita. Isso torna-se ainda mais notório ao observarmos as interlocuções construídas nas redes sociais, cujos ataques à face são realizados de forma explícita.

Além da indiretividade, a impolidez é, segundo Culpeper, o resultado da combinação de várias estratégias que culminariam em um efeito cumulativo de impolidez a depender de cada interação. O autor propõe cinco superestratégias que são projetadas para o ataque à face, porém, não faz afirmações sobre como devem ser ordenadas por grau de ofensa ou sobre o quão rígidas são as distinções entre elas. As cinco superestratégias elencadas a seguir serão ferramenta crucial para análise do corpus selecionado, já que, a partir delas, buscar-se-á identificar qual performance é recorrente no ataque à face.

1. Impolidez direta. Isso é diferente da estratégia de diretividade de Brown e Levinson, que é implantada para polidez em circunstâncias bastante específicas, ou seja, onde há pouca face em jogo, uma situação de emergência ou nenhuma intenção de prejudicar o rosto do ouvinte. Em contraste, a impolidez direta é tipicamente implantada onde há muito face em jogo, e onde há uma intenção por parte do falante de atacar a face do ouvinte
2. Impolidez positiva. O uso de estratégias destinadas a prejudicar a face positiva do destinatário, deseja ('ignorar, desprezar o outro', 'excluir o outro da atividade', 'Desassociar-se do outro', 'ser desinteressado, despreocupado, antipático', 'usar marcadores de identidade inadequados ', " usar linguagem obscura ou secreta ", " buscar desacordo ", 'Fazer o outro se sentir desconfortável (por exemplo, não evitar o silêncio, piada ou usar conversa fiada) ', ' usar palavras tabu ', ' chamar de outros nomes ', etc.).
3. Impolidez negativa. O uso de estratégias destinadas a prejudicar a face negativa do destinatário [...] ('assustar', 'condescender, desprezar ou ridicularizar', 'invadir o espaço do outro', ' associar explicitamente o outro a um aspecto negativo ', [...]' impedir ou bloquear o outro - física ou linguisticamente', etc.).
4. Sarcasmo ou Polidez falsa. O uso de estratégias de polidez que são obviamente falsas e, portanto, permanecem realizações superficiais. Sarcasmo (falsa polidez para desarmonia social) é claramente o oposto do gracejo (falsa impolidez para a harmonia social).
5. Polidez retida. Fique em silêncio ou deixe de agir onde o trabalho de polidez é esperado. (CULPEPER, 2003, p. 1554, tradução nossa)

Há ainda uma outra questão que tangencia a impolidez e diz respeito à intencionalidade de sua aplicação. Tendo em vista contextos cujas manifestações linguísticas são, por excelência, conflituosas, cabe à pesquisa esclarecer a expressão de impolidez não apenas como uma falha da polidez, mas algo intencional. Nem todas as interações optam pela preservação da face do outro, pelo contrário: há participantes que optam por serem decididamente impolidos. Para Culpeper et al. (2003), quando um participante percebe em alguma assertiva o uso de estratégia de impolidez – notadamente um ato de ameaça – há duas medidas a serem tomadas: responder ou não responder (ficar em silêncio). Ao responder, o participante tem duas opções: pode aceitar o ataque à face ou pode contestá-lo. Goffman (1980) já previa certos tipos de atitudes que, ainda que fossem manobras de proteção à face, poderiam configurar um ato impolido. Uma delas é o desafio – “pelo qual participantes tomam a responsabilidade de chamar a atenção para a conduta desviada” (GOFFMAN, 1980, p.88), mas deveriam trazer o evento ameaçador de volta à linha formada. Nem sempre é o que ocorre no caso das interações aqui apresentadas, isto é, a maioria dos envolvidos não esboçam uma atitude para a retomada da linha de conduta.

Outra discussão que exige mais esclarecimentos é a associação entre emoções e (im)polidez. Culpeper (2011) afirma que a raiva comumente está relacionada ao conceito de impolidez, porque articula-se como um ato impolido por ter infringido alguma norma ou direito social. O autor lembra que “a raiva carece de um antônimo afetivo para a polidez”¹³ (CULPEPER, 2011, p.29, tradução nossa). Como já mencionado, é preciso ainda evocar que compete ao participante julgar se os atos pragmáticos se tornam impolidos ou não. Logo, o contexto da interação e a avaliação dos interlocutores influenciam na compreensão do fenômeno da impolidez. Porém, tanto a polidez como a impolidez associam-se a emoções sejam positivas, sejam negativas. As negativas, como insatisfação, ressentimento, raiva, ódio, segundo Wilson (2017), são usadas como atos de ameaça à face – de forma atenuada ou intensificada, chegando a casos de impolidez, dependendo da linha de conduta traçada entre os participantes da interação. Em contexto de reclamação, como o analisado pela autora, é possível observar o modo como os reclamantes agem para serem bem-sucedidos em suas reivindicações. Dependendo da qualidade da relação em termos de atenção ou falta de atenção; consideração ou descaso; indiferença ou negligência por parte do reclamado, os reclamantes assumiam tonalidades de polidez diversas, culminando com atos impolidos quando nada mais tinham a perder, nem a própria face (cf. CERBINO, atual WILSON, 2001; WILSON, 2017). Assim, sentimentos considerados embaraçosos e constrangedores em contextos institucionais podem

¹³ O trecho correspondente em língua estrangeira é: “anger lacks a similarly specific emotional opposite associated with politeness”.

se manifestar e atuar tanto como atos de ameaça à face na manutenção da polidez (em casos de ocultamento ou dissimulação da emoção negativa, por meio de subterfúgios linguístico-discursivos) quanto na expressão da impolidez (em caso de afeto explícito). A impolidez, nestes casos, não seria considerada um ataque somente à face do reclamado, um ato de violência verbal gratuito (*flaming*), mas um ato de defesa pessoal do reclamante, diante do descaso e do desamparo ao qual foi submetido.

Tendo consciência da complexidade das concepções apontadas por Culpeper, torna-se evidente que existe um *continuum* entre polidez e impolidez. Nesse jogo de interlocuções, o ato de (im)polidez pode acontecer a qualquer momento da interação, rompendo as regras de um princípio de cooperação. Sendo assim, admite-se que “se a relação custo-benefício não se mantiver em equilíbrio, se não houver temor de perda das faces, a impolidez é um mecanismo que se ativa na interação.” (WILSON, 2017, p.2221)

Evidentemente, há casos em que a interação se dá pelo ataque à face. Por exemplo, alguém que vai “tirar satisfação” por alguma fofoca ou traição, dependendo do estado emocional da pessoa, pode apenas querer atacar a face de quem fez a fofoca, com o propósito de ridicularizá-la, simplesmente. Decerto a impolidez, de acordo com Cabral e Albert (2017, p. 278), ameaça a face do participante, com intenção de causar dano à face do outro e, por isso pode afastar o interlocutor da interação; diferentemente de atos que, ao expressarem polidez, zelam pela preservação da face na busca pelo equilíbrio ritual da interação.

Os fins de uma interação são diversos e de igual maneira os propósitos para o emprego de estratégias de impolidez são variados, sendo eles, “reforçar, reivindicar ou contestar um lugar de poder, expressar insatisfação, revelar habilidades em relação ao uso da linguagem, como ocorre com os insultos rituais estudados por Labov (1972), ou mesmo provocar humor (CUNHA, 2019, p.7). Quanto à impolidez, podemos destacar algumas definições encontradas em Spencer-Oatey (2005, *apud* Barros, 2017, p. 364) (i) “a (im)polidez é um rótulo avaliativo que as pessoas agregam ao comportamento, como resultado de seus julgamentos subjetivos sobre a adequação social”; a impolidez equivaleria a “julgamentos subjetivos que as pessoas fazem sobre a adequação social de comportamentos verbais e não verbais”.

É nesta gama de discussões que se entende a impolidez como fenômeno/estratégia que emerge em meio ao contexto situacional no qual os sujeitos estão inseridos. Sendo assim, a presente pesquisa não depreende a impolidez, simplesmente como oposto da polidez, ou a versão literal de seu antônimo “sem boas maneiras”, consagrados pelos atos e atitudes sociais, mas, um recurso usado conscientemente em situações culturais específicas. A impolidez pode se manifestar com dosagem implícita de sarcasmo (CULPEPPER, 2011); pode se comportar

como uma ferramenta transgressora contra a imposição de poder (OLIVEIRA, 2009); e também pode se interpor na despreocupação dos participantes em sustentar a face uns dos outros, na defesa de seus direitos, quando não têm mais nada a perder (WILSON, 2017) e, propositalmente, causar dano à face do outro (CABRAL E ALBERT 2017; WILSON, 2017). Tendo em vista as estratégias de impolidez e as diferentes concepções apontadas, a presente pesquisa também identifica o uso de atos impolidos em contextos de violência verbal.

2.2 “De cara quente”: comentários nas redes sociais: interação e violência verbal

Os comentários eletrônicos são gêneros discursivos com características próprias das redes digitais, como o *Facebook* e desempenham função importante na relação entre os internautas que optam por este gênero em suas interações virtuais. Neste espaço, é possível reagir a outros comentários ou postagens, expressar opinião, pontos de vista, emoções a respeito de um assunto determinado. Os comentários postados compõem um rico acervo em informações que permitem estudos, análises, descrições comportamentais e de conduta, que é o propósito desta pesquisa: a análise pragmática de interações de natureza conflituosa com foco no feminicídio. Conforme Forechi:

[...] o ambiente digital, ao se constituir no nosso espaço de existência, de interação e de participação, é uma espécie de novo espaço público. Não um espaço à parte, para onde podemos ir e nos refugiar, mas um espaço do qual fazemos parte ainda que não estejamos conectados. Isso significa que a interação de outros com o nosso perfil nas redes sociais digitais, desde que tenhamos um perfil ativo, independe de estarmos *online*. (FORECHI, 2018, p.48)

Os comentários ou *posts* publicados em redes sociais, mídias sociais ou sites de notícias costumam não obedecer às regras do jornalismo impresso. No geral, em comentários eletrônicos, não há restrição do que pode ser dito ou publicado, visto que eles não são editados. Apesar de *blogs*, *fanpages*, grupos fechados e alguns sites de notícias disporem de um moderador¹⁴, os comentários são constituídos por qualquer apreciação de cunho opinativo dos internautas.

Apesar de espaços bem demarcados, os comentários apresentam-se como textos opinativos, nos quais os comentaristas expõem seus pontos de vista, mediante os temas

¹⁴ Figura responsável pela averiguação e exclusão de comentários inapropriados e pessoas.

veiculados. Os comentários podem ocorrer de maneira síncrona – em tempo real com outros internautas – ou assíncrona – quando a conversação não ocorre de forma simultânea – tendo em vista os diferentes espaços ocupados pelos comentaristas. Segundo Reid (1991 apud RECUERO 2009, p.155):

As ferramentas síncronas seriam aquelas que permitem uma expectativa de resposta imediata ou, em uma mesma identidade temporal, como as salas de *chat*. Seriam ferramentas que simulariam uma troca de informações de forma semelhante à interação face a face. Já nas ferramentas assíncronas, a expectativa de resposta não é imediata, mas alargada no tempo.

De acordo com Silva (2014, p.6), pode-se admitir o comentário como gênero textual, pois: “apresenta uma sequência textual argumentativa, uma ordem de ideias argumentativas”, sendo possível que o usuário expresse opinião, debata, exponha opiniões, concordando ou não com quem postou uma notícia, uma imagem, ou outro comentário sobre um tema determinado. Balocco e Sheperd (2016) definem comentários como gêneros, pois compartilham traços comuns e:

[...] fazem referência a um texto anterior; são de responsabilidade de um usuário; são textos opinativos que ocorrem em espaços delimitados no jornalismo digital, ou são textos que sofrem restrições impostas pelo software (tamanho); são assim denominados (‘comentários’) pela própria mídia digital. (p.1022)

Para Forechi (2018, p. 67), o comentário é considerado uma prática cultural e uma narrativa. Como narrativa, “permite falar sobre o momento presente, sem preocupações com estilo, forma ou adequações a padrões ortográficos e gramaticais”; como prática cultural, “se aproxima do que poderíamos chamar de narrativa colaborativa ou narrativa do presente, prestando-se a ser constantemente modificado pela interferência do outro.”

Diferentemente da opção *curtir*, o comentário expõe as faces, colocando-as, potencialmente em risco, devido à maior participação e ao maior engajamento dos internautas entre si, de forma mais explícita, ainda que protegidos pela tela ou algumas vezes pelo anonimato. Em geral, neste tipo de interação, busca-se pela aprovação e legitimação de valores, ideias, sentimentos e pontos de vista, assim construindo uma “rede” de seguidores que compartilham o mesmo “perfil”, como argumenta Recuero:

Os atores também utilizam-se da conversação para construir valores e ter acesso a recursos do grupo, tais como a legitimação de impressões a respeito de si mesmos, o acesso a informações, o suporte e o apoio social etc. (RECUERO, 2003, p.5)

Do mesmo modo que há um engajamento mútuo em torno de uma ideia ou ponto de vista, há um esgarçamento das relações no caso de opiniões que se tornam polêmicas ou que possam gerar um tipo de conflito, criando assim um motivo para a expressão da violência verbal: “Os comentários são ‘reações dos leitores na multidão’ e se destacam por seu caráter sentimental em relação ao tema abordado.” (FORECHI, 2018, p.67). Quanto maior a exposição do comentarista, maior dispêndio de energia e maior custo para a elaboração da face. Quando se trata de interações conflituosas, intensificam-se a energia, o custo e as emoções envolvidas entre os participantes.

Os debates nos comentários são ambientes propícios à perda de face iminente, já que nem sempre os comentários são dados de forma pacífica. Os participantes podem ser impolidos ao passo que tentam ser polidos, ou podem ser decididamente impolidos quando defendem seu ponto de vista, ou valem-se da violência verbal (também denominada de *flaming*): “As relações não precisam ser compostas apenas de interações capazes de construir, ou acrescentar algo. Elas também podem ser conflituosas ou compreender ações que diminuam a força do laço social.” (RECUERO, 2009b, p.37). Por essa razão, a autora afirma que, nos sites das redes sociais, há uma fragilidade nas negociações de face, devido às mudanças de linha nas interações.

“A possibilidade de que todos possam, não apenas ter opiniões, mas expressá-las abre as portas para as ofensas e as expressões de ódio, que ficam documentadas num espaço que não é o “seu espaço” na rede social, mas um espaço ao qual todos têm acesso.” (FORECHI, 2018, p. 50). Considerando que a opinião dos participantes em rede é um imperativo para estar no ciberespaço, o comentário é um espaço de interação que retrata modos de comportamento nestes espaços. Tendo em vista a rede social Facebook, os papéis de representação, a partir do perfil do comentarista, podem ser tomados como atos de resistência, denúncia, causas sociais, exposição de ideias, instrumento de críticas ou de ofensas e injúrias.

Neste âmbito de articulações, por meio dos comentários, ocorrem também os desencontros. Em alguns casos, são os elementos extratextuais que compõem os comentários que podem estimular um desencontro na interação, propiciando, assim, enquadres de desestabilizações de face, empregos de atos impolidos e manifestações de *flaming*. É preciso considerar que as seções destinadas aos comentários contam também com elementos extratextuais, tais como: (i) alheamento ao conteúdo do texto – quando o internauta não lê a postagem na íntegra, não lê o link veiculado e não sabe ao certo do que se trata e já emite a opinião; (ii) busca de confirmação – neste caso, o internauta quer apenas a confirmação/aceitação de suas ideias, busca a aprovação e curtidas dos demais seguidores da página; (iii) interferência de crenças consolidadas – quando não há leitura da postagem veiculada ou

preocupação com o conteúdo e contexto da mesma, pois, neste caso, já se têm bem definidas as próprias crenças. (cf. FORECHI, 2018). Em virtude disso, nota-se que a postura precipitada do internauta ao emitir um comentário, considerando-se o contexto de produção, pode exprimir falta de zelo com a face alheia, como também uma intenção discursiva em ser impolido, xingar ou ofender deliberadamente. Assim, os elementos extratextuais apenas confirmam que há mais informações nos comentários do que nos textos explícitos na mensagem enviada, embora, às vezes, seja possível identificar esses elementos no próprio comentário. O conteúdo de um comentário pode ser amplamente visível e replicável e, no caso das redes sociais, como o *Facebook*, possibilitam ações sequenciais, como reações, respostas e compartilhamento de comentários.

[...] comentários, em tese, são modos de comunicação reativos, avaliativos e contextualmente fincados sobre o conteúdo que lhes motiva – vídeos, fotografias, textos, produtos comercializados etc. Comentários podem ser produzidos imediatamente após uma publicação disparadora, mas também depois de horas, dias ou anos[...] (BIAR; PASCHOAL, 2020, p.1054)

Em suma, a presente pesquisa considera o comentário como um gênero de caráter autoral e pessoal, com conotações expressivas de práticas culturais de representação de grupos sociais pautados por valores explícitos ou implícitos, evidenciados ou recuperados nas interações analisadas. Sendo assim, as estratégias de (des)construção de face tornam-se nítidas nos espaços destinados a esse gênero, sobretudo em interações conflituosas, com foco no feminicídio, em que a expressão de violência verbal se faz presente.

No âmbito da pragmática, há uma gama de pesquisas que buscam identificar em quais contextos o uso agressivo da linguagem se manifesta. A violência verbal está associada à “impolidez, descortesia, polêmica, controvérsia, rudeza, violência (conflito, agressividade, transgressão) verbal” (CUNHA, 2019, p.2). Neste trabalho, empregaremos o termo *flaming*, a expressões de violência verbal explícitas e gratuitas. De fato, segundo Aranha (2014), o próprio termo (*flame*) evoca a ideia de “debate inflamável”, uma vez que a exacerbação está intimamente relacionada à essência do fenômeno. Tendo em vista a ideia de uma discussão inflamada fortemente violenta, cujos participantes da interação expressam hostilidade, por meio de xingamentos, ridicularizações, injúrias, insultos a caráter, religião, inteligência e, até mesmo, ofensas às habilidades físicas, requer entendermos, mais especificamente o que é o *flaming* e identificar em qual contexto o fenômeno surge.

A princípio, o *flaming* foi estudado por diversos autores em busca de uma definição que o denominasse de maneira mais completa, o fenômeno chegou a ser definido como uma

conversa ligeira e incessante, a respeito de um assunto desinteressante ou de uma atitude ridícula. No entanto, verificou-se nessas interações que havia mais interesse dos participantes na troca de insultos do que na informação, a qual foi estopim para o início da discussão. Não é difícil imaginar que o *flaming* é um fenômeno comum nos ambientes digitais, dadas as circunstâncias de interação, em especial, nas redes sociais.

O conceito de *flaming* surge em um contexto leigo de comunidades virtuais, travestido de um comportamento verbal negativo “com o poder metafórico de incendiar um debate, ou “fritar” um internauta”, segundo O’Sullivan e Flanagin (2003, apud BALOCCO; SHEPHERD, 2017, p.1018). O *flaming* significa mais do que uma acalorada discussão virtual, entre dois internautas, que discordam sobre pontos polêmicos. A partir do momento em que a prática assume contornos mais violentos de *cyberbullying*, por exemplo, pode levar, em algumas sociedades, pessoas ao suicídio, à demissão do emprego, ao abandono familiar, à evasão escolar, etc. Assim, percebe-se que o *flaming* contribui para a identificação de valores comuns nas comunidades virtuais, ignora, concomitantemente, os efeitos psicológicos e sociais produzidos que não podem ser negligenciados (cf. Aranha, 2014).

Ballocco (2016, p. 504) acredita que *flaming* (ou violência verbal) seja “o resultado direto do funcionamento discursivo da mídia digital, que permite a aparição de um “eu” anônimo, passional, regido apenas por seus impulsos e não pela razão.” Este fenômeno tem sido discutido em diversas áreas, desde os estudos da comunicação e da psicologia social até a área dos estudos da linguagem. O conceito já foi abordado e estudado em três ondas de estudos.

Em primeira instância, no primeiro momento, buscou-se compreender se o *flaming* é resultado característico das mídias sociais ou é motivado pelos contextos sociais em que ocorre. Num segundo momento, pautada numa concepção mais ampla do fenômeno, buscou-se focar numa definição rígida do objeto de estudo e nas questões de conceituação e restrição do fenômeno. Para isso, os estudiosos lançaram mão de instrumentos para classificar o *flaming*, mensurar sua intensidade e o identificarem propriamente. No entanto, devido à carência de recursos conceituais, metodológicos e epistemológicos desses estudos iniciais, aderiu-se a uma redefinição de *flaming*. Por isso, dividiu-se em três ondas distintas de estudo e classificação do fenômeno.

Sendo assim, o presente trabalho irá apontar, de maneira breve, as principais discussões de cada onda, abordadas por diferentes pesquisadores. Não há um autor representante específico para cada onda, mas há pesquisas representativas das três ondas, as quais apontaremos de forma objetiva.

Na primeira abordagem de *flaming*, Spears e Lea (1992, apud BALOCCO; SHEPHERD, 2017, p.1019), inserem em suas pesquisas as conjecturas de que a anonimidade proporcionada pela interação online propicia a despreocupação dos participantes. As autoras chamam de “efeito de perda de inibição” e têm uma impressão de impunidade por parte dos indivíduos em relação aos seus atos.

Acredita-se que exista perda do senso de identidade pessoal em ambientes virtuais, ou seja, em interações online, em detrimento da identidade social que delimita os grupos cujos participantes se identificam ou mesmo aqueles grupos em que não há identificação. Balocco e Shepherd (2017, p. 1019) acrescentam:

[...] a interação via mídia digital (ou IMC, interação mediada por computador) não incorpora os traços não-verbais e contextuais da interação face a face, tais como as expressões faciais, a gesticulação, o tom de voz, indicadores de posição social e status, dentre outros fatores da situação imediata em que se dá a interação. Esta redução de recursos expressivos (ou “fraqueza dramática das mensagens”, segundo Kiesler et al. 1984 apud Jane 2015:67) levaria a busca de elementos para compensar aquela falta, na expressão verbal da emoção, indiretamente motivando um impacto reduzido das normas sociais que regulam as interações verbais.

Na segunda onda de estudo, se quis entender até que ponto “aquilo que é considerado um *flame* por um analista seria também visto como linguagem hostil e agressiva por seu destinatário.” (BALOCCO; SHEPHERD, 2017, p.20). Possuem estudos representativos nessa onda: Thompson e Folger (1996), assim como, O’Sullivan e Flanagin (2003). Os estudos nessa segunda abordagem mostram que os *flames* são compreendidos como hostis e agressivos quando revelam antagonismo em relação ao outro participante de uma interação via mídia digital. Essa segunda abordagem expõe uma certa fragilidade ao tentar universalizar o conceito de *flaming*, desprezando as normas culturais, locais e interacionais que variam no tempo e mudam suas formas mediante a função de seus suportes interacionais. Logo, não é imediata a constatação de um *flame*, pelo contrário, é necessária a interpretação do participante, que deve levar em consideração as normas procedentes de uma específica troca interacional (cf. BALOCCO, 2016).

E, por fim, a última abordagem é responsável pela delimitação do fenômeno *flame*, discutindo-se o aspecto negativo e destrutivo. Possuem estudos representativos nessa onda: O’Sullivan e Flanagin (2003), assim como Lange (2006). Os pesquisadores da última abordagem salientam ainda que a preocupação metodológica excessiva pode conferir a designação de *flame* para algo que em certas comunidades não é. Por isso, O’Sullivan e Flanagin (2003 apud BALOCCO; SHEPHERD, 2017, p.1021) classificam os *flames* em

“comunicações nas quais há intenção de violar as normas de interação social e em que tanto o destinatário quanto uma terceira pessoa percebem a violação daquelas normas”. Nessa perspectiva, os autores propõem apreciação dos *flames* sob três concepções (de produtor da mensagem, de destinatário e de um terceiro) ao longo de um contínuo, que oscila mediante a interpretação da mensagem como mais ou menos adequada. Por isso, é importante levar em consideração aspectos interacionais no estudo de *flaming*, pois um determinado grupo social (“intra-group norms”) pode admitir certas normas de interação.

Os estudos de Balocco e Shepherd (2017) debruçam ainda sobre a distinção do uso gratuito de linguagem ofensiva e o uso de linguagem ofensiva no interior de um quadro de conflito, discutidos por diferentes autores.

No primeiro, observa-se a transgressão de normas de conduta verbal (facilmente caracterizado como comportamento livre de inibições e uma violência verbal sem propósito e sem direção). No segundo caso, no entanto, a violência verbal acomoda-se, não a uma situação particular de interação problemática (O’SULLIVAN; FLANAGIN, 2003), mas a um quadro mais amplo de negociação de sentidos tensa, que se desenvolve a partir de um contexto de “trocas agonísticas” (AMOSSY, 2011), ou situadas num ambiente de dissenso. (BALOCCO E SHEPHERD 2017, p.1024)

A violência verbal consiste para muitos estudiosos no emprego de insultos, ataques pessoais, difamação, palavrões, xingamentos, etc. motivados por posições antagônicas, em contextos das redes sociais ou não. Amossy (2017, p.174) designa o *flaming* como “língua corrente para designar interações hostis e agressivas nas discussões on-line, (...) que compreende injúrias, insultos e uma língua ultrajante”. Cabe destacar que, embora evidencie maiores dimensões nas comunidades virtuais, o *flaming* não é exclusivo da interação face a face eletrônica. Amossy (2017) salienta que é possível encontrá-lo em outros espaços.

A autora não considera, de imediato, qualquer manifestação de língua ofensiva ou de injúrias, como *flaming*, pois considera algumas complexidades encontradas para conceituá-lo. Assim, elenca alguns parâmetros pelos quais é possível observar o *flaming*, dentre eles estão:

- a) “uma forte pressão ou coerção é exercida para impedir o outro de se exprimir e de se expor livremente seu ponto de vista.” (ibid., p.169)
- b) assertividade, ou seja, “a afirmação é apresentada de maneira peremptória e acontece mais como uma demonstração de força que prescinde de qualquer tentativa de justificativa.” (ibid., p.170)
- c) ridicularização, ou seja, “O ponto de vista apresentado é totalmente desconsiderado, ou ridicularizado, ou seja, é objeto de um ataque destinado a desconsiderar o outro e a colocá-lo fora do jogo.” (ibid., p.170)

- d) ataques pessoais³ que podem assumir muitas variantes: i) “ o ataque direto contra a pessoa do Proponente, que ataca seus traços morais e sua personalidade no lugar de refutar os argumentos que ele lança” (ibid., p.170); ii) aspecto “circunstancial” “que supõe uma inconsistência entre o argumento do Proponente e um aspecto circunstancial como seu comportamento, ou uma contradição em suas palavras – daí a desqualificação por incoerência”; iii) “argumento distorcido: o Proponente é acusado de ter interesses pessoais, um plano secreto e, conseqüentemente, de não produzir um raciocínio objetivo e honesto sendo assim, acusa-se da falta de um raciocínio objetivo e honesto” (ibid., p.171); iv) “o *tu quoque* (você também): consiste em voltar contra o outro a acusação apresentada contra você (aquele que o acusa de desdenhar de seus adversários, você responde: você também!).” (ibid., p.171)
- e) assimilação ao Mal absoluto (demonização do outro).
- f) exposição de sentimentos violentos por meio de marcas lexicais, sintáticas e prosódicas.
- g) uso de insultos.
- h) incitação de violência contra o outro: violência *in loco* quando a incitação ocorre de maneira simbólica (como expressão verbal que não exige efeitos imediatos) ou no plano prático (por vias de fato).

No entanto, pela perspectiva das ciências sociais, a sociopsicológica, por exemplo, o *flaming* enquadra-se em uma questão de transgressões às normas interacionais intencionalmente e reconhecida pelas pessoas envolvidas. As discussões sobre o assunto ainda assumem a possibilidade de um “comportamento normativo em um contexto social que modela as regras do meio” (Amossy, 2017, p.175). Desta forma, funciona em grupos sociais cujas normas partilhadas “aceitam” ou toleram a infração às regras de polidez, apesar de denunciá-las. Ou seja, o que é legitimado em determinado contexto pode não ser em outro. Acredita-se que o *flaming* faça parte de uma rotina aceita na comunidade virtual, já que se subentende uma funcionalidade norteadada pelo contexto inserido o qual limita, porém, permite a agressividade nas interações conflituosas.

O essencial é reconhecer que diversos contextos de comunicação autorizam modos de confrontação diferentes e que a violência, mesmo quando se inflama, está sujeita aos ritos da interação. O insulto, que aparece como culpado porque transgride as regras de polidez e ameaça a face do outro, é autorizado em certos contextos, como do fórum de discussão. Ele por outro lado, é proibido em um debate televisivo em que sua

agressividade apareceria como intolerável e como prejudicial ao confronto. (AMOSSY, 2017, p. 192).

Em síntese, costumeiramente, numa perspectiva biológica, considera-se a agressão como reflexo de um determinado estado psicológico. Alguns estudos advogam pela agressão, como produto das causas sociais. O *flaming* (violência verbal gratuita ou discussões inflamadas violentas¹⁵) é um dos fenômenos em que se é possível também averiguar o comportamento agressivo de internautas viabilizados pelas comunidades virtuais em rede, seja como construtor de identidade, seja transgressor da relação interacional. “A violência verbal se inscreve nessa modalidade argumentativa caracterizada pelo choque de opiniões antagônicas; ela contribui para exacerbar a dicotomização, a polarização e, mais ainda o descrédito pelo outro.” (AMOSSY, 2017, p. 195)

Amossy acredita que há disparidades no que diz respeito às interações pelo computador: um grupo acredita que “é um lugar de livre curso de uma violência desenfreada e perigosa” (ibid., 2017, p.173); já outro grupo prioriza o espaço como ferramenta de cidadania e democratização. De acordo com a autora, soma-se ainda a isso o uso do anonimato para empregar a violência verbal, os internautas escondidos atrás de pseudônimos sentem-se mais seguros para promoverem ataques à face das demais pessoas online. “É no interior de um jogo de máscaras que ocorre uma despersonalização e, por isso, uma ‘desresponsabilização’ tanto na esfera jurídica quanto na esfera social e na ética (a pessoa do internauta não pode ser penalizada)” (AMOSSY, 2017, p.173). Tal declaração possui uma forte complexidade, visto que uma vez identificada a identidade verdadeira do internauta, evidentemente ele poderá ser responsável pelos crimes de racismo, intolerância religiosa e misoginia, por exemplo. Tendo consciência dessa complexidade, a discussão nos remete aos perfis *fakes*, que dificilmente serão encontrados, e, por essa razão, os usuários desse perfil *fake* sentem-se mais livres para fazerem uso de *flaming*.

Com base na investigação realizada para compreender o conceito de *flaming*, observa-se que são diversos os aspectos apontados pelos distintos autores para identificação do fenômeno. Sendo assim, a presente pesquisa, elencou cinco características recorrentes nas teses apresentadas pelos autores, que propiciam a ocorrência de *flaming*:

- a) **anonimato do emissor:** principalmente em casos em que o *flaming* ganha contornos cada vez mais agressivos (BARKER, 2001, *apud* ARANHA, 2004), pois no contexto virtual o sujeito escreve um conteúdo que não expressaria no

¹⁵ Amossy (2017, p. 174).

processo de interação face a face (ALONZO E AIKEN 2004, *apud* ARANHA, 2014). O anonimato “permite aos participantes intervirem no espaço virtual sob uma identidade emprestada, geralmente posta em causa.” (AMOSSY, 2017, p.173)

- b) **conteúdo provocativo ou ofensivo:** a postagem propicia respostas geradores de *flaming*;
- c) **discordância**, com intuito exclusivo de um “linchamento *online*”: casos de humilhação, ofensa e descrédito do interlocutor no lugar do embate de ideias. (ARANHA, 2014); Amossy (2017) chama de *comunidade de protesto* a união dos internautas em um ataque a um inimigo comum.
- d) **manifestação em espaços públicos:** considerando as redes sociais como um espaço público;
- e) **falha de percepção do receptor** ou da expressão do emissor: neste caso, o *flaming* inicia-se por falta de compreensão e interpretação errônea da mensagem do outro ou mesmo falha na transmissão da mensagem. Nesse aspecto, entram a ambiguidade, obscuridade, excesso ou supressão de informações.

Para incluir um comentário na categoria de *flaming*, é preciso identificar graus de ameaça de violência, seja de forma implícita ou não. Além disso, as mensagens tendem a ser mais rudes e vulgares explicitamente e podem ocorrer numa interação mediada pelo computador (fóruns de pesquisa ou comentários em redes sociais). Cabe salientar que o fenômeno não é restrito às interações eletrônicas. Amossy (2014, p.174) ainda salienta que “esse conflito não é puro fruto de uma interação na internet: ele se relaciona a um contexto político, cultural e religioso, de modo que as discussões inflamadas aparecem como a expressão de conflitos exteriores à internet”. Vale destacar que, segundo Alonzo e Aiken (2004 *apud* ARANHA, 2014), os maiores praticantes de *flaming* são os homens. E por essa razão, a pesquisa almeja verificar os casos em que o fenômeno ocorre no contexto de feminicídio, a fim de perceber como acontece o uso da violência verbal gratuita nas interações conflituosas dos comentários selecionados.

3 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

3.1 Natureza da pesquisa

Neste trabalho, optamos pela pesquisa qualitativa de caráter interpretativista, pois é esta que melhor se adequa ao propósito da pesquisa, a começar pela análise pragmática dos dados, uma vez que “os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETE, 2003, p. 63) e permitem um redirecionamento da investigação, a partir da interpretação dos dados.

As pesquisas voltadas para a análise de dados extraídos da internet, como é o caso deste trabalho, crescem progressivamente. A ascendência desta ferramenta para diversos estudos de fenômenos sociais e comunicacionais é justificada, por exemplo, pelo desenvolvimento da interação em tempo real que a rede possibilita ao pesquisador observar. O gênero comentário do *Facebook*, objeto de nossa pesquisa, é um espaço na rede social onde os internautas manifestam diferentes emoções e expressam opiniões a respeito de qualquer postagem que podem ser imediatamente respondidas, de modo síncrono ou assíncrono.

Para a presente pesquisa, também é pertinente compreender a relação que ocorre num contexto específico e, assim, “produzir conhecimento sobre as ações dos membros de uma espécie social que atuam em grupos sociais e em comunidades de práticas situadas” (Garcez et al., 2014, p. 4). Por meio de um olhar atento às ações dos internautas/comentaristas na interação em pauta, serão interpretados os usos da linguagem que expressam violência verbal, num contexto de feminicídio e de litígio da emancipação da mulher na atualidade.

A pesquisa será desenvolvida com o foco principalmente na elaboração de *face* – conceito de Goffman (1980) – e *flaming* (AMOSSY, 2017) na interação, verificando quais escolhas linguísticas e discursivas os internautas explicitam em seus atos pragmáticos quando se referem à mulher e como são construídos os AAF (Atos de ameaça a face) – conceito de Brown e Levinson (1987) – usando os recursos de impolidez (CULPEPER, 2003, 2011) construídos nos comentários.

3.2 Contexto da pesquisa: a rede social Facebook

É de extrema relevância considerar o cenário atual da internet para o presente trabalho. Pesquisas revelam que 26% da população mundial têm acesso à internet, o que corresponde a 1,7 bilhões de pessoas, segundo o Relatório Anual da União Internacional de Telecomunicações (FOLHA.COM, 2010). O número de usuários já sinaliza esse crescimento concomitante das redes, pois a cada cinco internautas quatro se relacionam em sites pela internet. Ciribelli e Paiva (2011) acrescentam que no Brasil, isso não difere, e o número de internautas cresce de forma acelerada. No Brasil, o percentual de domicílios que utilizam a Internet subiu de 69,3% para 74,9%, de 2016 para 2017, representando uma alta de 5,6 pontos percentuais. Os autores, baseados nos dados oferecidos pela Nielsen Online (IBOPE, 2010a), revelam que em agosto de 2010 o número de usuários ativos chegou aos 41,5 milhões (aproximadamente 22% da população). Houve um aumento de 5,9 % em apenas um mês, quando ainda em julho do mesmo ano, possuía 39,2 milhões. A pesquisa mostra também que os brasileiros passam mais de 60 horas por mês navegando na internet, sendo as redes sociais uma das principais razões. Ainda, de acordo com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), havia uma estimativa de assinaturas de banda larga móvel para o alcance de 4,3 bilhões globalmente até o fim de 2017: um crescimento anual de 20% desde 2012. No Brasil, segundo dados do IBGE (2020), o percentual dos que usavam banda larga **fixa** evoluiu de 71,4% em 2016 para 73,5% em 2017 e chegou a 75,9% em 2018.

Nos últimos anos, a mídia social é proeminentemente um dos meios que vêm se destacando progressivamente e que dá suporte às redes sociais na internet. Ao se falar em redes sociais, associa-se imediatamente ao conceito de mídias sociais. As redes sociais não precisam estar necessariamente no ambiente digital, diferentemente das mídias sociais, pois podem aparecer, por exemplo, na escola, na política, no trabalho assim como em **ambiente digital**, pautada em relações online. De acordo com Aguiar (2008, p.2):

Redes sociais são, antes de tudo, relações entre pessoas, estejam elas interagindo em causa própria, em defesa de outrem ou em nome de uma organização, mediadas ou não por sistemas informatizados; são métodos de interação que sempre visam algum tipo de mudança concreta na vida das pessoas, no coletivo e/ou nas organizações participantes.

Aguiar (op.cit) afirma que os usuários das redes sociais podem assumir o papel de indivíduo ou de ator social – o que, neste caso, corresponde à representação ou atuação em

nome de empresas, movimentos, comunidades, etc. Consoante Ciribelli e Paiva (2011), as redes sociais podem ser formadas por pessoas ou organizações que partilham valores e objetivos comuns e não se limitam a uma estrutura hierárquica ou meio.

Há um grande equívoco nos conceitos de redes sociais e mídias sociais, que, apesar de estarem no mesmo universo, possuem perfis distintos, uma vez que “Mídia social é o meio que determinada rede social utiliza para se comunicar” (CIRIBELLI E PAIVA, 2011, p.59). As mídias sociais possuem público-alvo e dispõem de ferramentas que possibilitam de maneira mais instantânea e acessível à comunicação dos usuários, por meio de postagem de mensagens instantâneas e textos, compartilhamento de vídeos, áudios e imagens. O foco dessas mídias pode ser profissional, amizades, relacionamentos amorosos e pesquisas.

Logo, mídia social corresponde a um termo mais amplo que se estende a todas as formas de troca e disseminação de conteúdo e mensagens pelos internautas. Já a rede social diz respeito às relações estabelecidas entre pessoas ou grupos, podendo ser on-line ou não. Ambas as definições convergem em muitos aspectos, e a linha que os separa é tênue. Para maiores esclarecimentos, consideraremos o *Facebook* majoritariamente como rede social, afinal, seu objetivo é o relacionamento de pessoas. No entanto, também seria possível classificá-lo como mídia social, já que também tem espaço para disseminar informações e conteúdo de empresas, por exemplo.

Tendo em vista as discussões apresentadas, é imprescindível saber a importância da maior rede social no Brasil: o *Facebook*. O *Facebook* primordialmente é uma rede social, pois se volta para o relacionamento entre pessoas e experiências de troca, como já mencionado. No entanto, também se encaixa na categoria mídias sociais, uma vez que possui um cenário mais amplo: promove e permite a disseminação de conteúdos e mensagens de forma descentralizada. De acordo com a pesquisa realizada pela Equipe Goobec, são 2,23 bilhões de e-mails cadastrados no banco de dados no site de Mark Zuckerberg. Apesar de a plataforma *Youtube* registrar um crescimento significativo de novos cadastros entre 2017 e 2018, o *Facebook* ocupa o primeiro lugar no pódio, ainda é o líder mundial no ranking de usuários, à frente do *WhatsApp* e *Instagram* desde 2017. Segundo relatório interno do *Facebook*, consolidado em junho de 2018, dos 2,23 bilhões cadastrados, 127 milhões de pessoas ativas mensalmente estão conectadas no Brasil. Cabe a ressalva de que a população brasileira é estimada em 201,1 milhões habitantes (IBGE,2019)¹⁶. Desse total, mais de metade da população está conectada ao *Facebook*.

¹⁶ O Site do IBGE disponibiliza o número de habitantes e indica que o tempo médio para o aumento da população é de 20 segundos. Até a presente data, contava com 2010.085.917 pessoas.

O *Facebook* é uma rede social que permite convite e aceitação ou recusa de solicitações de amizades. Um espaço que possibilita que todas as publicações na página sejam públicas ou privadas. Quando públicas, qualquer amigo de rede ou amigos de amigos de rede ou mesmo desconhecidos que acessarem o perfil do usuário no *Facebook* poderão visualizar todas as informações postadas. Além disso, a rede social conta com o recurso de figurinhas, gifts e *emoticons*, que são utilizados para reagirem a uma publicação. No caso dos *emoticons*, antes restritos apenas à opção “curtir”, desde 24 de fevereiro de 2016, permite novas possibilidades de interação por meio dos novos *emoticons*. O *Facebook* dispõe os *emoticons* “curtir” ou “like” (cujo símbolo é um joinha), “amei” (cujo símbolo é um coração), “haha” (cujo símbolo é uma carinha sorrindo), “uau”, (cujo símbolo é uma carinha de boca aberta) “triste” (cujo símbolo é uma carinha chorando” e “grr” (cujo símbolo é uma carinha alaranjada nitidamente irritada/aborrecida)¹⁷. Essas opções viabilizam a possibilidade de interação mais específica na reação à postagem.

A rede social também possibilita a formação de grupos, *fanpages*, *marketplace* e eventos. Os grupos são espaços onde se reúnem pessoas com interesse comum, a fim de compartilhar entre si informações a respeito de um determinado assunto específico. Há duas opções de privacidade para grupos a) público – qualquer pessoa pode ver quem está no grupo e as publicações dos membros; b) privado – é necessário fazer a solicitação para se tornar um integrante, e somente membros podem ver quem está no grupo e as publicações. O *marketplace* é um espaço destinado à compra e venda de produtos entre usuários da rede social. E a *fanpage* é uma página pública, com número ilimitado de seguidores cuja finalidade é criar maior interação entre pessoas e disseminar ideias, marcas ou produtos. Os fãs da página, aqueles que curtiram a *fanpage*, recebem em seu *feed* de notícias todas as publicações da página. Por ser um espaço público, propício à maior interação entre os usuários do *Facebook*, optamos por trabalhar, nesta pesquisa, com os comentários da *fanpage* “Quebrando o tabu.”

¹⁷ Respectivamente símbolos representativos dos *emoticons*:

3.3 Material de pesquisa: descrição, caracterização e procedimentos de análise

O material da pesquisa é constituído por comentários, em interações de cunho misógino, selecionadas da *fanpage* “Quebrando o tabu”. Optou-se pela seleção de 3 publicações cujas matérias registram casos de mulheres vítimas de feminicídio. A partir do interesse de análise, a página “Quebrando o tabu” foi selecionada por ser uma das *fanpages*, pró-minorias, mais influentes na internet brasileira, que surgiu com intuito de divulgação de um documentário denominado “Quebrando o tabu”. Trata-se de uma página criada em 1 de janeiro de 2011, assumidamente de esquerda, (https://www.facebook.com/pg/quebrandootabu/about/?ref=page_internal) que possui mais de 10.331.137 milhões de curtidas, além de 10.863.208 seguidores atualizados na data de 24 de Junho de 2019. Por meio de seus posicionamentos, a página atrai atenções de militantes de direito humanos e movimentos de esquerda, em contrapartida, recebe incisivas críticas de internautas da extrema direita. No entanto, a polarização gerada em suas postagens por si só cumpre o papel de divulgação da página. Em 2016, a página atingiu a marca de 2,9 milhões de engajamentos (interações como curtidas, comentários e compartilhamentos de um *post*), superando o *Jornal Nacional* (líder no ranking com 7,8 milhões de seguidores) cuja marca de engajamentos é 183 mil, consoante a métrica do *Facebook*. A página “Quebrando o Tabu” superou-o 16 vezes mais.

O principal responsável e criador da página é Guilherme Melles, um jovem formado em comunicação social pela Faculdade Cásper Líbero que possui experiência como produtor e diretor de vídeos para publicidade, TV, cinema e de conteúdo focado em internet. Guilherme coordena a marca de mídia “Quebrando o Tabu” desde 2011.

Para se ter uma ideia de como as informações são encontradas no *Facebook*, a figura a seguir indica algumas de suas usabilidades e apresenta a página inicial da *fanpage* “Quebrando o Tabu”.

Figura 1 - Página inicial da *fanpage* “Quebrando o Tabu”



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/quebrando>>.

A figura 1 representa a página de fãs (*fanpage*) do *Facebook*, visualizada por quaisquer internautas que tenham contas cadastradas no site e que tenham feito *login* para acesso. É crucial a descrição da figura 1, a fim de melhor delimitar o universo de pesquisa. Desta maneira, por meio da página de abertura, é possível constatar uma divisão de três partes. Verifica-se a presença de um menu à esquerda, mural de notícias ao centro e informações sobre a página à direita. Em (1), há um menu de guias ou seções entre as quais o usuário pode escolher para mudar a apresentação do mural consoante suas preferências. Nesse item, podemos observar: “página inicial”, “publicação”, “vídeos”, “sobre”, “eventos”, “grupos” entre outras opções, que quando clicadas por um usuário, tomam o lugar de destaque ao centro. Assim, ao pressionar qualquer uma dessas abas, o internauta obterá, em dimensões de destaque, a seção desejada no centro da tela.

Em (2), são expostas as possíveis formas de interação do usuário com a página. Neste segmento, verificam-se as opções de “curtir”, “seguir” e “compartilhar”. Neste caso, é possível identificar se o usuário curte e, conseqüentemente, já segue a página, pois uma vez curtida a *fanpage*, o *Facebook* insere o inscrito na categoria de seguidor da página. De acordo com o desejo do seguidor, ele poderá deixar de seguir a página apenas “descurtindo-a” a qualquer momento. Ao curtir e seguir uma página, será possível ver todas as atualizações (informações e publicações), no próprio *feed* de notícias. A seção “compartilhar” viabiliza o compartilhamento da página, propriamente a divulgação da página “Quebrando o tabu”, neste

caso, com intuito de ter mais visibilidade para os amigos de rede. Além dessas opções, quando acionados os três pontinhos ao lado de “compartilhar”, são apresentadas aos usuários as opções de “sugerir edições”, “criar página”, “curtir como sua página”, “convidar amigos”, “bloquear página” e “denunciar”.

Em (3), notam-se algumas das informações dispostas em (1) sobre a página, além de outras opções, como as páginas curtidas, data de criação de página e contatos, como e-mail e endereço de site. No *link* “enviar mensagem”, é possível fazer contato direto com o administrador da página, por meio do *messenger*¹⁸. Já na aba “comunidade”, vê-se o número de pessoas que curtiram a página e o número de seguidores.

Em (4), no ponto central, temos o mural de notícias (*newsfeed*). Neste espaço, é possível publicar fotos, textos e vídeos. Essa é a parte que proporciona maior dinamismo, devido à linha do tempo (*timeline*). É válido salientar que a linha do tempo ou *timeline* é o lugar designado para publicações do administrador da página; habitualmente em ordem cronológica, as publicações mais recentes aparecerão na página principal de postagens. Costumam também ficar em evidência as últimas postagens do administrador da página ou mesmo as publicações/atualizações realizadas pelos usuários. A linha do tempo abarca desde a foto de perfil até o mural de notícias, o qual traz textos contendo imagens (estáticas ou animadas), vídeos e links para outros textos, principalmente. Sem dúvida, é a seção com mais destaque, tendo em vista que é de onde saem as postagens que proporcionam dinamismo e engajamento para a *fanpage*.

O recorte temático para esta pesquisa encontra na palavra feminicídio sua principal delimitação para a constituição do *corpus* de estudo. Por conta do extenso número de postagens sobre o assunto, após a pesquisa por *posts* na página “Quebrando o tabu”, selecionaram-se os casos em que se destacaram atos de ameaça à face, impolidez e *flaming* nas interações entre os internautas.

A coleta da pesquisa tem sido realizada desde setembro de 2018, com olhar atento a toda manifestação de *flaming* ou impolidez observada nas interações. Cada uma das postagens obtidas foi salva por meio de *print*, editadas no Word e arquivadas em uma pasta no computador, foram mais de 500 comentários lidos em, pelo menos, 8 postagens diferentes. Deste modo, o estudo é constituído por um *corpus* com 45 comentários referentes a três diferentes postagens sobre feminicídio, publicadas na página “Quebrando o tabu”.

¹⁸ É um aplicativo cuja função básica é a troca de mensagens entre usuários do *Facebook*.

A pesquisa pretende identificar 45 comentários que sinalizem maior violência na linguagem, configurando um quadro de *flaming* em grupos de comentários que contenham o fenômeno da impolidez. Foram coletados 15 comentários de 3 postagens distintas, totalizando 45 comentários, conforme já mencionado. A partir de comentários que justificam a morte de mulheres por um viés de culpa e deterioração da vítima, objetivamos verificar como ocorre o processo de elaboração de face dos próprios comentaristas, além de quando e como se manifestam os AAFs e as expressões de violência verbal.

Para melhor compreensão e análise, agrupamos os comentários em três categorias¹⁹: (i) **comentário inicial** – é aquele cujo enunciado irá despertar respostas de outros internautas, habitualmente, que culpabilizam ou rechaçam as vítimas e possuem conotação machista e misógina. Vale destacar que o comentário inicial não precisa obrigatoriamente ser o primeiro comentário da postagem, mas sim o desencadeador de outros comentários. Possui caráter de primeiro já que a partir dele suscitarão mais comentários; (ii) **comentário provocador** – é a primeira resposta denunciante ao conteúdo expresso no comentário inicial. A partir do comentário provocativo, outros internautas ganham força para insultar e ridicularizar o comentarista inicial. Esse tipo de comentário também poderia ser chamado de comentário desafiador, já que desestabiliza a face do outro; (iii) **comentário derivado** – são todos os demais comentários que sucedem os comentários inicial e provocador, de maneira hostil. Vale lembrar que o produtor do comentário inicial pode ser também produtor de um comentário derivado, à medida que responde aos demais usuários. A fim de exemplificar melhor, há uma sequência dos tipos de comentários apontados a seguir:

A.T- Eu estou dormindo, alguém vem abusar de mim e eu não vou ver?
Me poupe! Só se ela estava dormente.
(comentário 1- **inicial**)

A.L – Tu leu toda a reportagem e o que achou mais intrigante no caso todo é se ela estava dormindo e não acordou? Parabéns! (comentário 2-
provocador)

B.M – Aguarda a lei do retorno, seu bosta!
(comentário 3 – **derivado**)

¹⁹ As categorias foram criadas pela presente autora, motivada pelos modelos desenvolvidos por Cabral e Lima (2018).

A quantidade de publicações baseou-se no critério de *saturação*, designado por Flick e May (2004). Nesta perspectiva, o pesquisador tem a sensibilidade para perceber que acrescentar novos dados não implicará uma melhor compreensão dos fenômenos estudados, já que se busca uma análise vertical de cada postagem/publicação e não uma generalização a partir da quantidade de ocorrências de um fenômeno.

Uma vez sendo considerada relevante a postagem para a análise, por referir-se ao assunto feminicídio, procedemos à identificação dos fenômenos de impolidez e *flaming*, utilizados no ataque à face, por meio de atos pragmáticos. De igual maneira, cabe ainda discutir como as escolhas linguístico-discursivas utilizadas pelos internautas fomentam o discurso de ódio contra a mulher, a partir das discordâncias entre os comentaristas. É necessário enfatizar que as postagens foram selecionadas por conterem comentários de homens e mulheres, no prazo delimitado pela pesquisa. A pesquisa notificará, quando necessário e a critério de análise, se os comentários foram produzidos por homens ou mulheres.

De posse dessas escolhas, proceder-se-á à identificação e interpretação dos processos de elaboração de face (GOFFMAN, 1980; BROWN E LEVINSON, 1987) e ataque à face, por meio dos fenômenos de impolidez (CULPEPPER, 2003, 2011) e manifestação do *flaming* (AMOSSY, 2017; BALOCCO, 2016; BALLOCO E SHEPHERD, 2017). É necessário ressaltar que o conteúdo dos comentários foi mantido na íntegra, assim como o das postagens publicadas pela página “Quebrando o tabu”, salvo alguma alteração devidamente assinalada pela pesquisa.

4 INTERAÇÕES CONFLITUOSAS EM CONTEXTOS DE FEMINICÍDIO

Na busca por uma discussão reflexiva, serão identificados e discutidos, neste capítulo, com base nas orientações metodológicas e pressupostos teóricos, os fenômenos de *flaming* e impolidez em comentários de cunho misógino, como também serão investigados se há casos de manobras defensivas durante os atos de ameaça à face, ocorridos nas interações sob análise. Para tal, consideraremos o enquadre de cada comentário, já que o “enquadre formula a metamensagem a partir da qual situamos o sentido implícito em cada mensagem” (GOFFMAN, 1998, p.70), ou seja, os participantes estão a todo tempo introduzindo ou mantendo enquadres com relação à situação interacional. São 15 comentários de cada publicação, totalizando 45, os quais serão analisados na ordem de classificação proposta: comentário inicial, provocador e derivado. Comentário inicial é o primeiro que introduz conotações misóginas ou machistas, com foco na culpabilização da vítima. A partir deste comentário inicial, surgem respostas em discordância, como os comentários provocador e derivado. O comentário provocador consiste na primeira resposta em discordância ao conteúdo postado no comentário inicial; já o derivado consiste de todos os comentários do tipo resposta que se opõem ao comentário inicial.

4.1 “Quanta confiança deu a um desconhecido!”

A primeira postagem é constituída de uma reportagem que narra o caso da universitária Mariana Mazza, de 19 anos, que, ao sair da academia, percebeu que o pneu de seu carro estava furado. A jovem recebeu ajuda de um desconhecido, que, na verdade, era o seu assassino. O criminoso, Rodrigo Pereira, já tinha passagens por sequestro, estupro e tentativa de latrocínio. Tinha saído há um mês da prisão. A página “Quebrando o tabu” publicou um *post*, com 118 mil curtidas e 27 mil compartilhamentos, no qual se lê:

O corpo da universitária Mariana Mazza, de 19 anos, foi encontrado hoje. Mariana saiu ontem da academia e encontrou seu carro com um pneu furado. Um homem a abordou se oferecendo para fazer a troca, pedindo a ela que levasse o carro até uma chácara, do outro lado da avenida, onde estariam as ferramentas. Depois disso, Mariana sumiu. O carro dela foi encontrado hoje, vazio em uma cidade vizinha. O corpo da estudante foi achado pela polícia em um canal próximo à cidade. Ela estava amarrada, amordaçada e com marcas de estupro.
Quando mulheres dizem que sentem medo o tempo todo, é sobre isso que elas falam.

Figura 2 - Setembro de 2019



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/quebrandootabu/>>.

Desta publicação, foram selecionados 15 comentários, para a análise, segundo as categorias: comentário inicial, comentário provocador e derivado.

- **Comentário inicial (1)**

G.A. — Obviamente ela é a vítima, mas quanta confiança ela deu a um desconhecido. Por que não chamou a alguém na academia que frequentava para ajudar ao invés de um completo estranho?
(comentário inicial 1)

Embora o comentário inicial não faça uso de violência explícita em sua crítica, uma vez que considera a mulher vítima da situação como nas passagens: “Obviamente ela é a vítima”/ Por que não chamou a alguém na academia que frequentava para ajudar”, outras partes do enunciado acabam por reforçar o discurso da cultura do estupro, no qual as vítimas sempre são culpadas como em: “mas quanta confiança ela deu a um desconhecido”/ Por que não chamou a alguém na academia que frequentava para ajudar *ao invés de um completo estranho?*” Trata-se de um comentário ambíguo, pois com a adesão à vítima por meio do modalizador epistêmico asseverativo “obviamente”, o usuário (G.A.) busca indicar um comprometimento baseado na certeza, ao mesmo tempo em que mantém sua face resguardada. Neste caso, é possível depreender que houve uma “manobra defensiva” antecipada, cujo processo corretivo se manifestou no momento em que G.A. recorreu a uma explicação, a fim de corrigir a ofensa

(neste caso, a ofensa seria a falta de empatia e solidariedade à vítima). As afirmações “quanta confiança deu a um desconhecido” e “por que não chamou alguém da academia” censuram a postura de Mariana em aceitar ajuda de um desconhecido. Diante de um cenário de incansáveis lutas feministas, não deveria ser surpresa para G.A que seu comentário pudesse gerar fortes retaliações, com a conseqüente exposição de sua face. Conforme Goffman (1980), orientações defensivas podem causar efeitos contrários à proteção da própria face, incorrendo até em sua perda: “Ao tentar salvar a face de outros, deve-se escolher uma ação que não leve à perda da própria face” (ibid. p.84)

Na passagem: “Por que não chamou a alguém na academia que frequentava para ajudar *ao invés de um completo estranho?*” G.A. suscita a dúvida quanto à empatia à vítima, uma vez que a pergunta mobiliza uma crítica quanto à escolha da vítima pelo pior, realizando-se como ato pragmático de caráter condicional: se tivesse pedido ajuda na academia, ela não teria sido morta. Neste caso, inverte-se a relação e a vítima passa a ser a responsável pelo ataque que sofreu. A ambigüidade enunciativa pode, então, ser lida como forma de culpabilização à vítima, sendo, dessa forma, possível afirmar que se trata de um caso de violência simbólica, dissimulada por torneios sintáticos indiretos, os quais acabam produzindo um efeito de julgamento/culpabilização.

A oposição de ideias estabelecida pelas orações “Obviamente ela é a vítima, */mas* quanta confiança ela deu a um desconhecido”, incita, também, respostas agressivas e impolidas dos demais seguidores da página. O uso do operador de contraexpectativa “mas” reitera, ainda que de forma velada, a posição do internauta sobre a responsabilidade da mulher no crime cometido contra ela, livrando o assassino de sua ação criminosa, afinal: “mas quanta confiança ela deu a um desconhecido”?

- **Comentários provocadores e derivados**

Em resposta ao comentário (1), seguem-se quatro comentários que discutem a culpabilização da vítima e instauram o *flaming*. Conforme já explicitado, Amossy (2017) indica diversas características que configuram um quadro de *flaming*; nos casos a seguir, além da discordância com o comentarista inicial, há o uso de insultos e ridicularizações, por meio de marcações lexicais e sintáticas. Amossy (2017, p.174) designa o *flaming* como “linguagem corrente para designar interações hostis e agressivas nas discussões *on-line*, (...) que compreende injúrias, insultos e uma linguagem ultrajante”.

N.C. – A culpa não é da vítima.

(comentário 2 – provocador e derivado)

G.A. – N.C., claro que não né, só que ela foi muito ingênua.

(comentário 3 – derivado)

R.A. – G.A, não usa “mas” nas frases. Tudo que vem depois do “mas” é bobagem. No seu caso foi culpar a vítima.

(comentário 4 – derivado)

G.O. – Vai pagar com sua língua!

(comentário 5 – derivado)

O comentário (2) acima é considerado provocador, porque é o primeiro comentário denunciante ao conteúdo expresso no comentário inicial (1). Nota-se que não há qualquer preocupação em manter o equilíbrio na interação: é possível perceber a despreocupação com a máxima da quantidade, pois N.C., ao afirmar “A culpa não é da vítima!”, nem ao menos contextualiza ou torna mais consistente seu argumento, ferindo o princípio desta máxima, a qual zela por uma contribuição que seja tão informativa quanto necessária, a fim de cumprir os propósitos vigentes na conversação, segundo Grice. Trata-se de um comentário assertivo, e não abre margem para algum tipo de recurso para recuperar um diálogo com G.A. em seu comentário inicial.

Acredita-se que N.C neste comentário (“A culpa não é da vítima”) comete um ato de ameaça à face de G.A (comentarista inicial). É possível afirmar até que N.C lançou mão de uma estratégia de impolidez, já que o enunciado emitido se alinha à vítima explicitamente, marcando a posição do enunciador de forma clara, de modo a se distanciar da linha ambivalente tomada por GA. Assim, depreende-se que o objetivo é o ataque à face de G.A neste caso. Goffman (1980, p.81-82) afirma que “Uma vez tendo, inicialmente, apresentado uma linha, a pessoa e os outros que a cercam tendem a construir suas respostas posteriores (...) caso a pessoa altere sua linha ou se torne desacreditada, o resultado é a confusão”.

Em mais uma manobra defensiva, G.A (elaboradora do comentário inicial 1 e comentário derivado 3), tenta justificar seu argumento e proteger sua face. Ela concorda que a culpa não é da vítima: “N.C, claro que não né, só que ela foi muito ingênua.” No entanto, seu posicionamento continua reforçando que a conduta da vítima foi fator determinante para o crime sofrido, como na segunda parte do comentário: “Só que ela foi MUITO ingênua”. Ao tentar salvar a própria face, G.A. lança mão de expressão assertiva em “Claro que não”, demonstrando que não responsabiliza a vítima, porém, orienta o foco da ação sobre a mulher e não sobre o agressor no caso: “Só que ela foi muito ingênua”. O termo “ingênua”, embora funcione como um suavizador, mantém a intenção discursiva em culpabilizar a jovem por aceitar ajuda de um desconhecido. Os comentários produzidos por G.A, portanto, não

demonstram solidariedade à vítima, pelo contrário, são comentários que induzem a que se justifique o crime.

A ambiguidade dos comentários de G.A. leva a uma interpretação dúbia dos participantes e a reações de contestação. O participante do comentário (4) diz: “G.A., não usa ‘mas’ nas frases. Tudo que vem depois do ‘mas’ é bobagem. No seu caso foi culpar a vítima”. Assim, o participante R.A. retoma o comentário inicial (1), critica o uso do conector “mas”, utilizado pelo comentarista inicial, para justificar o feminicídio: “não usa ‘MAS’ nas frases”. Pode-se interpretar como comentários que traduzem o uso de impolidez negativa, já que há tentativa de ridicularizar o comentário inicial (1). R.A. segue manifestando sua insatisfação na tentativa de causar dano à face de G.A, e é neste momento que se nota mais nitidamente o ato de ameaça à face negativa em “No seu caso foi culpar a vítima”. Trata-se da realização de um ataque direto à face negativa da comentarista inicial, pois desqualifica qualquer argumento apresentado pela internauta G.A., colocando o foco diretamente sobre ela.

Embora haja esforço da comentarista inicial em não perder a face positiva, ou seja, o desejo de ser vista de forma favorável, os comentaristas, na sequência da interação, são incisivos nas avaliações negativas a seu respeito. Em “VAI PAGAR com a língua”, o comentário é um ato pragmático que pode ser traduzido como forma de coerção e ameaça, funcionando como um obstáculo a interações futuras.

Os comentários derivados subsequentes revelam indignação e *flaming* ao comentário inicial (1). Desse modo, os conflitos ficam mais calorosos:

W.Y.P. – É o tipo de gente que nem você, que me faz pensar que sou uma pessoa ruim. Porque chego quase desejar que você passe por uma situação semelhante.

(comentário 5 – derivado)

M.A.S. – Você é uma mulher! Pqp!! Acorda! A culpa não é da vítima! Independe de ingenuidade. Nossa como pode? MULHER! Caralho! Você está julgando a mina. Que foi ingênua, burra, enfim. PARA! Isso é mais triste do que os machos passando pano. Apenas pare! Reveja seus conceitos. MEU DEUS!

(comentário 6 – derivado)

J.R. – Obviamente não perdeu a oportunidade de falar bosta.

(comentário 7 – derivado)

V.A. – Cala a boca sua vaca.

(comentário 8 – derivado)

Nota-se que o *flaming* surge em interações hostis e agressivas, conforme Amossy (2017) argumenta. À medida que as discussões vão ficando mais inflamadas, o uso de violência verbal se torna explícito, por meio de ataques pessoais e insultos, como: “TIPO DE GENTE que nem você”, “VACA”, assim como palavras e termos de baixo calão e xingamentos: “BOSTA”,

“CARALHO” e “PQP!”. O *flaming* é perceptível pelos comentários agressivos, que ferem a face positiva de G.A. Por meio do modalizador asseverativo “OBVIAMENTE”, no comentário “Obviamente não perdeu a oportunidade de falar bosta.”, ocorre também a ridicularização e ofensa em relação ao ponto de vista apresentado, configurando uma série de atos pragmáticos: “PERDEU A OPORTUNIDADE DE FALAR BOSTA”; ataques pessoais como os já apontados: “VACA”; e insulto por meio de violência simbólica, com a intenção de desmoralizar: “TIPO DE GENTE”, referindo-se a pessoas que têm uma conduta alinhada a culpabilizar a vítima e não alinhada à conduta que W.Y.P apregoa. Esses, dentre outros traços, são apontados como componentes para a manifestação de *flaming* e também podem ser considerados como comportamentos impolidos. Os limites entre impolidez e *flaming* são tênues e desbotados, embora haja quem considere que se trate do mesmo fenômeno, no entanto, para a pesquisa, conforme já apontado, são atos diferentes.

No que tange à impolidez, vale frisar que consideraremos as cinco superestratégias de impolidez apontadas por Culpeper (2003), além de compreender que a impolidez pode se apresentar como uma ferramenta transgressora contra a imposição de poder (OLIVEIRA, 2009); e também pode se interpor na despreocupação dos participantes em sustentar a face uns dos outros na defesa de seus direitos quando não têm mais nada a perder (WILSON, 2017), causando dano proposital à face do outro (CABRAL E ALBERT 2017; WILSON, 2017) ou decorrente de sofrimento de ações danosas contra si (WILSON, 2017), sem que se configure uma ação agressiva, hostil e gratuita, com o fim de criar uma situação polêmica.

Outra estratégia de ameaça à face negativa é ser desrespeitoso, delimitar o direito da liberdade de ação e imposição, como em: “que VOCÊ PASSE”, “REVEJA seus conceitos”, indicando forte coerção para inibir o outro de expor livremente seu ponto de vista. Além da nítida expressão de violência entre os participantes contra G.A, há o uso de linguagem ofensiva dentro do quadro de conflito, revelando a ascendência de *flaming*, por meio dos xingamentos “CARALHO!”, “CALA A BOCA”, “falar BOSTA” e “PQP”, são atos expressivos de léxico marcadamente valorativo, que se realizam, neste contexto, como atos ofensivos à face, como em “SUA VACA”. Nota-se, no comentário (6): M.A.S. “Você é uma mulher! Pqp!¹ Acorda! A culpa não é da vítima! Independe de ingenuidade. Nossa como pode? MULHER! Caralho! Você está julgando a mina. Que foi ingênua, burra, enfim. PARA! Isso é mais triste do que os machos passando pano. Apenas pare! Reveja seus conceitos. MEU DEUS! “, enunciados que expressam atos de imposição, por meio de verbos no modo imperativo em: “ACORDA”, “Apenas PARE”. Os verbos no modo imperativo assumem uma conotação pragmática forte nestes casos, reiterando ações de advertência e imposição.

Assim, neste primeiro enquadre discursivo, notam-se estratégias de ataque à face positiva e negativa da comentarista inicial, G.A. No evento discursivo de *flaming*, os comentaristas provocador e derivados se posicionam contrariamente à linha apresentada pela comentarista inicial, que justifica o feminicídio por meio da culpabilização da vítima. Além disso, os comentários derivados criticam o fato de a comentarista inicial ser mulher “Você é uma mulher”, e mesmo assim, não demonstrar nenhuma empatia à vítima. Com isso, a discussão toma outro rumo, distanciando-se da postagem motivadora, o caso de feminicídio.

- **Comentário inicial (2)**

Sobre a postagem (01), há outro comentário inicial cujo conteúdo será desdobrado em novas interações conflituosas. O usuário produtor do comentário inicial (2) acredita que a vítima evitaria o feminicídio caso ligasse para o seguro. O fato de ser uma pergunta e não uma afirmação já atenua o impacto da ameaça à face; a presença do “né” como marcador discursivo reforça o conteúdo informacional anterior, além de reiterar o intuito de manutenção do diálogo.

J.C. – Ligar para o seguro era mais fácil né?
(comentário inicial – 2 / comentário 9)

O comentário inicial (9) pertence ao grupo de comentários que não elabora nenhum agravo à face do assassino, pelo contrário, insistem em apontar a postura da vítima como fator crucial para sua morte. Conforme Rost e Vieira (2005) salientam: a relativização da violência sexual é especulada por valores e convenções de gênero que invertem a vitimização feminina. Encontra-se, então, neste grupo de comentários a culpabilização da vítima em detrimento ao esquecimento do assassino.

- **Comentários provocadores e derivados**

Os comentários provocadores e derivados promovem um linchamento virtual a J.C., comentarista inicial (2).

K.A.D. – Eu não tenho seguro, meu carro é velho e não sei trocar pneu. Mereço ser morta?
(comentário 10 – provocador e derivado)

A produtora do comentário reativo (10) emprega o sarcasmo (ou polidez falsa) como artifício da ridicularização para questionar o participante J.C. (comentarista inicial 2), insinuando se por não saber trocar pneu, ou mesmo não ter um seguro, ela mereceria ser morta. A sequência de explicação “Eu não tenho seguro, meu carro é velho e não sei trocar pneu.”, seguida da pressuposição da pergunta “Mereço ser morta?” aponta o viés impolido do

comentário, visto que, de acordo com Culpeper (2003), pressuposições desagradáveis podem atuar como estratégias de impolidez. Dessa forma, ao passo que insinua merecer a morte, K.A.D. ataca a face de J.C. (comentarista inicial 2), por entender que ele não teve solidariedade à vítima. De acordo com Culpeper (2003), se considerarmos o contexto de censura do comentarista inicial (2), a pressuposição é um ato impolido. A comentarista K.A.D. não deseja efetivamente uma resposta afirmativa ou negativa, porém quer atacar a face de J.C., constrangendo-o por ter culpabilizado a vítima. O excerto é marcadamente debochado, qualificando o fenômeno de impolidez. Acredita-se também que há violação da máxima de modo, pois não houve preocupação quanto à forma como foi dita, K.A.D. não se preocupa em parecer agressiva.

Outros comentários de cunho agressivo seguem, configurando o ataque à face do comentarista J.C., sendo que desta vez o fenômeno do *flaming* é mais demarcado. Foi igualmente identificada a violência verbal implícita e explícita, cuja função é o insulto pessoal. À medida que as expressões de emoções estão mais abertas, manifestam-se atos pragmáticos com asserções negativas personalizadas: “RIDÍCULO” e “RETARDADO.”

No comentário derivado (11), “Apaga que dá tempo! Ridículo.” o ato de ameaça à face negativa é realizado a partir da ordem introduzida pelo imperativo: “Apaga”. O enunciado “Apaga que dá tempo” é costumeiramente usado em contextos virtuais, mais especificamente, em comentários no *Facebook* quando o usuário faz alguma apreciação, considerada vergonhosa ou desonrosa. Espera-se que o comentarista apague seu comentário efetivamente, para que possa ser esquecido. Observou-se também a ocorrência de insultos e xingamentos, com o propósito de injuriar, ou ofender a honra como em: “RIDÍCULO”. Esse vocativo negativo personalizado também é uma estratégia de impolidez, pois, de acordo com Culpeper (2011), as expressões com carga negativa, pejorativa ou ofensiva são manobras de impolidez.

V.C. – Apaga que dá tempo! Ridículo.
(comentário 11 – derivado)

Os comentários subsequentes ao comentário inicial (2) são todos portadores de *flaming*. Juntos caracterizam um linchamento *online*, cujo único intuito é ofender e humilhar o opositor, neste caso, o participante do comentário (2). Não se trata mais de um combate de ideias, mas a força da comunidade de protesto em ataque a um inimigo comum. Para incluir um comentário na categoria de *flaming*, é preciso identificar graus de ameaça de violência, seja de forma implícita ou não.

Além de graus, as mensagens tendem a ser mais rudes e vulgares, mediante o choque de opiniões antagônicas. É o caso dos enunciados que se seguem. Todos configuram um ataque à face negativa do interlocutor, por imposições e desrespeito: “NÃO escrever”, “CALA A BOCA”. Além de uso de linguagem tabu – uso de palavrão ou linguagem abusiva, expressando opiniões fortes, opostas à de seu interlocutor, como: “MERDA”, “RETARDADO”, “IDIOTA” –, há violação das máximas de quantidade e modo. A máxima de modo parece ser violada à medida que não há preocupação em manter formas polidas para manifestar discordância; também não há atenção quanto à quantidade de informação, pelo contrário, o objetivo é desestabilizar a face com o máximo de agravos como em: “S.D. – Não escrever merda também seria mais fácil.”

S.D. – Não escrever merda também seria mais fácil.

(comentário 12 – derivado)

J.A. – Cala a boca, retardado.

(comentário 13 – derivado)

F.S.N. – Claro a culpa é dela. Que comentário mais idiota.

(comentário 14 – derivado)

O sarcasmo volta a aparecer em: “CLARO a culpa É DELA” como estratégia de desarmonia social (CULPEPER, 2003). O comentarista derivado (14) parece realizar uma manobra de defesa à face da vítima, ironizando o fato de sempre acusarem as mulheres pelo crime sofrido; ao mesmo tempo, ele realiza um ataque à face, por meio de um ato impolido, de F.S.N (comentário 13) em: “Comentário mais IDIOTA”. Conforme Balocco e Shepherd (2017), os casos analisados são exemplos do uso de linguagem ofensiva no interior de um quadro de conflito, num contexto de dissenso: neste caso, a vítima não pode ser responsabilizada por ter sofrido um crime. A discussão é constituída pela polarização de ideias (Amossy, 2017) vítima/culpada: o comentarista inicial (2) tangencia o discurso de culpabilização da vítima e os comentaristas provocador e derivados se posicionam contra a relativização do crime.

No comentário (15) abaixo, além de casos claros de ataques à face negativa, há manifestações explícitas de *flaming* “TOMAR NO CU”. Para este quadro de *flaming*, notou-se um ato impolido cuja força ilocucionária é atacar e agredir por meio de palavrões. O comentário é lesivo à figura alvo, J.C., comparando-o com um personagem de desenho infantil, Cérebro, que fracassa em todos os seus planos mirabolantes para dominar o mundo. O objetivo é ridicularizá-lo e insultá-lo para que perceba a conotação misógina quando justifica a morte da advogada, vítima de feminicídio, por meio de uma brincadeira. O usuário J.C. também é alvo

de ofensa, de teor marcadamente homofóbico, através da estratégia de desdenhar o outro, em ataque à sua face positiva: “CADÊ O PINK?” “CHAMA ELE e vai tomar no cu”. O uso de caixa alta reitera o grau de discordância apresentado pelo participante e reforça os fenômenos de impolidez positiva, por meio de marcadores de identidade inadequado, tais como: “CÉREBRO”, “PINK”, como também a falsa polidez, demarcada pelo sarcasmo “CHEGOU O CÉREBRO”, CADÊ O PINK? e o uso de linguagem agressiva em contextos propícios ao *flaming*: “VAI TOMAR NO CU”.

A.S. – PRONTO CHEGOU O CÉREBRO. CADÊ O PINK? Chama ele e VAI TOMAR NO CU.

(comentário 15 – derivado)

Desta maneira, percebe-se que, nos comentários apresentados, a discussão parece subdividir-se em dois temas: defesa da vítima e juízos de valor em torno do comentarista inicial. Cumpre observar que o foco no internauta J.C. (elaborador do comentário inicial – 2) evidencia a estratégia de desqualificação, já que as demais respostas buscam ofender e atacar a face do comentarista inicial, em vez de discutir o tema da postagem propriamente, com argumentos que conduzam à reflexão. O advento do *flaming* foi notório por meio de insultos, ridicularização e linchamento *on-line*.

4.2 “Ela não é a vítima nessa parte”

A segunda postagem faz menção à notícia publicada pelo portal R7 que enfatiza, em sua manchete, a morte de uma jovem em decorrência de uma traição. No entanto, a página “*Quebrando o tabu*” faz um post no qual explicita o assassinato e tortura de Isabela Miranda de Oliveira, estudante de administração. A jovem de 19 anos estava em um churrasco quando resolveu deitar por sentir-se mal, após ingerir bebidas alcoólicas. O cunhado aproveitou-se da inconsciência da jovem para abusar sexualmente dela, a qual, em seguida, foi espancada pelo namorado e a irmã dele que acreditaram ser aquela uma relação consensual. Depois desse episódio de violência, o namorado ainda ateou fogo no colchão para atingir Isabela. A página “*Quebrando o tabu*” publicou um *post*, com 92 mil curtidas e 18 mil compartilhamentos, no qual se lê:

Vamos refazer essa notícia da Record: Mulher deita para descansar durante o Carnaval, é abusada pelo cunhado enquanto dorme, namorado da vítima vê a cena, espanca e põe fogo na mulher.

Mulheres já são mortas todos os dias para um veículo de mídia desse tamanho deixar subentendido que a vítima “foi pra cama” com o agressor, ou como se isso fosse justificativa para agressão.

Figura 3 - Março de 2019



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/quebrandootabu/>>.

- **Comentário inicial (1)**

O comentário inicial (1) “Eu estou dormindo, alguém vem abusar de mim e eu não vou ver? Me poupe! Só se ela estava dormente.” pode ser caracterizado como um ato impolido, visto que ataca diretamente a face da vítima; mais do que atacar, o comentário pressupõe um acordo entre a vítima e o agressor, o que já traduziria esse ato como injúria ou ofensa. O conteúdo do comentário é iniciado com A.T. reportando-se à mesma cena vivenciada por Isabela e descartando qualquer possibilidade de a vítima não ter acordado: “Estou dormindo, alguém vem abusar de mim e eu não vou ver?”. A.T. não pretende obter uma resposta afirmativa ou negativa, mas parte do preceito da dúvida e culpabiliza a vítima por não despertar durante o abuso sofrido.

A expressão “Me poupe”, que se segue à pergunta retórica, costumeiramente é usada em tom pejorativo, para ironizar e depreciar atitudes ou falas que trazem insatisfação e desconfiança ao falante. Do modo como foi empregada pelo internauta, o tom depreciativo em “me poupe” é reforçado pelo enunciado que se segue: “SÓ se ela estava dormente”. O uso do advérbio “só” apresenta uma ideia restritiva e condicional, o que intensifica a impolidez como

ação de ridicularização ao outro, atingindo a reputação de Isabela. É possível depreender que A.T. realiza um ato de ameaça à face de Isabela. Ao mostrar sua indignação e falta de empatia para com a vítima, A.T. expõe sua própria face e incita comentários reacionários à sua colocação.

A.T – Eu estou dormindo, alguém vem abusar de mim e eu não vou ver? Me poupe! Só se ela estava dormente.
(comentário inicial 1)

- **Comentário provocador**

O comentário provocador (2) realiza o ataque à face positiva de A.T. por meio de um ato que causa constrangimento: “Tu leu toda a reportagem e o que achou mais intrigante NO CASO TODO é se ela estava dormindo e não acordou?”. O comentário em destaque revela desprezo e denuncia o comportamento desrespeitoso e não empático do comentarista inicial. De acordo com o provocador, apesar de toda atrocidade do caso, o comentarista inicial apenas preocupou-se em julgar a vítima. O sarcasmo (ou polidez falsa) manifesta-se por meio da felicitação “PARABÉNS”, que é irônica e cínica, tendo em vista que A.T. apenas levou em consideração o fato de a vítima estar acordada ou não. Segundo Frederic (2017), o corpo feminino sempre foi visto como símbolo de domínio do homem, e, mediante o pensamento universal e estrutural herdado do patriarcado, o homem tende a objetificar, dominar e explorar o corpo feminino. Cumpre observar que o grau de variedade cultural foi determinante para a imposição da fala de A.T. e a reação de A.L, já que o internauta do sexo masculino se sente à vontade para julgar livremente a trágica morte da estudante e atacar a sua reputação.

A.L – Tu leu toda a reportagem e o que achou mais intrigante no caso todo é se ela estava dormindo e não acordou? Parabéns!
(comentário 2- provocador)

- **Comentários derivados**

A.T – Bom, o fato é que não justifica tacarem fogo nela. Mas não me venha com essa história de que “ela estava dopada e não viu nada” porque eu não acredito.
(comentário 3- derivado)

A.T – Sim! Depois que a merda acontece, todo mundo vira santo. Não mudo meu ponto de vista, creio que ela não é a vítima nessa parte. Só na parte em que tocam fogo nela.
(comentário 4 – derivado)

É possível afirmar que se deu a partida para a manifestação do *flaming*. Em resposta ao comentário provocador (2), o comentarista inicial (1), A.T., segue numa manobra defensiva.

Goffman afirma que o processo corretivo consiste na tentativa de retificar os prejuízos causados à face e restabelecer o equilíbrio da interação. Assim, A.T. salienta que não há justificativas para o atentado com o fogo: “o fato é que não justifica tacarem fogo nela” (comentário 3 – derivado). A princípio, o internauta parece concordar com a condição da vítima, no entanto, na sequência, declara que não acredita que Isabela não possa ter acordado, endossando uma fala machista e julgadora: “MAS NÃO ME VENHA com essa história de que ela estava dopada e não viu nada porque EU NÃO ACREDITO”. Ou seja, A.T. coloca em suspeição o não consentimento de Isabela com o ato sexual, ainda que ela estivesse dormindo. A.T. só se alinha à vítima devido à violência física por ela sofrida – ter seu corpo queimado de forma deliberada pelo namorado e não por ela ter sofrido o estupro, como mostra a passagem: “Não mudo meu ponto de vista, creio que ela não é a vítima nessa parte. Só na parte em que tocam fogo nela”. Podemos observar o quanto as faces e os corpos tornam-se vulneráveis a ataques. Como é possível fazer afirmações do tipo: em que se é vítima numa parte, mas não se é em outra: “ela NÃO É A VÍTIMA nessa parte”! Esse tipo de comentário salienta o ataque moral à vítima mais uma vez.

Todo o contexto reitera um conjunto de interpretações subjetivas, de base preconceituosa, em que o comentarista se sente à vontade (e no direito, inclusive), sem inibição alguma para expressar seu ponto de vista; pelo contrário, deixa explícito seu posicionamento: “EU NÃO ACREDITO”, sugestionando que a relação foi consensual, reiterado pelo enunciado seguinte: “Depois que A MERDA acontece, todo mundo VIRA SANTO”. A expressão “vira santo” é sarcástica e tem como expediente atingir a face de Isabela, novamente, pondo em xeque a honra e a reputação da jovem. Neste contexto, portanto, a expressão atua como ato impolido, acrescido de uma violência verbal, devido a fatores como: distanciamento afetivo; visão de mundo centrada na perspectiva masculina, liberdade para se expressar sem receio de perder a própria face ou ser punido por difamação, por exemplo.

Assim, podemos depreender que o ato impolido é incorporado pelo uso de assertividade e pelo uso de estratégias destinadas a atacar a face positiva da vítima. Segundo Culpeper (2003), a impolidez positiva é empregada quando há intenção de ser antipático, de desprezar e de fazer o outro sentir-se desconfortável. Por meio das asseverações “porque EU NÃO ACREDITO”, “ELA NÃO É A VÍTIMA”, acredita-se que A.T. torna nítida sua intenção discursiva. Vale lembrar que a banalização do estupro e a atribuição de culpa à vítima ou a recusa em reconhecer o estupro são condutas oriundas do pensamento patriarcal e capitalista, que fomentam a “cultura do estupro”.

O participante A.T. segue em sua própria defesa, justificando seus argumentos por meio de experiências pessoais e inflama mais comentários derivados. São três comentários subsequentes de A.T. em tentativa de manter a linha seguida e resguardar sua própria face. O *flaming* é decorrente da assertividade de A.T. que, por meio de forte coerção, busca inibir respostas que discordem de seu ponto de vista como: “Eu também já apaguei”, “GARANTO”, “A NÃO SER”. O comentarista emprega a impolidez positiva, visto que é reincidente no ataque à face positiva da internauta, quando não acredita que Isabela tenha sido vítima de estupro: “GARANTO que se tentarem fazer algo comigo EU VOU ACORDAR”. O comentarista inicial também emprega a impolidez negativa, quando afirma já ter passado por situação semelhante ao beber além da conta: “Eu TAMBÉM já apaguei de tão bêbado!”, inibindo qualquer comentário que possa anular seu argumento, já que utiliza o exemplo de sua experiência pessoal para argumentar.

No comentário derivado (5), há também marcas de sarcasmo, com a culpabilização da vítima, explícita pela ironia em “A não ser QUE GOSTE” e pela sugestão de que a vítima teria assentido com o estupro: o uso do verbo auxiliar modal “poder” reitera essa interpretação em: “POSSO até fingir que estou dormindo”. O comentário (5) evidencia que a vítima teria gostado de ser estuprada e mentiu estar desacordada para continuar sofrendo o abuso, assim, A.T. desqualifica o propósito do post da *fanpage*, que é o de chamar a atenção e denunciar a manchete do portal R7, a qual omitiu o estupro e apresentou a vítima como condescendente. A.T. também viola a máxima da qualidade, ao afirmar que Isabela não estaria dormindo, ou seja, o internauta faz afirmações daquilo que não pode comprovar ou fornecer evidência adequada.

A.T – Eu também já apaguei de tão bêbado, mas garanto que se tentarem fazer algo comigo eu vou acordar. A não ser que goste... posso até fingir que estou dormindo.

(comentário 5 – derivado)

Os comentários derivados a seguir (6, 7 e 8) compõem o quadro de *flaming*. As internautas produzem o linchamento *on-line*, a fim de ridicularizar e insultar A.T. Conforme Balocco e Shepherd (2017), o *flaming* é decorrente de comunicações nas quais há intenção de violar as normas de interação social. O vocativo “MENINAS” deixa claro que a comentarista pertence ao gênero feminino e dirige-se apenas às internautas do gênero feminino. Assim, J.S.R. pede que evitem explicar o conceito de estupro para um homem que não quer entender: “MENINAS, não tentem explicar”, “ele NÃO DEVE NEM ACREDITAR que isso existe”,

orientando-as a ignorar A.T. O ato impolido de resposta realiza-se por meio do ataque pessoal, de forma direta: “MACHO ESCROTO”.

J.S.R. – Meninas, não tentem explicar pra macho escroto o que é um estupro, porque ele não deve nem acreditar que isso existe.

(comentário 6 – derivado)

B.M. – Aguarda a lei do retorno, seu bosta!

(comentário 7 – derivado)

L.B. – Só podia ser homem mesmo.

(comentário 8 – derivado)

No comentário derivado (7) acima, os atos de ataque à face negativa são usados como estratégia de impolidez para ameaçar, denotando que ações prejudiciais irão acontecer com A.T., contornando tons de intimidação como em: “AGUARDA a lei do retorno”. O quadro de *flaming* permanece por meio do uso de xingamento, “SEU BOSTA”, e ridicularização do gênero do internauta: “SÓ PODIA SER HOMEM mesmo”. O advérbio atitudinal, com força restritiva “SÓ”, restringe o gênero na interação, como alguém desqualificado para falar sobre o assunto. As comentaristas J.S.R., B.M. e L.B. uniram-se em defesa da vítima e em prol de um grupo: mulheres.

Assim, neste primeiro evento discursivo, foi possível observar o comentarista inicial tecendo comentários em defesa de seu argumento e atacando a face da vítima de estupro. Em contrapartida, sofreu retaliações de um grupo de internautas do gênero feminino que discordaram do seu posicionamento e promoveram um ataque duplo (à face negativa e positiva) de A.T.

- **Comentário inicial (2)**

O comentário a seguir pertence a um enquadre de ataque à vítima. A internauta, elaboradora do comentário inicial (2) emprega o ato impolido por meio do sarcasmo em: “SONO MAIS PESADO QUE O MEU!?!?!?”, transparecendo desacreditar que alguém possa ter sofrido um estupro e não despertar ou perceber o que estava acontecendo. Além disso, há o uso repetido dos pontos de interrogação e exclamação juntos, que normalmente são utilizados para chamar a atenção do leitor e dar ênfase ao tópico que se quer dar destaque; neste caso, revela entonação na escrita – entonação que tem um valor ilocucional – para reforçar a atitude de descrença do internauta em relação à vítima, para enfraquecer a vítima, desqualificá-la, anulá-la perante a opinião pública, demonstrando seu não alinhamento a ela.

Da mesma forma, o uso do pronome demonstrativo “ESSA” na frase “Essa tem o sono mais pesado que o meu hein!?!?!?” também denota distanciamento emocional da internauta com Isabela, vítima de feminicídio. É possível depreender que o pronome “ESSA” foi usado de forma pejorativa, como alguns demonstrativos são empregados corriqueiramente (“aquela ali” referindo-se a uma mulher como qualquer uma), já que busca inferiorizar, desqualificar Isabela, colocando-a como uma “qualquer”. Ao destacar que possui um sono pesado e que provavelmente acordaria, a internauta L.S.C. viola a máxima da qualidade, pois faz inferências de um fato que não pode comprovar ou fornecer evidência adequada, afinal, L.S.C. não poderia saber se Isabela estava acordada ou não, baseada apenas no tipo de sono que possui: “Tava dormindo, foi abusada e não acordou? Essa tem o sono mais pesado que o meu hein!?!?!?”

L.S.C – Tava dormindo, foi abusada e não acordou? Essa tem o sono mais pesado que o meu hein!?!?!?
(comentário inicial 2 / comentário 9)

A indiretividade da pergunta inicial do comentário também reforça o uso de impolidez: “FOI ABUSADA E NÃO ACORDOU?”. Neste caso, L.S.C. não deseja saber se a vítima acordou, até mesmo porque sabe que a vítima está morta. A pergunta, por meio da indiretividade, ataca a face positiva da vítima, pois insinua, por meio da ironia, que a vítima estava consciente no momento em que foi abusada sexualmente.

- **Comentário provocador e derivados**

O grupo de comentários a seguir são manifestações explícitas de ataque à face de L.S.C., por meio de violência verbal. A perplexidade, ante uma comentarista do gênero feminino expor uma opinião machista, acaba por incitar o linchamento virtual mostrado abaixo.

L.R.– Só pelo fato dela estar bêbada né, deixa de ser ridícula, tu não merece ser chamada de mulher.
(comentário 10 – provocador)
 I.S. – Ela estava INCONSCIENTE cacete.
(comentário 11 – derivado)
 B.M. – L.S.C vai se foder, sua imbecil! Ela estava alcoolizada, sem condições de nada e foi ESTUPRADA, que tipo de ser tu és? Pqp!!!!
(comentário 12 – derivado)

O uso de linguagem ofensiva num interior de um quadro de conflito (BALOCCO E SHEPHERD, 2017) é recorrente nos dados selecionados. O *flaming* é estabelecido a partir do momento em que se observa o uso de insultos, ridicularização, xingamentos numa interação mais agressiva. Amossy (2017, p.170) aponta que uma das características do *flaming* é quando

“o ponto de vista apresentado é totalmente desconsiderado, ou ridicularizado, ou seja, é objeto de um ataque destinado a desconsiderar o outro e a colocá-lo fora do jogo”. Ao observarmos as manobras de ataque à face de L.S.C., presentes nos comentários derivados (10), (11) e (12), todos usam da ridicularização do ponto de vista apresentado por L.S.C. (comentarista inicial – 2). A comentarista L.R., por exemplo, enfatiza que Isabela não estava simplesmente dormindo, mas estava bêbada: “Só pelo fato dela estar bêbada né”, e segue xingando a internauta: “deixa de ser RIDÍCULA”. A internauta L.R. também promove um ataque à face de L.S.C. ao dizer: “Tu NÃO MERECE ser chamada de mulher”, insinuando que, por ser mulher, lhe era esperada uma atitude mais empática em relação à vítima.

O *flaming* é acentuado por meio dos comentários (11) e 12), nos quais as internautas I.S. e B.M. vão em defesa de Isabela: “Ela estava INCONSCIENTE”, “Ela ESTAVA ALCOOLIZADA, sem condições de nada e foi ESTUPRADA”. A fonte em caixa alta é usada para frisar que a relação sexual não foi consensual, pelo contrário, enfatiza que a jovem não conseguiu se defender por ter consumido excessivamente bebidas alcólicas e estar inconsciente. O ato impolido ocorre por meio da pergunta: “Que tipo de ser tu és?”, em que é possível observar o ataque direto à face de L.S.C., cujo objetivo é desqualificá-la, inferiorizá-la. O enquadre de *flaming* segue por meio de xingamentos e insultos: “CACETE”, “SUA IMBECIL”, “PQP”. Na sequência, L.S.C., produtora do comentário inicial (2), retoma a interação e recorre a uma explicação, a fim de corrigir a ofensa. Goffman (1980) chama de processo corretivo, o que, nesse caso, foi usado como manobra para retificar os prejuízos causados à face:

L.S.C. – Só achei estranho, mas depois li a matéria. Ela estava muito embriagada. Não estou falando que a culpa é dela, de modo algum. Certeza que todos estavam bêbados. Essa maldita droga lícita que acaba com as famílias.

(comentário 13 – derivado)

O uso do advérbio atitudinal “SÓ” inicia a manobra de salvamento de face, em seguida, a conjunção adversativa (conector) “MAS” e o advérbio “DEPOIS” compõem a justificativa de que L.S.C. expôs sua opinião, sem ao menos ter conhecimento sobre o assunto. Forechi (2019), ao discorrer sobre o gênero comentário, menciona os critérios extratextuais que são importantes para análise, tal como o alheamento ao conteúdo do texto. Neste caso, o participante emite uma opinião sem saber ao certo do que aborda a postagem na íntegra ou sem mesmo ter feito a leitura do *link* veiculado. A internauta retoma o uso de modalizadores asseverativos: “de modo algum”, “certeza”, para deixar claro que não acredita que a vítima seja culpada pelo crime de

feminicídio. No entanto, ao afirmar que todos estavam sob o uso de álcool, L.S.C. exime os criminosos de suas responsabilidades sociais, apostando na “certeza que TODOS estavam bêbados”, incluindo também a vítima como responsável por sua própria morte. A comentarista transfere toda a culpa para a bebida: “maldita droga lícita”, “acaba com as famílias.”

Os comentários (14) e (15) não aceitaram a oferta de L.S.C. (quando “é dada a um participante, tipicamente o ofensor, uma chance de corrigir a ofensa e restabelecer a ordem expressiva”, GOFFMAN, 1980); pelo contrário, dão continuidade ao ataque:

J.R. – Tem gente que perde a oportunidade de ficar calada.

(comentário 14 – derivado)

C.C. – Vai tomar no cu, otária!

(comentário 15 – derivado)

É possível considerar que a comentarista J.R. promove um ataque à face, por meio da impessoalidade, pois, a partir do enunciado “TEM GENTE que perde a oportunidade de ficar calada”, a indeterminação de pessoa gramatical (gente) transfere-se para a pessoa do discurso. Embora não se dirija especificamente à L.S.C., é fácil perceber que o enunciado foi direcionado a ela, visto que J.R. usa a seção resposta no comentário exposto por L.S.C. A preferência pelo adjetivo qualificativo na função predicativa “calada”, também indica imposição, já que ataca à face negativa de L.S.C. para ridicularizá-la e coibi-la.

No último comentário derivado (15), é notória a ocorrência de *flaming*, por meio do uso explícito e gratuito de violência verbal, insulto e xingamentos: “Vai tomar no cu, otária”, a dupla ameaça (à face negativa e positiva) aparece mais uma vez. O ataque à face negativa, indicado pela ordem “vai tomar no cu” e o xingamento “otária”, representam a ameaça à face positiva de L.S.C. Assim, a comentarista C.C. também demonstra não aceitar as justificativas de L.S.C. Trata-se de demonstrações de desrespeito e descrédito, para aniquilar a voz do outro, uma maneira de fazer o outro calar-se ou provocar uma contenda permanente, com a intenção de manter o conflito na interação.

Portanto, percebe-se, neste evento discursivo, que o comentário inicial (2) é reflexo do alheamento ao conteúdo postado, já que a internauta L.S.C. nem sequer leu a matéria e expôs de imediato seu ponto de vista. Assim, após as retaliações sofridas, L.S.C. justifica seu posicionamento, não obstante continua sofrendo ataques diretos à face positiva e negativa (de forma direta ou indireta), por meio de forte ocorrência de violência verbal (insultos, xingamentos e desqualificação).

4.3 “Nunca vi tanto mimimi”

A terceira e última postagem analisada, foco desta seção, consiste na publicação da imagem de uma mulher em posição defensiva, como se estivesse se protegendo de um ataque, juntamente com a frase em destaque “12 MULHERES SÃO MORTAS TODOS OS DIAS”. A figura retrata o índice de mortes por vítimas de feminicídio diário no Brasil. É um levantamento do G1, com base em dados oficiais. A página “Quebrando o tabu” publicou um *post*, com 4,9 mil curtidas e 1,3 mil compartilhamentos, no qual se lê:

Ser mulher no Brasil é extremamente perigoso. Só ano passado, mais de 4 mil e quatrocentas mulheres foram assassinadas – 6,5% a mais que em 2016. Isso faz do Brasil o 7º lugar país mais perigoso do mundo para pessoas do sexo feminino. Mesmo com a lei de feminicídio, que prevê penas mais graves para esse tipo de homicídio, poucos crimes têm solução ou são contabilizados. Dados importantes são perdidos diariamente, dificultando a criação de ações que protejam, preservem e amparem a vida da mulher. A gente precisa conhecer melhor o problema para encará-lo de frente e diminuir a impunidade.

Figura 4 - Novembro de 2018



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/quebrandootabu/>>.

- **Comentário inicial (1)**

O produtor do comentário inicial direciona o seguinte ataque à página conforme citado: “nunca vi tanto mimimi NUMA PÁGINA”; contudo, não omite sua discordância em relação aos dados apresentados sobre mortes de mulheres no país. O termo “mimimi” corresponde a uma onomatopeia que representa o som/tom de um resmungo, um choro (como uma criança fazendo beicinho para chorar) ou traduz uma reclamação. A expressão possui sentido pejorativo, já que é utilizada para satirizar alguém que passa a vida se lamuriando, reclamando ou chorando. A onomatopeia “mimimi” costuma ser empregada quando se quer inibir a manifestação de ideias de alguém, sendo assim, é possível alegar que D.M. discorda que o feminicídio seja um problema grave. O advérbio “NUNCA” funciona como um modalizador asseverativo negativo, já que é usado para reforçar o ataque à página e para insinuar que esta costuma fazer postagens que problematizam assuntos de importância secundária, segundo a concepção de D.M.

D. M – Nunca vi tanto mimimi numa página.
(comentário – inicial 1)

- **Comentário provocador e derivados**

Os comentários subsequentes retratam um quadro evidente de *flaming*, isto é, violência verbal para agredir o outro, por meio, no caso, de xingamentos. O uso de palavrões é uma forma de desqualificação do outro, mostrando total desprezo pela face alheia. O comentário (2) é provocador, pois é o primeiro a atacar a face de D.M. e, no caso, manifesta-se como ato ofensivo:

D.F. – D. M. Mimimi seu cu.
(comentário 2 – provocador)

Seguem-se ao comentário anterior os comentários derivados abaixo:

T.K. – É só sair dela. Tá aqui por quê?
(comentário 3 – derivado)
I.R. – Deixa de ser retardado, imbecilidade.
(comentário 4 – derivado)
C.L. – Por azar seu, na farmácia não vende cérebro.
(comentário 5 – derivado)
P.C. – Vai tomar no cu.
(comentário 6 – derivado)

A. M. – Eita menino biscoiteiro, viu?!
(comentário 7 – derivado)

O comentário derivado (3), de acordo com Culpeper (2003), é empregado por meio de estratégias de impolidez direta, como em: “Tá aqui por quê?”, já que não esconde o ataque à face de D.M.; pelo contrário, T.K. elabora seu comentário para constranger D.M, por meio da confrontação, de uma ameaça, interpretada pela “entonação” do enunciado acompanhado do sinal de interrogação: “Tá aqui por quê?”. O tom do enunciado sugere que o usuário pode deixar de seguir a página caso não queira ler os posts veiculados: “É só sair dela.”; a outra opção velada é a seguinte: no caso de permanecer na página, deve se submeter a todo tipo de interação.

Os comentários derivados (4) e (5) também são exemplos de ataques diretos à face de D.M, por meio de expressões explícitas de ofensas e insultos, como em: “Deixa de ser retardado, imbecilidade.”; “por azar seu, na farmácia não vende cérebro”. O uso de sarcasmo também compõe o quadro de *flaming* “por azar seu”: a ironia é uma estratégia recorrente para o quadro de desarmonia social (CULPEPER, 2001).

Já no comentário 7, o emprego do termo “biscoiteiro”, embora seja um ato de ameaça à face de D.M., pois se trata de uma gíria usada para designar pessoas que querem chamar atenção e buscam receber elogios na internet, tem o tom ofensivo atenuado, pois está acompanhado do termo “menino”, compondo o todo do enunciado como uma “locução interjetiva”, amenizando o quadro de ofensa generalizada neste grupo de comentários: “Eita menino BISCOITEIRO, viu?!”.

Os ataques explícitos à face de D.M. provocaram a reação com novos comentários na interação, entretanto, o produtor do comentário inicial não voltou para realizar uma manobra protetiva ou defensiva; pelo contrário, as ofensas são dirigidas a qualquer seguidor da página que apresentasse um posicionamento ideológico diferente do seu. Vejamos:

D.M. – Não tenho tempo, nem disposição, para responder cada uma.
(comentário 8 – derivado)

A começar, D.M. declara não se preocupar em responder os ataques sofridos, depreende-se que foi empregada a polidez retida, pois, embora não tenha ficado em silêncio, D.M. elaborou uma resposta que desestabiliza a face dos demais comentaristas. Usando o desmerecimento como estratégia, o internauta coloca-se num lugar de poder e prestígio para não se envolver com os participantes que lhe ofenderam: “não tenho tempo, nem disposição, para responder cada uma”. Além disso, uma vez que D.M. considera a pauta de feminicídio um

grande “mimimi”, alega não ter tempo para se envolver e perder com assuntos que julga irrelevantes, cujos temas e fatos são de importância duvidosa, secundária ou marginal para ele.

Amossy (2017) chama de *comunidade de protesto* a união de internautas em um ataque a um inimigo comum; neste caso, as internautas representam um grupo de minoria em defesa de seus direitos e no combate a falácias machistas e misóginas. Curiosamente, após declarar que não responderia nenhuma comentarista, D.M. retorna com uma nova resposta (comentário 9) e, neste momento, faz ataques direcionados à página e a todos os seguidores da *fanpage* “Quebrando o tabu”:

D.M. – A página reflete seus seguidores. Maconheiros, abortistas, feministas, enfiar a realidade nessa massa de manobra é perda de tempo.
(comentário 9 – derivado)

Os insultos são novamente usados no ataque direto à face – “maconheiros”, “abortistas”, “feministas”, “massa de manobra” – o que levou a diferentes manifestações e reações por parte dos comentaristas:

D.B. – A hora é essa de denunciá-lo. O cara só fala merda. Putz.
(comentário 10 – derivado)

V. A. – Aqui vemos um caso não tão raro de macho sem cérebro!
(comentário 11 – derivado)

C. L. – Vai pra puta que pariu.
(comentário 12 – derivado)

I. F. – Noossa parabéns por ser ignorante e burro em 3 linhas.
(comentário 13 – derivado)

Cumpramos observar que as ocorrências de *flaming* se dão em contexto cujos comentaristas encaram que suas ideias foram ameaçadas de forma direta ou indireta. Assim, a motivação para o *flaming* não se vincula exclusivamente ao conteúdo das postagens, mas a aspectos interacionais, identificados nas práticas culturais e ideológicas de distanciamento (afetivo) em relação a um adversário, em um cenário de dissenso e conflito. As discussões, nos comentários supracitados, ganharam ainda mais força, imbricando no uso de violência verbal explícita nos comentários derivados seguintes, motivados pelos insultos que reverberam preconceitos generalizados e já detectados.

No comentário (10), há o uso da estratégia de demonização do outro (AMOSSY, 2017): “o cara só fala merda” e “denunciá-lo”. A comentarista D.B. parece convocar as demais internautas para realizarem uma denúncia aos comentários elaborados por D.M.: “A HORA ÉSSA de denunciá-lo”. Já no comentário (11), o ataque ocorre por meio do sarcasmo, pelo qual

a comentarista V.A. promove um ataque direto à inteligibilidade de D.M. “Aqui vemos um caso não tão raro de macho sem cérebro!”. A preferência pelo uso da primeira pessoa do plural, reforça que V.A. fala em nome de um grupo de mulheres, no qual todas identificaram que D.M. não tem cérebro. No enunciado produzido por C.L., há, inclusive, o uso da linguagem chula “vai pra puta que pariu” no ataque endereçado, claramente, à comentarista.

No comentário 12, também se observa a presença da ironia para promover o ataque à face: “noossa parabéns por ser ignorante e burro em 3 linhas”. O emprego de termos que podem ser considerados ofensivos é atenuado pela ironia do tom do enunciado, como cabe ressaltar em: “nooossa, parabéns” cujo prolongamento da vogal (repetição do ‘o’ em nossa) mais o “cumprimento” e “parabéns” reforçam o tom irônico e sarcástico. Por fim, os comentários abaixo representam a continuação do linchamento *on-line* contra D.M.:

N. R. – Selo GADO DE QUALIDADE pra você que come a merda e as fakenews que a Direita dissemina e faz você ser o burro que é.

(comentário 14 – derivado)

M.Y – Esses “machos” de hoje em dia... tão acéfalos...

(comentário 15 – derivado)

O argumento expresso no comentário derivado (14) está atravessado pelos embates políticos, visto que N.R. presume que D.M. (comentarista inicial) adote ideias da direita: “você que come a merda e as fakenews que a direita dissemina”. Embora N.R. se apoie na divergência política, realiza o ataque à face por meio de xingamentos e ofensas: “GADO DE QUALIDADE”, “pra vc que come merda” e “ser o burro que é”. Vale salientar que todas as ofensas direcionadas a D.M. foram pautadas na posição ideológica a qual N.R. conjectura que D.M. assuma, ou seja, é possível depreender que, apesar do uso do pronome de tratamento “você”, as ofensas foram direcionadas a todos os simpatizantes das ideias da direita. Já M.Y., elaboradora do comentário derivado (15), centra o ataque na condição masculina de D.M. – “Esses machos de hoje em dia” – e na generalização segundo a qual todos os homens da atualidade não têm cérebro – “tão acéfalos”.

Desta forma, foi possível perceber que os comentários reativos ao comentário inicial são todos portadores de *flaming e*, juntos, caracterizam uma *comunidade de protesto* (AMOSSY, 2017). Não se trata mais de um embate de ideias, mas de um linchamento *on-line* cujo único objetivo é ofender e humilhar o opositor, neste caso, representado pela figura do comentarista inicial. Percebeu-se também que, em vez de discutir sobre o tema “feminicídio” propriamente, com argumentos que conduzam à reflexão, vemos que as usuárias direcionaram seus comentários avaliativos, de caráter negativo e injurioso, em juízos de valor em torno de D.M.,

que é “SEM CÉREBRO”, “IGNORANTE”, “BURRO”, “RETARDADO”, “BISCOITEIRO”, “SÓ FALA MERDA” e “ACÉFALO”. Além disso, veiculam o posicionamento de D.M. à sua condição masculina: “ESSES MACHOS DE HOJE EM DIA”, “CASO NÃO TÃO RARO DE MACHO SEM CÉREBRO!” e “MENINO BISCOITEIRO”.

Para o enquadre de *flaming*, também foi possível observar o uso de linguagem tabu (uso de palavrões, de linguagem abusiva, expressando opiniões fortes e opostas a D.M.): “SEU CÚ”, “VAI PRA PUTA QUE PARIU” e “VAI TOMAR NO CU”. Os comentários analisados são de ordem agressiva e compõem graus de ameaça de violência e ataques à face positiva e negativa do comentarista inicial D.M.

Neste capítulo, foram analisados comentários da página *Quebrando o Tabu*, comentários esses de cunho agressivo em torno do tema “feminicídio”. Percebeu-se o uso de impolidez para o ataque à face positiva e negativa, enquadres de *flaming* e manobras defensivas. As interlocuções criadas constituíram o *corpus* de análise, que foram cruciais para a percepção dos eventos discursivos, seja na elaboração de face (em defesa do seu próprio argumento), seja na falta de argumento (configurando ataques à face de outro comentarista ou ataques à *fanpage*).

AFINAL, MEREÇO SER MORTA: CONTRADIÇÕES E VIOLÊNCIA NO DISCURSO E NA VIDA DA MULHER

Essa pesquisa foi empreendida com o intuito básico e inicial de observar como usuários das redes sociais se manifestavam diante de um cenário de feminicídio no Brasil, por meio de comentários no *Facebook*. Sob o entendimento do gênero “comentário” como prática cultural e à sombra das especulações de que haveria comentários com cunho misógino em postagens que relatavam casos de mortes de mulheres e vítimas de feminicídio, foi intenção investigar como os processos de elaboração/negociação de face eram construídos neste enquadre. Ademais, a pesquisa dispôs-se a observar e compreender quais estratégias de impolidez eram usadas nas interações *on-line*, nos ataques propositais à face, e preocupou-se também em caracterizar os atos pragmáticos que contribuía, dentro do contexto interacional, para manifestação de *flaming*.

As discussões sobre o objeto desta dissertação começaram a delinear o *corpus*, ao considerar a linguagem como forma de violência em ambiente virtual. A pesquisa amparou-se nos estudos clássicos (AUSTIN, 1962/1990) para compreender a linguagem como uma forma de ação, até se encontrar em uma perspectiva pragmática interacionista, considerando os atos de fala em atos pragmáticos (ORECCHIONI, 2005; MEY 2014). A princípio, era preciso encontrar um lugar “seguro” em que os manifestantes pudessem expressar suas opiniões, para assim flagrar atos pragmáticos cujos efeitos são o ataque à face, por meio de *flaming*. Em contextos de mortes femininas, a hipótese era de que a violência, por meio de atos pragmáticos, advinha de participantes do gênero masculino, por acreditar na perda de inibição dos participantes que se apoiariam no anonimato proporcionado pela interação *on-line* ou distanciamento de seus interlocutores.

Outro aspecto não menos relevante, corresponde ao caráter *continuum* da pesquisa, ou seja, embora haja uma análise conclusiva para os dados, novas contribuições podem ser assentidas, a partir deste panorama. Inicialmente, até se acreditava na constatação mais asseverativa por meio dos dados, porém, foi a partir do objeto de análise, das reflexões discutidas nos capítulos teóricos e, sobretudo, por meio do tratamento dos dados que se percebeu o caráter dialógico e mutável do presente estudo.

No que diz respeito às inquietações promovidas pela análise, identificaram-se, a princípio, objetivos enunciativos distintos no *corpus* levantado. Parece que há uma divergência dos comentários mediante o uso da violência verbal, em três blocos: (i) comentários que

culpabilizam a vítima de maneira implícita ou explícita; (i) comentários que manifestam mecanismos de impolidez no ataque à face entre os internautas; (iii) comentários que configuram um enquadre de *flaming*. Diversos foram os parâmetros pelos quais observamos o *flaming*: linchamento *on-line*, insultos, xingamento, uso de linguagem tabu e ofensiva, palavrões e desqualificação do outro. Já no que tange aos ataques à face ou atos que ameaçam a face dos participantes na interação, constatamos três performances:

a) **Ataque à face da vítima** – culpabilização da vítima, por meio de estratégias de impolidez, sendo recorrente o uso das estratégias de Polidez falsa (ou sarcasmo) ou Impolidez direta. Neste quadro enunciativo, os atos pragmáticos são empregados no sentido de descrença sobre a mulher ser a vítima: “Tava dormindo, foi abusada e não acordou? Essa tem o sono mais pesado que o meu hein!?!?!?”.

b) **Ataque ou AAF à dupla face (positiva e negativa) aos comentaristas** – ataque à face negativa e positiva dos participantes da interação. Neste caso, os ataques são feitos num quadro de *flaming*, em que os comentaristas usam estratégias de Impolidez direta, Impolidez negativa, Impolidez positiva e Falsa polidez, no emprego de atos de violência verbal e estratégias convencionalizadas de impolidez: “L.S.C. vai se foder, sua imbecil! Ela estava alcoolizada, sem condições de nada e foi ESTUPRADA, que tipo de ser tu és? Pqp!!!!”.

c) **Ataque à fanpage** – emprego de atos pragmáticos impolidos, por meio de violência verbal contra a página. Neste caso, costumeiramente quando ocorre o ataque à *fanpage*, o comentarista usa como estratégia a ridicularização e insultos dos seguidores da página: “A página reflete seus seguidores. Maconheiros, abortistas, feministas, enfiar a realidade nessa massa de manobra é perda de tempo”.

Curiosamente, observou-se por meio do *corpus* analisado que os ataques à face da vítima, com conteúdo de cunho misógeno, machista e opressor também partiam de internautas femininas. Diferentemente das expectativas criadas, não eram apenas os homens que faltavam com empatia e solidariedade às vítimas de feminicídio, mas também as mulheres empregavam atos pragmáticos hostis e agressivos contra o seu próprio grupo. Cabe afirmar que os comentários são dotados de conteúdos que imbricam laços sociais, por meio das palavras que são legitimadas pelos grupos sociais que partilham de igual pensamento e “constroem as percepções que os indivíduos têm dos atores sociais” (RECUERO, 2009b, p.27). De fato, constatou-se que quando os comentários **iniciais** eram elaborados por mulheres, havia uma

cobrança incisiva para que a comentarista tivesse uma postura considerada adequada ao quadro de evento discursivo: pedido de desculpas, justificativa da sua fala, exigência para que apagasse o comentário, etc. Neste caso, os comentaristas provocadores e derivados do gênero feminino entendem que por constantemente serem alvo de violência, deveria haver unidade no grupo considerado minoria de gênero. Desta maneira, é possível afirmar que houve quebra dos laços relacionais (desunião de um grupo social). Em contrapartida, quando o comentário **inicial** com teor misógino pertencia ao usuário do gênero masculino, os comentários subsequentes **provocador e derivado** não continham surpresa; pelo contrário, já havia uma especulação que homens pudessem elaborar comentários de conteúdo pouco empático e machista. Neste caso, os ataques transcorriam por meio de xingamentos e ofensas, baseados no gênero masculino: “MACHO DE HOJE EM DIA”, “MACHO ESCROTO”, “CASO NÃO TÃO RARO DE MACHO SEM CÉREBRO!” e ‘SÓ PODIA SER HOMEM MESMO’. Efetivamente essas declarações revelam a formação cultural misógina e opressora, pois não há surpresa em um homem agir com machismo, já que todos foram “ensinados” a agirem assim (ENGEL, 2017).

Uma questão do ponto de vista didático-pedagógico no ensino de linguagem em contextos de feminicídio pode ser a de explorar as condições de produção dos atos agressivos, utilizados pelos internautas para atacar a face do outro. Pautado nas classificações de comentários inicial, provocador e derivado, o comentarista inicial, normalmente, reage aos ataques, tentando proteger a própria face ou seu argumento/posição ideológica. Dessa maneira, à medida que xinga, ofende e tenta denegrir a imagem pública do outro usuário elaborador do comentário provocador ou derivado, o comentarista inicial desvia a atenção de si para os demais usuários. Assim, verificou-se que a estratégia mais recorrente de defesa foi o ataque, no entanto, observou-se também o uso de manobra defensiva para proteger a própria face, quando o comentarista recorria a uma explicação, a fim de corrigir a ofensa (oferenda).

Os atos pragmáticos configuram a ação dos usuários, pois realizam ações de injúria, machismo e misoginia, por exemplo. Para estudos da linguagem, o presente trabalho dissertativo possibilitou a investigação dos tipos de atos ali trazidos e interpretados, as possíveis justificativas para tais usos, a necessidade de desculpas ou de isenção de responsabilidade acerca do que é dito. Além disso, não só foi possível identificar os diferentes vieses de atos impolidos que ocasionam desconforto e promovem ataque à face, mas também foi possível afirmar, pelo *corpus* da pesquisa, que há um gradiente de impolidez relacionado à violência verbal. São atos que desonram a face (“Cala a boca, sua vaca.” e “VAI TOMAR NO CU”), destroem a moral (“O cara só fala merda”) e a reputação (“Esses ‘machos’ de hoje em dia... tão acéfalos...”), “queimam” corpos (verbal e fisicamente) e que estariam num grau máximo de

impolidez, extrapolando, inclusive, as normas de interação da impolidez “aceitável” (“Aguarda a lei do retorno” e “Eu também já apaguei de tão bêbado, mas garanto que se tentarem fazer algo comigo eu vou acordar. A não ser que goste... posso até fingir que estou dormindo).

Depreende-se, então, que nem todo ato impolido resulta em um *flaming*, porém, em todo enquadre de *flaming*, há um ato impolido que pode se encaminhar para a intolerância e para um ápice, no qual já seria intolerável a exibição de manifestações abusivas contra a dignidade alheia.

Assim, as análises levam a outra confirmação: o *Facebook*, constitui, também, um lugar de interações conflituosas, no entanto, por meio do espaço destinado aos comentários, integra um ambiente de igualdade para manifestação de pontos de vistas distintos, pois possibilita o debate com suas respectivas nuances de tempo, espaço e temas levantados. Outro aspecto curioso é o fato de uma agressão vir travestida de ensinamento. Muitas vezes, o internauta não apenas discorda do ponto vista apresentado, mas evidencia a falta de conhecimento do outro, e busca corrigi-lo/ “ensiná-lo” por meio de insultos e xingamentos. Assim, a discussão atinge tons mais violentos que incitam reações agressivas.

Os comentários elucidaram os temas paralelos gerados pelo feminicídio, temas marginais, que, de certa forma, mostram como a mulher é tratada pelo grupo social e como ela mesma se trata. A objetificação da mulher revela não só um olhar dominador e opressor, mas também o seu próprio olhar sobre si mesma – como corpo sensual/social; como verbo (palavra): como se refere a si e a outras mulheres e à vítima e aos comentaristas, em geral. Outro aspecto relevante refere-se ao fato de o feminicídio estar vinculado à ideia de uma discussão desnecessária, como “mimimi”. Portanto, não merece ser tratado de forma séria, tampouco que se perca tempo para tratar de assunto de natureza inferior. Vale ressaltar ainda que os comentaristas usavam o feminicídio contra a vítima, com argumentos que variavam em versões sobre o crime que, no fim, ignoravam o assassino e transferiam a criminalização/culpabilização para a vítima. Indubitavelmente, o feminicídio mostrou ser um tema de natureza polêmica, cuja preferência pela descompostura na linguagem ocasionou, por diversos momentos, o fenômeno do *flaming*. Neste grupo de internautas, os ataques à face foram recorrentes contra eles mesmos, contra a *fanpage* e contra a vítima, no tocante à desqualificação e a desvalorização da figura feminina.

Contudo, hoje, podemos notar que há um engajamento feminino no ambiente *on-line*, de maneira mais explícita, pois a quarta onda do movimento feminista assume um papel protagonista (TEIXEIRA, LOPES E JÚNIOR, 2019). É possível vislumbrar que, em nível de políticas públicas, será possível ter em redes sociais (*on-line* ou não) mais cobrança de pauta

feminina. Debates com menos agressão pessoal, com mais comprometimento e respeito ao pensamento feminista talvez possam atenuar ou mesmo anular as reafirmações estigmatizadas que reiteram um olhar machista e opressor, uma falha histórica que teima num modelo social hierarquizado, no qual a mulher ora ocupa uma posição subordinada ao homem, ora ocupa uma posição de culpa por sofrer violência (verbal e física,) até ser morta.

Apesar de a pauta sobre feminicídio tomar um espaço maior de conscientização no combate à violência contra a mulher, de haver medidas protetivas e leis mais punitivas para os agressores e de haver mais encorajamento e encontros de empoderamento feminino, a luta não é finda. A pesquisa, portanto, procurou contribuir, no campo dos estudos das interações, para o enfrentamento do modelo patriarcal e da cultura de massacre e carnificina em relação às mulheres.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, n..32, Natal, 2008.

ALONZO, Mai; AIKEN, Miliam. Flaming in electronic communication. *Decision Support System*, v. 36, n. 3, 2004, p. 205-213. apud ARANHA Glaucio. Flaming e cyberbullying: o lado negro das novas mídias. *Ciberlegenda*, v. 31, pp. 122-133, 2014.

AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. Trad. Angela Maria da Silva Corrêa. *EID&A- Revista eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.13, p.227-244, jan/jun.2017.

ARANHA Glaucio. Flaming e cyberbullying: o lado negro das novas mídias. *Ciberlegenda*, v. 31, pp. 122-133, 2014.

AQUINO, Estela Maria Leão de. A questão do gênero em políticas públicas de saúde: situação atual e perspectivas. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C.S.; RAMOS, T.R.O. (Orgs.). *Falas de gênero*. Florianópolis (SC): Mulheres; 1999. pp. 161-171.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/190626_infograficoatlas_2019.pdf>.

_____. 2018. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>.

AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer é fazer. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.

BALOCCO, Anna Elizabeth. O *flaming*(ou violência verbal em mídia digital) e suas funções na esfera pública. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Santa Catarina, v. 16, n. 3, p. 503-521. 2016.

BALOCCO, A. E.; SHEPHERD, T.M.G. A violência verbal em comentários eletrônicos: um estudo discursivo-interacional. **D.E.L.T.A**, PUC-SP, V. 33, n.4, p.1013-1037. out/dez. 2017.

BANDEIRA, Maria Lourdes. Violência, gênero e poder: múltiplas. IN: STEVENS, Cristina. (Org.) *Mulheres e violências: interseccionalidades* Brasília, DF: Technopolitik, 2017. pp.14-35.

BARBOSA. Marinalva Vieira. Sobre a problemática de pôr as emoções como objeto de discurso. **Estudos da lingua(gem)** v.5, n.2. p.57-74. 2007.

BAKER, Paul. Moral panic and alternative identity construction in Usenet. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 7, n. 1, 2001 apud ARANHA Glaucio. Flaming e cyberbullying: o lado negro das novas mídias. *Ciberlegenda*, v. 31, pp. 122-133, 2014.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *A expressão de sentimentos na política*. In: Espaços e tempos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 67-88.

BARROS, Kazue Saito M. de Perspectivas no estudo da polidez. IN: CABRAL, T. L. A. et. al. **Descortesia e cortesia expressão de culturas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2017. p.359-374-180.

BASTOS, L.C. & PEREIRA, M. das G.D. (2002) *Afeto, poder e solidariedade em encontros de serviço em uma empresa brasileira*. **Palavra (8)**: 169-208. Disponível em: <<https://lingcult.files.wordpress.com/2015/04/palavra-8-12-pereira-bastos-2002-afeto-poder-e-solidariedade-em-encontros-de-servico.pdf>>.

BATESON, Gregory. *Uma teoria sobre brincadeira e fantasia*. **Cadernos IPUB**, n. 5 (2ª edição). 2000. Disponível em: <<https://document.onl/documents/bateson-gregory-uma-teoria-sobre-brincadeira-e-fantasia.html>>. Acesso em: abr. 2021.

BIAR, de Andrade Lianda; PASCHOAL, das Chagas Valle Fabiola. “Não leia os “(Não) leia os comentários”: a disputa da notícia sobre o assassinato de Marielle Franco. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, n(59.2): 1051-1069, mai./ago. 2020.

BESINIER, Niko. Language and affect. In: Annual Review of Anthropology, 1990, p. 419-451. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.an.19.100190.002223>>.

BEZERRA, A. K. G. *Sentimentos e Emoções no Espaço da Política. Uma Leitura da Prática Eleitoral num Cenário Mediático*. [s.n], 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bezerra-ada-sentimentos-eemoco-es-no-espaco-da-politica.pdf>>. Acesso em: set. 2019.

BLAY, Eva Alterman. Gêneros e políticas públicas ou sociedade civil, gênero e relação de poder. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C.S.; RAMOS, T.R.O. (Orgs.). *Falas de gênero*. Florianópolis (SC): Mulheres; 1999. pp. 133-146

BRASIL. *Lei nº 11.340/2006*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>.

_____. *Lei nº 13.104/2015*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>.

BROWN, P. & LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1987.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; ALBERT, Silvia Augusta de Barros. Quebra de polidez na interação: das redes sociais para os ambientes virtuais de aprendizagem. IN: CABRAL, T. L. A. et. al. **Descortesia e cortesia expressão de culturas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 267-294.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; LIMA, Nelci Vieira de. Interações conflituosas e violência verbal nas redes sociais: polêmica em comentários no *facebook*. (*Con*)*Textos*, v.12, n.22, p.39-58. Set. 2018.

CADASTRO DE MEIO BILHÃO DE PESSOAS É FORTUNA NO FACEBOOK. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?>>; <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/850793-cadastro-de-meio-bilhao-de-pessoas-e-a-fortuna-do-facebook.shtml>>. Acesso em: jun. 2019.

CIRIBELI, J. P.; PAIVA, V. H. P. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. *Revista Mediação*, v. 13, n. 12, 2011.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero. Rio de Janeiro*, v.5, n.2. 2005.

CONNEL, Robert W. "Políticas da masculinidade". *Educação e Realidade*, v. 20, nº 2. Porto Alegre, jul./dez. 1995, pp. 185-206.

CULPEPER, Jonathan. Politeness and impoliteness. In: Karin Aijmer and Gisle Andersen (Eds.) **Sociopragmatics**, Volume 5 of *Handbook of Pragmatics* edited by Wolfram BUblitz, Andreas H. Jucker and Klaus P. Schneider. Berlin: Mouton de Gruyter, 2011, p. 391-436.

CULPEPER, J., BOUFIELD, D., & WICHMANN, A. (2003). Impoliteness revisited: with special reference to dynamic and prosodic aspects. *Journal of Pragmatics*, 35(10-11), 1545-1579. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(02\)00118-2](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(02)00118-2)>.

CUNHA, Thenner Freitas da. A produção/interpretação de eventos impolidos: Recursos e práticas lingüístico-discursivos sinalizadores de comportamento verbal agressivo. Tese (Doutorado em Letras)-**Language & Law= Linguagem e Direito**, v.2, n.1, 2015.

CUNHA, Gustavo Ximenes. Estratégias de impolidez como propriedades definidoras de interações polêmicas. *DELTA*, v.35, n.2, pp. 1-28, e2019350208, 2019.

Dicionário Informal. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/costas-largas/>>. Acesso em: set. 2020. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.2008-2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/ter%20as%20costas%20quentes>>. Acesso em: set. 2020.

ENGEL, Cíntia Liara. *As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2017

FORECHI, Marcilene. *Identidades femininas em comentários no facebook. Uma análise a partir dos estudos culturais em educação*. 2018. 252f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2018.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FREDERIC, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FREITAS, Thenner.; BITTENCOURT, Sonia. Estratégias de im-polidez em situações de conflito. *Discurso & Sociedad.*, v. 5(4), pp. 677-700, 2011.

GOFFMAN, Erving. A elaboração da face. Uma análise dos elementos rituais da interação social. In: FIGUEIRA, S (org.) **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 76-114.

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T. & GARCEZ M. P. (orgs.). Sociolinguística Interacional: antropologia, lingüística e sociologia em análise do discurso. Porto Alegre: AGE, 1998, p. 70-97.

GOOBEC. Disponível em: <<https://www.goobec.com.br/blog/redes-sociais-dados-estatisticos-2018/>>. Acesso em: jun. 2019.

GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>>. Acesso em: dez. 2020.

GREGOLI, Roberta. Violência Simbólica e inclusão pela língua: uma introdução. IN: STEVENS, Cristina. (Org.) *Mulheres e violências: interseccionalidades* Brasília, DF: Technopolitik, 2017. pp.367-382.

GRICE, Paul H. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (org). Fundamentos Metodológicos da Lingüística: Pragmática - Problemas, críticas, Perspectivas da Lingüística. Campinas: UNICAMP, 1982.

G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml>>.

GUARANHA, Manoel Francisco; GOMES, Cardoso Álvaro. Casos de violência verbal no futebol e nas redes de computador à luz da teoria dos atos de linguagem. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. n. 20(especial), p. 134 –149, 2019.

GUIMARÃES, Lemos Fabrício; DINIZ, Ribeiro Starling Gláucia. Masculinidades, duplo-vínculo e violência conjugal contra a mulher. IN: STEVENS, Cristina. (Org.) *Mulheres e violências: interseccionalidades* Brasília, DF: Technopolitik, 2017. pp. 586-605.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**.9.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais>>. Acesso em: set. 2020.

ICT FACTS E FIGURES. Disponível em: <<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/facts/default.aspx>> Acesso em: Junho de 2019.

JAMISON, Girão Kaline. Quem ama protege? O jogo de faces e de estratégias interacionais em um relato feminino de violência conjugal. *Soletras*, n.39, p.78-100, jan-jun.2020.

LACERDA, Almeida Isadora; OLIVEIRA, Vidal Adriana. *Lei do feminicídio e a proteção das mulheres em situação de violência*. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatório_resumo2015/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Isadora_Almeida_Lacerda.pdf>. Acesso em: maio 2020.

LOPES-PERNA, C. B., CORSETTI, C. R., & STREY, C. (2015). Uma entrevista com Jonathan Culpeper. *Letrônica*, 8(1), 243-247. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-4301.2015.1.21140>>. Acesso em: jul. 2020.

MACEDO, Ana Gabriela. *Pós-feminismo*. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(3): 272, setembro-dezembro/2006.

MAIA, Cláudia. Vidas que não importam: violência contra mulheres e biopolítica no Norte de Minas, os efeitos da Lei 11.340. IN: STEVENS, Cristina. (Org.) *Mulheres e violências: interseccionalidades* Brasília, DF: Technopolitik, 2017. pp.80-99.

MUNIZ. Gontijo Couto do Diva. As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil: estupro, assassinato e feminicídio. IN: STEVENS, Cristina. (Org.) *Mulheres e violências: interseccionalidades* Brasília, DF: Technopolitik, 2017. pp.36- 49.

OLIVEIRA, Ariana Lucinda de. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. *Gênero. Rio de Janeiro*, v.5, n.2. 2005.

OLIVEIRA, Jair Antônio de. "Impoliteness" Transgressão e Construção Identitária.

BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, v. 1, p.1-8, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-impoliteness-oliveira.pdf>>. Acesso em: jul. 2019

OLIVEIRA, Jair Antônio de. Os sentidos da linguagem. *ORGANICOM*. n.9. pp.77-89. 2º semestre de 2008.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite. Afeto, cultura e organizações. Um estudo da expressão da hostilidade numa interação de atendimento. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo84.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite. Entrevista à Prof^a. Dra. Maria do Carmo Leite de Oliveira. *Soletras*, n.39, jan-jun. 2020, p. 5-14. Entrevista concedida a Fernando Afonso de Almeida e Victoria Wilson.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite. Polidez e interação. In: CALDAS-COULTHARD, C.R.& SCILIAR-CABRAL, L. *Desvendando Discursos. Conceitos básicos*. Florianópolis Ed. UFSC, 2008. n.p.

OLIVEIRA, Taísa Peres de, (2004) Polidez e Linguagem: perspectivas, *Signótica*, vol. 16, n.2, p. 271-288, jul-dez. 2004.

O'SULLIVAN, Patrick; FLANAGIN, Andrew. 2003. Reconceptualizing 'flaming' and other problematic messages. *New Media and Society*, 5(1): 69-94 apud BALOCCO, A. E.; SHEPHERD, T.M.G. A violência verbal em comentários eletrônicos: um estudo discursivo-interacional. *D.E.L.T.A*, PUC-SP, V. 33, n.4, p. 1013-1037. out/dez. 2017.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração, São Paulo**, v. 1, n. 3, p. 2, 1996.

O QUEBRADOR DE TABUS. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/entrevista-com-guilherme-m-criador-da-fanpage-quebrando-tabu>>. Acesso em: jul. 2019.

PAIVA, Georgia Maria Feitosa e. Os (des)encontros entre a polidez linguística e a Comunicação Não Violenta (CNV), *Soletras*, n.39, p. 101-119, jan-jun. 2020.

PNAD CONTÍNUA TIC 2017: INTERNET CHEGA A TRÊS EM CADA QUATRO DOMICÍLIOS DO PAÍS. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>>. Acesso em: jun. 2019.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e a morte de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu, São Paulo*, n.37, p. 219-246, jul/dez. 2011.

PAULILO, Maria Ignez S. A clara rejeição feminina a um positivismo obscuro. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C.S.; RAMOS, T.R.O. (Orgs.). *Falas de gênero*. Florianópolis (SC): Mulheres; 1999. pp. 57-73.

PATRICIA GALVÃO- ONG. *Dossiê: Femicídio*. s/d. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>>.

_____. *Dossiê: Violência contra mulher*. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>>.

_____. *Femicídio não é crime passionai*. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/femicidio-nao-e-crime-passional/>>.

PAIVA, Georgia Maria Feitosa e; BONFIM, Marco Antonio Lima. Violência linguística e (im)polidez no facebook: analisando práticas racistas no futebol brasileiro. In: GODOY, Elena et al.; *E-book / 2º Workshop Internacional de Pragmática*, Curitiba, 2014. pp.27-39.

PEREIRA, Aguinaldo.: Os Trolls e o princípio de impolidez nas seções comentários de sites da internet, *Caribeña de Ciencias Sociales*. Mar. 2016). Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/caribe/2016/03/impolidez.htm>>. Acesso em: out. 2020.

QUEBRANDO O TABU QUEBRA TUDO. Disponível em: <<https://www.roteiristaempreendedor.com/single-post/2019/04/02/Quebrando-o-Tabu-quebra-tudo>>. Acesso em: jun. 2019.

RECUERO, Raquel. Adicionar um comentário: mecanismos de conversação em Weblogs e Fotologs brasileiros. **RBL**, v. 9, n. 1, p. 151-175, 2009a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v9n1/08.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

RECUERO, Raquel. Atos de Ameaça a Face e a Conversação em Redes Sociais na Internet. Disponível em: <[http://www.raquelrecuero.com /arquivos/rascunhoatosdeameaca. pdf](http://www.raquelrecuero.com/arquivos/rascunhoatosdeameaca.pdf)>. Acesso em: jan. 2019.

RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, v. 28, n. 68, p. 117-127, 2014.

RECUERO, Raquel. Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. **FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, núm. 38, abril, 2009a, pp. 118-128.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009b. Disponível em: <<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/redessociaisnainternetrecuero.pdf>>.

REZENDE, Renata. Política e afeto no tempo das redes: ou a catarse coletiva- uma análise da Mídia Ninja. **Ação Midiática**, n. 10, p. 223-242, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/40847/26984>>. Acesso em: jul. 2019.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Ágora, 2006. Disponível em: <[https://drive.google.com/viewerng/viewer?url=http://ler- agora.jegueajato.com/Marshall+B. Rosenberg/Comunicacao+Nao-Violenta+\(1413\)/Comunicacao+Nao-Violenta+-+Marshall+B.+Rosenberg?chave%3D1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf](https://drive.google.com/viewerng/viewer?url=http://ler- agora.jegueajato.com/Marshall+B. Rosenberg/Comunicacao+Nao-Violenta+(1413)/Comunicacao+Nao-Violenta+-+Marshall+B.+Rosenberg?chave%3D1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf)>. Acesso em abr. 2020.

ROST, Mariana.; VIEIRA. S., Miriam. Convenções de gênero e violência sexual: a cultura do estupro no ciberespaço. *Contemporanea Comunicação e Cultura*, v.13, n.02, maio-ago, p. 261-276, 2015. ISSN: 18099386.

RÖTT GER-RÖSSLER, Birgitt. “Emoção e Cultura: Algumas questões básicas”. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v.7, n.20, pp.177 a 220. Agosto de 2008. (*Tradução de Márcio da Cunha Vilar*).

SANTOS, Lourenço Sebastião. O efeito das emoções na interpretação racional. *Solettras*, n.39, p. 192-207, jan-jun. 2020.

SCHEPERS, Bruna Milano. Ensinando pragmática: (im)polidez na sala de aula de línguas. In: GODOY, Elena et al.; *E-book / 2º Workshop Internacional de Pragmática*, Curitiba, 2014. pp.142-149

SILCA, Q.E.; CARNEIRO, G. R.; MASQUES, B.S.; Odireito à saúde da mulher e o princípio da proibição do retrocesso social:aborto em pauta. IN: STEVENS,Cristina. (Org.) *Mulheres e violências: interseccionalidades* Brasília, DF: Technopolitik, 2017. pp.458-481.

SILVA, Fernandes da Valéria. “Sua boca diz não, mas o seu corpo diz sim.”: cultura do estupro em *Shoujo Mangá*. IN: STEVENS,Cristina. (Org.) *Mulheres e violências: interseccionalidades* Brasília, DF: Technopolitik, 2017. pp.185-204.

SILVA, Vieira da Sadart. A sequência argumentativa no gênero comentário de facebook. Disponível em: <<http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/440.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

SOMMACAL, L. Clariana.; TAGLIARI, A. Priscila de. Cultura de estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. *Revista da ESMESC*, v.24, n.30, p. 245-268, 2017.

SOUSA, F. Renata de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Estudos feministas*, Florianópolis, v.25, n.1, p. 9-29, janeiro-abril/2017.

SWAIN-NAVARRO, Tania. O patriarcado *rides again*. IN: STEVENS, Cristina. (Org.) *Mulheres e violências: interseccionalidades* Brasília, DF: Technopolitik, 2017. pp.50-64.

TEIXEIRA, Miranda Barbosa Marcela; LOPES, Tarabal Fernanda.; GOMES JÚNIOR, Bonifácio Admardo. Gênero e Feminismos: conceitos e perspectivas. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, MG, v.32, n.1. p.405-430, jan./jun. 2019.

TRACY, K.; BARATZ, S. The case for case studies of facework. In: TING-TOMEY (Org.). *The challenge of facework*. New York: State University of New York Press, 1994. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=mZSjUkyKZMC&oi=fnd&pg=PA287&dq=the+case+for+case+studies+of+facework+TRACY+BARATZ&ots=zUq6ztYSQV&sig=HvgSUWj1NU0kahgpF94KrziJhvE#v=onepage&q=the%20for%20case%20studies%20of%20facework%20TRACY%20BARATZ&f=false>>.

TRINDADE, Etges Becker, V. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14576/3276>>.

WAISELFISZ, Júlio Jacob. *Mapa da Violência 2015- homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília : Flacso Brasil , 2015. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.

WILSON, V. **A manifestação de afeto em cartas de reclamação**. Tese (Doutorado em Letras) -Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil. Rio de Janeiro. 2001.

WILSON, V. Cartas de reclamação: polidez ou cordialidade? **Fórum Linguístico**, v. 14, p. 2214-2232, 2017.

WILSON, V. Motivações pragmáticas. IN: MARTELOTTA, E. M.; *Manual de Linguística*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.p.87-109.

ROBBINS,STEPHEN P. Comportamento Organizacional. São Paulo: Afiliada. 11.ed. 2009.Disponível em: <https://www.academia.edu/31570402/ROBBINS_2009Livro_com_portamento_organizacional_steph?auto=download>. Acesso em: ago. 2019.

UNCTAD. Disponível em: <<https://unctad.org/en/pages/PressRelease.aspx?OriginalVersionID=432>>; <<https://nacoesunidas.org/brasil-e-o-quarto-pais-com-mais-usuarios-de-internet-do-mundo-diz-relatorio-da-onu/>>.

ANEXO – Comentários e figuras

G.A. – Obviamente ela é a vítima, mas quanta confiança ela deu a um desconhecido. Por que não chamou a alguém na academia que frequentava para ajudar ao invés de um completo estranho?

N.C. – A culpa não é da vítima.

G.A. – N.C, claro que não né, só que ela foi muito ingênua.

R.A. – G.A, não usa “mas” nas frases. Tudo que vem depois do “mas” é bobagem. No seu caso foi culpar a vítima.

G.O. – Vai pagar com sua língua!

W.Y.P. – É o tipo de gente que nem você, que me faz pensar que sou uma pessoa ruim. Porque chego quase desejar que você passe por uma situação semelhante.

M.A.S. – Você é uma mulher! Pqp! Acorda! A culpa não é da vítima! Independe de ingenuidade. Nossa como pode? MULHER! Caralho! Você está julgando a mina. Que foi ingênua, burra, enfim. PARA! Isso é mais triste do que os machos passando pano. Apenas pare! Reveja seus conceitos. MEU DEUS!

J.R. – Obviamente não perdeu a oportunidade de falar bosta.

V.A. – Cala a boca sua vaca.

J.C. – Ligar para o seguro era mais fácil né?

K.A.D. – Eu não tenho seguro, meu carro é velho e não sei trocar pneu. Mereço ser morta?

V.C. – Apaga que dá tempo! Ridículo.

S.D. – Não escrever merda também seria mais fácil.

J.A. – Cala a boca, retardado.

F.S.N. – Claro a culpa é dela. Que comentário mais idiota.

A.S. – PRONTO CHEGOU O CÉREBRO. CADÊ O PINK? Chama ele e VAI TOMAR NO CU.

A.T. – Eu estou dormindo, alguém vem abusar de mim e eu não vou ver? Me poupe! Só se ela estava dormente.

A.L. – Tu leu toda a reportagem e o que achou mais intrigante no caso todo é se ela estava dormindo e não acordou? Parabéns!

A.T. – Bom, o fato é que não justifica tacarem fogo nela. Mas não me venha com essa história de que “ela estava dopada e não viu nada” porque eu não acredito.

A.T. – Sim! Depois que a merda acontece, todo mundo vira santo. Não mudo meu ponto de vista, creio que ela não é a vítima nessa parte. Só na parte em que tocam fogo nela.

A.T. – Eu também já apaguei de tão bêbado, mas garanto que se tentarem fazer algo comigo eu vou acordar. A não ser que goste... posso até fingir que estou dormindo.

J.S.R. – Meninas, não tentem explicar pra macho escroto o que é um estupro, porque ele não deve nem acreditar que isso existe.

B.M. – Aguarda a lei do retorno, seu bosta!

L.B. – Só podia ser homem mesmo.

L.S.C. – Tava dormindo, foi abusada e não acordou? Essa tem o sono mais pesado que o meu hein?!?!?

L.R. – Só pelo fato dela estar bêbada né, deixa de ser ridícula, tu não merece ser chamada de mulher.

I.S. – Ela estava INCONSCIENTE cacete.

B.M. – L.S.C. vai se foder, sua imbecil! Ela estava alcoolizada, sem condições de nada e foi ESTUPRADA, que tipo de ser tu és? Pqp!!!!

L.S.C. – Só achei estranho, mas depois li a matéria. Ela estava muito embriagada. Não estou falando que a culpa é dela, de modo algum. Certeza que todos estavam bêbados. Essa maldita droga lícita que acaba com as famílias.

J. R. – Tem gente que perde a oportunidade de ficar calada.

C.C. –Vai tomar no cu, otária!

D. M. – Nunca vi tanto mimimi numa página.

D.F. – D. M Mimimi seu cu.

T.K. – É só sair dela. Tá aqui por quê?

I.R. – Deixa de ser retardado, imbecilidade.

C.L. – Por azar seu, na farmácia não vende cérebro.

P.C. – Vai tomar no cu.

A. M. – Eita menino biscoiteiro, viu?!

D.M. – Não tenho tempo, nem disposição, para responder cada uma.

D.M. – A página reflete seus seguidores. Maconheiros, abortistas, feministas, enfiar a realidade nessa massa de manobra é perda de tempo.

D.B. – A hora é essa de denunciá-lo. O cara só fala merda. Putz.

V. A. – Aqui vemos um caso não tão raro de macho sem cérebro!

C. L. – Vai pra puta que pariu.

I. F. – Noossa parabéns por ser ignorante e burro em 3 linhas.

N. R. – Selo GADO DE QUALIDADE pra você que come a merda e as fakenews que a Direita dissemina e faz você ser o burro que é.

M.Y. – Esses “machos” de hoje em dia... tão acéfalos...



Quebrando o Tabu 7 de março de 2019

Vamos refazer essa notícia da Record: Mulher deita para descansar durante o Carnaval, é abusada pelo cunhado enquanto dorme, namorado da vítima vê a cena, espanca e põe fogo na mulher.

Mulheres já são mortas todos os dias para um veículo de mídia desse tamanho deixar subentendido que a vítima "foi pra cama" com o agressor, ou como se isso fosse justificativa para agressão.



ISABELA: CHURRASCO, TORTURA E MORTE

RECORDTV.R7.COM

Jovem tem 80% do corpo queimado após ser flagrada na cama com o cunhado

92 mil 5,4 mil comentários 18 mil compartilhamentos

Quebrando o Tabu 28 de novembro de 2018

Ser mulher no Brasil é extremamente perigoso. Só no passado, mais de 4 mil e quatrocentas mulheres foram assassinadas – 0,5% a mais que em 2016. Isso faz do Brasil o 7º lugar país mais perigoso do mundo para pessoas do sexo feminino. Mesmo com a lei de feminicídio, que prevê penas mais graves para esse tipo de homicídio, poucos crimes tem solução ou são contabilizados. Dados importantes são perdidos diariamente, dificultando a criação de ações que protejam, preservem e amparem a vida da mulher. A gente precisa conhecer melhor o problema para encará-lo de frente e diminuir a impunidade.

Via Sou da Paz

Fonte: <https://goo.gl/K1Luae>



12 MULHERES SÃO MORTAS TODOS OS DIAS

Levantamento do G1 com base em dados oficiais

4,9 mil 566 comentários 1,3 mil compartilhamentos